UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

CLAUSINEI FERREIRA

GOVERNO DUTRA: ARROCHO SALARIAL E OS TRABALHADORES (1946 – 1950)

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo
2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

F383g

FERREIRA, CLAUSINEI
GOVERNO DUTRA: ARROCHO SALARIAL E OS TRABALHADORES. (1946 - 1950) / CLAUSINEI FERREIRA ; orientador WILSON DO NASCIMENTO BARBOSA. - São Paulo, 2019.
169 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Econômica.

1. ECONOMIA BRASILEIRA. 2. GOVERNO DUTRA. 3. TRABALHADORES. 4. ARROCHO SALARIAL. I. BARBOSA, WILSON DO NASCIMENTO, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Clausinei Ferreira

Data da defesa: 06/06/2019

Nome do Prof. (a) orientador (a): Dr. Wilson do Nascimento Barbosa.

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 14 / 08 / 2019

(Assinatura do (a) orientador (a)

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Governo Dutra: Arrocho Salarial e os Trabalhadores (1946-1950)

CLAUSINEI FERREIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, objetivando a obtenção do título de Mestre em História Econômica.

Orientador: Prof. Dr. Wilson do Nascimento Barbosa

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo
2019

CLAUSINEI FERREIRA

Governo Dutra: Arrocho Salarial e os Trabalhadores. (1946-1950)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, objetivando a obtenção do título de Mestre em História Econômica.

Data de aprovação: 06/06/2019.

Banca Examinadora:

Wilson do Nascimento Barbosa (Presidente) **FFLCH – USP**.

José Rodrigues Máo Junior (Titular) **IFSP**.

Lincoln Ferreira Secco (Titular) **FFLCH – USP**.

Apoena Canuto Cosenza (Titular).

À minha mãe **Anita,**
minha primeira professora, referência de uma vida.
A dor da saudade é proporcional à grandeza de quem se foi.

À minha esposa **Rosangela,**
essência de todos os meus melhores sentimentos.

À minha filha **Anita,**
razão da minha felicidade e força para lutar.

Agradecimentos

Gostaria de dirigir meus agradecimentos ao Professor Wilson do Nascimento Barbosa, professor titular do Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo, por me aceitar como orientando, bem como pela confiança, por compartilhar conhecimentos e pelas inúmeras manifestações de gentileza.

Meus respeitosos agradecimentos pela contribuição da banca do exame de qualificação e pela participação dos membros da banca examinadora da defesa.

Minha gratidão é estendida a todos os professores, amigos e funcionários do Departamento de História Econômica e à Universidade de São Paulo por me oferecer a estrutura acadêmica necessária à produção deste trabalho de pesquisa.

Meu muito obrigado aos amigos e familiares por compreenderem os períodos de ausência e por me apoiarem incondicionalmente, e que certamente são os que agora compartilham comigo da minha alegria.

Agradeço especialmente a minha esposa e filha por todo amor, incentivo, apoio e compreensão, e por me ensinarem a ser melhor a cada dia. Muito obrigado pelos: “Você ainda está escrevendo? Está tarde, vem deitar!”; “Papai, brinca comigo!” e pelos incontáveis “Amo você!”. O melhor de mim sempre dedicarei a vocês.

Resumo

Este trabalho busca compreender como o governo do presidente Eurico Gaspar Dutra (vigorou de 31 de janeiro de 1946 a 31 de janeiro de 1951) fez uso dos instrumentos de política econômica acerca da renda e do salário mínimo, bem como seus reflexos nas questões do trabalho, do trabalhador e nos meios de representação deste. O governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra é normalmente conhecido como o governo entre os governos de Getúlio Vargas e talvez, por isso, é pouco estudado pela academia, diferente de seu antecessor-sucessor.

Busca-se neste trabalho contribuir para a pesquisa do governo Dutra que, apesar de considerado um interregno entre os governos de Getúlio Vargas, abandonou o varguismo e imprimiu uma política liberal e extremamente repressiva contra a classe trabalhadora, contribuindo para a perda de parte da renda do trabalhador brasileiro daquela época, com, talvez, reflexos em nossos dias. A política de arrocho salarial de Dutra foi um duro golpe contra os trabalhadores e em favor do capital.

Os instrumentos de política econômica de Dutra são alvos de discussão no presente trabalho, com ênfase nas questões acerca do salário mínimo, situação do trabalhador e inflação. Questões estas praticamente atemporais na economia brasileira.

Palavras chaves: Governo Dutra, salário mínimo, inflação.

Abstract

This paper seeks to understand how the government of President Eurico Gaspar Dutra (from January 31, 1946 to January 31, 1951) made use of the economic policy instruments on income and the minimum wage as well as its reflections on labor issues, of the worker and in the means of representing him. The government of President Eurico Gaspar Dutra is usually known as the government between the governments of Getúlio Vargas and, perhaps because of this, is little studied by the academy, different from its predecessor-successor

The paper seeks to contribute to the research of the Dutra government which, although considered an interregnum between the governments of Getúlio Vargas, abandoned the "varguismo" and printed a liberal and extremely repressive policy against the working class, contributing to the loss of part of the income of the Brazilian worker of that time, with perhaps reflections in our day. Dutra's wage policy was a blow to the workers in favor of the capital.

Dutra's economic policy instruments are the subject of discussion in this paper, with emphasis on issues such as the minimum wage, the worker's situation and inflation. These issues are practically timeless in the Brazilian economy.

Keywords: Government Dutra, minimum wage, inflation.

Índice de Tabelas

Tabela 1 33
Tabela 2 35
Tabela 3 77
Tabela 4 79
Tabela 5 81
Tabela 6 102

Índice de Figuras

Figura 1 49
Figura 2 55
Figura 3 110
Figura 4 110
Figura 5 110
Figura 6 138

Sumário

Agradecimentos iv

Resumo v

Abstract vi

Índice de Tabelas vii

Índice de Figuras vii

Introdução 10

1. A Questão do Trabalho 14

1.1 O Trabalho 14
1.2 A Formação do Mercado de Trabalho Brasileiro 17
1.3 O Sistema Produtivo Capitalista no Brasil 21
1.4 A Classe Trabalhadora 26
1.5 O Trabalhador Brasileiro 31

2. Antecedentes à Era Dutra 39

2.1 Antecedentes Imediatos 39
2.2 Algo Está Errado 43
2.3 A Candidatura de Dutra 46
2.4 O Início da Era Dutra 56

3. Ortodoxia e Liberalismo 61

3.1 Foco na Industrialização? 61
3.2 Uma Questão de Alta de Preços 73
3.3 A Questão Cambial 82
3.4 Relações Comerciais Brasil e os EUA 90

4. Políticas de Rendas: A Questão Salarial 111

4.1 A Origem do Termo 111
4.2 O Salário Mínimo no Brasil 116
4.3 Resistência e Remuneração do Trabalhador 132
4.4 Princípios de Planejamento Econômico 143

Considerações Finais 151

Referências Bibliográficas 155

Introdução

O governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra vigorou de 31 de janeiro de 1946 a 31 de janeiro de 1951. O governo Dutra é conhecido na história como o governo entre os governos de Vargas, pois Dutra assume o poder ao final do governo ditatorial de Vargas e este retorna após o governo Dutra, de forma democrática. O interesse por esta pesquisa está ligado à escassez de trabalhos destinados ao estudo do período Dutra, em especial às questões acerca do salário e inflação, enquanto muito mais abundantes são os estudos do governo e da pessoa de Getúlio Vargas.

As principais marcas dos cinco anos de política econômica do governo Dutra se referem à rápida queima das reservas cambiais adquiridas durante a guerra, aos dois primeiros anos de política econômica de cunho liberal e à rigidez de política trabalhista. Os três itens serviam para justificar o combate à inflação que alcançava, na época, dois dígitos.

Alguns fatores foram de grande importância para que o governo pudesse decidir por uma política cambial de abertura ao final do período bélico[1]. Entre eles, o julgamento errôneo de que a situação das reservas cambiais parecia estar confortável, além do pensamento de que os EUA pudessem ser credores brasileiros por causa da colaboração brasileira durante a guerra[2]. Pensava-se que para cá se dirigissem seus investimentos diretos. O principal objetivo dessa espécie de "âncora cambial" foi forçar a redução dos preços dos bens de consumo nacionais com o aumento da oferta de bens importados, que se tornaram mais baratos diante da sobrevalorização da moeda brasileira a taxas de 1939 (sem levar em conta a inflação interna). Seu efeito adicional, causado pela valorização do câmbio - facilitação à entrada de bens de capital estrangeiros, necessários ao processo industrial - parece ter sido muito mais consequência do que objetivo claro. Intervir diretamente em prol da industrialização não fazia parte do planejamento da equipe econômica de Dutra, segundo a qual o início de

[1] ABREU. M. P. Crise, Crescimento e Modernização Autoritária: 1930-1945. *In*: Abreu. M. P. A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990. p. 108.
[2] E essa também é a opinião de Saretta *in* SARETTA, F. Política Econômica Brasileira: 1946 – 1951. Araraquara: FCL/ Laboratório Editorial/ UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2000. p. 9.

qualquer mudança estrutural deveria priorizar o combate explícito à inflação. Este era supostamente causado pela política intervencionista de Vargas. Esquecia-se dos sérios problemas de abastecimento ocorridos durante a Segunda Guerra Mundial e de todos os outros impactos que um acontecimento como esse poderia trazer a uma economia já fragilizada[3], que caminhava contra um modelo agrário-exportador.

O novo governo Dutra tinha a proposta de modificar o modelo de crescimento no sentido liberalizante, reconstruindo o sistema de mercado através da abertura da economia, não só no sentido comercial, como também para a entrada de capitais externos. Esse capital externo, sem amarras, além de prover as divisas necessárias para a importação de uma vasta gama de bens que pudessem atuar sobre a demanda agregada e auxiliar no combate a inflação, poderia, como efeito colateral, ser utilizado no reaparelhamento da produção, reduzindo os lucros dos grandes oligopólios.

Além das motivações liberais para o controle da inflação, uma medida tomada pelo governo de Dutra demonstrou radicalismo especial: o congelamento do salário mínimo. Como pretexto de combater a inflação, a medida, levada a cabo pela nova equipe econômica, desagradou imediatamente a massa trabalhadora e redundou no início de um movimento grevista que foi duramente reprimido pelo governo, dado o tratamento especial que Vargas depositara no salário mínimo desde sua criação, em 1940.[4]

A vitória de Dutra e a volta da democracia criaram um clima propício para o recrudescimento das mobilizações grevistas, tendo em vista que o efeito democrático poderia ser benéfico para as negociações salariais das massas urbanas. As greves ocorridas nos últimos meses de 1945 retornaram de maneira intensa nos dois primeiros meses do novo governo, com mais de sessenta paralisações, entre elas a greve dos bancários de janeiro a fevereiro de 1946, com quarenta mil trabalhadores cruzando os

[3] O próprio Dutra fora contra o rompimento de relações com o Eixo. Enviou para Vargas, em 24/01/1942, uma mensagem alertando o presidente dos riscos do conflito, dado o desaparelhamento do Exército e da própria economia. A mensagem era apoiada pelos chefes do Estado-Maior do Exército. *In* LEITE, M.R.; JÚNIOR, N. Marechal Eurico Gaspar Dutra: O Dever da Verdade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983. p. 482.

[4] SIMÃO, A.R.F. As convergências nas Políticas Externas dos Governos Dutra, Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso: Um Estudo Comparado. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011. p. 4.

braços. Tentando reagir ao movimento grevista, em 15 de março de 1946, o governo estabeleceu o Decreto-Lei nº 9.070[5], submetendo todos os dissídios salariais à Justiça do Trabalho e praticamente abolindo as greves. A CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores) foi fechada e mais de cento e quarenta sindicatos sofreram intervenção direta[6]. Já em 23 de julho, Dutra assinou outro decreto, desta vez proibindo a propaganda política nos sindicatos[7]. A culpa pelo movimento grevista foi creditada ao Partido Comunista Brasileiro, o PCB, que ganhara a legalidade em outubro de 1945, em um ato de Vargas, antes de sua queda.

O principal objetivo deste trabalho é a verificação dos fatores que impulsionaram o governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra a instaurar e manter uma política de rendas que pudesse ter resultado em significativo arrocho salarial, em especial, do salário mínimo, além de ter exacerbado tensões sindicais e políticas oriundas de tal deliberação.

Como Cardoso e Brignoli (1979, p. 430) afirmam, as hipóteses de uma teoria científica devem explicitar duas premissas principais: "1) têm de ser confirmadas ou verificadas; 2) têm de ser redutíveis, isto é, integrar um sistema dedutivo. Por isso afirma-se, corretamente, que o método da ciência é hipotético-dedutivo". Utilizando tais premissas, a abordagem hipotético-dedutiva foi utilizada para a construção desta pesquisa e nos testes de comprovação das hipóteses apresentadas.

Para tanto, no primeiro capítulo, tratou-se de analisar como se deu a origem do trabalho, tal qual o conhecemos hoje. A formação de um mercado econômico, que atualmente chamamos de mercado de trabalho, e como o trabalhador unido se viu como classe. A formação do mercado de trabalho brasileiro, mesmo que aparentemente singular, devido seus agentes formadores, é essencialmente igual a outros mercados de trabalho e tal processo de formação, também aqui é retratado.

---

[5] BRASIL. Decreto-Lei 9.070, de 15 de março de 1946. Dispõe sobre a suspensão ou abandono coletivo do trabalho e dá outras providências. Diário Oficial, Rio de Janeiro, nº 3829, 15 de março de 1946.
[6] SKIDMORE, T.E. Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). Rio de Janeiro: Editora Saga, 1969. p. 94.
[7] BRASIL. Decreto-Lei 9.502, de 23 de julho de 1946. Altera disposições da Consolidação das Leis do Trabalho, concernentes a organização sindical, e dispõe sobre os mandatos sindicais e dá outras providências. Diário Oficial, Rio de Janeiro, nº 4117, 24 de julho de 1946.

No segundo capítulo buscou-se apresentar os antecedentes imediatos ao período Dutra, ambiente este formador do pensamento e do modo de agir de Dutra, que pretendeu romper com o modo operante de seu antecessor. O processo de candidatura de Dutra, como este se tornou uma opção válida à substituição de Vargas e como chegou finalmente ao poder com uma "ajuda" dele. São pontos que também são retratados nas páginas deste capítulo.

No terceiro capítulo são retratados alguns dos aspectos da condução econômica do governo Dutra. Busca-se principalmente verificar se Dutra e sua equipe econômica tinham conhecimento, ou não, do alcance que suas políticas para controlar a inflação tinham em outras variáveis e mercados da economia. Era de conhecimento de Dutra e sua equipe os reflexos de suas politicas acerca da industrialização? Eram políticas deliberadas para esse fim ou apenas reflexos positivos de políticas outras? Trata-se ainda da questão cambial, principal política econômica que repercutiu favoravelmente na industrialização. A relação comercial do Brasil com os EUA também é retratada, analisando-se como essa relação bilateral influenciou nas políticas econômicas de Dutra. O que esperava Dutra e sua equipe dessa relação bilateral após a Guerra, e por quais motivos? Como os EUA viam sua relação com o Brasil? Algumas respostas a essas questões podem ser encontradas nesse capítulo.

Segue, no quarto capítulo. Busca-se discutir as políticas de rendas, com foco na questão salarial, adotadas no período Dutra. Partindo da origem do termo salário e dos motivos que levaram à instituição do salário mínimo no Brasil, por Vargas, procura-se entender os motivos que levaram Dutra a adotar políticas acerca do trabalhador, salários e sindicatos, bem diversas das adotadas pelo seu antecessor. É tratada também a reação dos trabalhadores às políticas econômicas de Dutra, e se foi alcançado, ou não, o controle da inflação pelo governo. O plano Salte e o aumento do imposto de renda como políticas fiscais também são cuidadas ao final deste capítulo.

Por termo, são apresentadas as considerações finais deste trabalho.

1. A Questão do Trabalho

O intuito deste capítulo é explicar, a partir da pesquisa bibliográfica, como se formou a noção de trabalho e trabalhador, em especial, os trabalhadores brasileiros do período do governo do General Eurico Gaspar Dutra[8], doravante chamado apenas de período Dutra, o qual foi o 16º presidente da República do Brasil. Seu mandato compreendeu os anos de 1946 a 1951, tendo sido eleito aos 02 de dezembro de 1945, pelo Partido Social Democrata – PSD, em coligação com o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB. Seu vice-presidente foi Nereu Ramos.

1.1 O Trabalho

O trabalho é inerente ao homem - é preciso trabalhar para sobreviver, para ter acesso aos bens necessários à subsistência. O ser humano evoluiu muito e com ele a noção de trabalho. Etimologicamente[9], a palavra trabalho tem origem no latim *tripalium*, que significa três paus ou três madeiras. Duas versões são comumente aceitas

[8] Eurico Gaspar Dutra foi Militar, nascido em Cuiabá, Estado do Mato Grosso, aos 18 de maio de 1883. Teve seu ano de nascimento alterado para 1885, aos 19 anos, para que tivesse um físico compatível com a idade, com o fim de possibilitar seu ingresso no Exército. Estudou na Escola Preparatória e de Tática do Rio Grande do Sul (1902-1904) e na Escola Militar do Brasil, a Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, em 1904, de onde foi expulso por participar de um levante neste mesmo ano, relacionado com a Revolta da Vacina. Logo depois foi anistiado e retornou à Escola, agora sediada em Realengo, concluindo o curso em 1906. Matriculou-se também na Escola de Guerra de Porto Alegre, em 1906, na Escola de Artilharia e Engenharia, onde se aperfeiçoou em mecânica, balística e metalurgia (1908-1910), e na Escola de Estado-Maior, onde se formou como o 1º da turma e recebeu a rara menção "tres bien" (1922), atuando, pouco depois, na repressão à revolução paulista de 1924. Participou da fundação da revista Defesa Nacional em 1918, combateu a revolta conhecida como "os 18 do Forte", em 1922, no Rio de Janeiro, e participou, integrando o Destacamento do Norte, sob o comando do general Menna Barreto. Por ter combatido a revolução de 1930, foi enviado para o comando do 11º Regimento de Cavalaria Independente, em Ponta Porã. Promovido a coronel, assumiu o comando do 4º Regimento de Cavalaria Divisionária (1931-1933), em Três Corações, de onde combateu a Revolução Constitucionalista de São Paulo, em 1932. Foi designado comandante da 1ª Região Militar (1935-1936), destacando-se na reação ao movimento comunista de 1935, passando a ocupar o posto de ministro da Guerra (1936-1945). Como ministro, Dutra procurou modernizar o Exército, objetivo que norteou suas posições diante do conflito internacional, dividindo-se entre o apoio aos Estados Unidos ou à Alemanha. No Ministério, aprovou diversas leis básicas, como o Estatuto dos Militares, a nova Lei do Serviço Militar, a Lei de Organização do Exército, e a Lei do Ensino Militar. Com o término da Segunda Guerra, manifestou-se pela redemocratização do país, e, embora tenha sido um dos mais fiéis colaboradores de Vargas e do Estado Novo, ficou ao lado dos oficiais que destituíram o presidente em outubro de 1945. Candidatou-se à presidência da República pelo Partido Social Democrático (PSD) e foi eleito em 2 de dezembro, tendo contado, no final da campanha, com o apoio de Vargas. Passou para a reserva dois dias antes de sua posse, em 31 de janeiro de 1946. Ao deixar a presidência, permaneceu ativo na vida política até postular-se candidato nas eleições indiretas para presidente da República em 1965. Diante do apoio majoritário nos meios militares ao general Castelo Branco, retirou-se da disputa. Afastado da vida pública, faleceu no Rio de Janeiro em 11 de junho de 1974. Eurico Gaspar Dutra, biografia CPDOC/FGV *in* http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/eurico_gaspar_dutra. Acesso em: 29/03/2017.

[9] CUNHA, Antônio Geraldo. Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, Rio de Janeiro, Lexikon, 2010 - Etimologia é o estudo da origem e da evolução das palavras.

para a palavra *tripalium* e como ela se tornou a palavra trabalho com o significado usado atualmente. *Tripalium* era um instrumento utilizado na lavoura, formado por três estacas que auxiliavam o debulhe, o bater do milho, do trigo, da cevada, etc. *Tripalium*, no fim do século VI, também foi o nome dado a um instrumento romano de tortura formado por três estacas de madeira muito afiadas. Com o tempo a palavra trabalhar passou a significar "ser torturado". Logo, as atividades físicas necessárias para o trabalho foram associadas como algo torturante.

Dessa raiz romana saíram os demais termos das línguas latinas atuais. Foi na Baixa Idade Média que ocorreu o fortalecimento das línguas criadas com a mistura dos dialetos bárbaros e o que ainda existia da língua romana, palavras como trabalho, em português; *travail*, em francês; *trebajo*, em catalão; *trabajo,* em espanhol; e *travaglio*, em italiano; surgem nesse período. Também labuta, em português; *labor*, do inglês; e *lavoro*, do italiano; são resquícios dessa mistura de línguas da antiguidade. Em princípio, trabalho e labuta tinham significados díspares, todavia, atualmente, em português, possuem o mesmo significado. Em francês, do século XII, o termo *travailler* significava sentir dor ou sofrer, atualmente significa realizar uma atividade exaustiva e dura. Segundo o *Trésor de la Langue Française*[10], foi por volta de 1600 o primeiro registro da palavra *travail* como atividade profissional diária para a subsistência do trabalhador.

Sem teologizar, a famosa narrativa bíblica do livro de Gênesis sobre o pecado original e queda do ser humano é comumente associado ao castigo da imposição do trabalho a Adão e Eva, então pais da humanidade, e corolário a toda humanidade, como castigo pelo descumprimento de uma ordem divina. Agora Adão e Eva, e todos os seus descendentes, deviam trabalhar para prover seu sustento, e ainda, como parte do castigo, Adão e Eva foram expulsos do paraíso, onde não trabalhavam[11] e gozavam de abundância que supriam todas as suas necessidades.

[10] TLFI, Trésor de la Langue Grançaise Informatisé, in http://atilf.atilf.fr/tlf.htm, acesso em: 07/03/2016.
[11] Alguns defendem que como Deus trabalhou ao criar o mundo, Adão como imagem e semelhança também trabalhava para continuar a obra criadora de seu pai. O castigo foi então, para esses, a fadiga e o cansaço associado ao trabalho. Dantes não havia no trabalho a fadiga e o cansaço, após a desobediência, como castigo, a fadiga e o cansaço fora inserida ao ato de trabalhar.

No período Medieval surge na Europa o mito de Cocanha.[12] Cocanha era um país mitológico onde não havia o trabalho, logo não havia cansaço e fadiga, o alimento era abundante e todas as necessidades humanas eram supridas e seus habitantes nunca envelheciam. A força e o vigor juvenil eram utilizados para outras tarefas, e não para o trabalho. O mito de Cocanha surge em uma sociedade onde a fome e a doença eram uma constante ameaça e o árduo trabalho na terra era de extrema importância para o sustento de toda a sociedade. Interessante é notar que muitos outros desses paraísos foram idealizados por diversos povos colocados à margem da sociedade. No mundo de Cocanha, trabalho e felicidade são antagônicos, não podendo coexistir no mesmo espaço. Trabalhar na Idade Média também era visto como um castigo.

As transformações políticas, econômicas, sociais e culturais ao longo de toda a história humana contribuíram para transformar a concepção de trabalho e a relação do homem com este. Em princípio de uma atividade necessária para a sobrevivência, logo passa a ser visto como tortura e sofrimento. Gregos e Romanos, na Antiguidade Clássica, viam o trabalho como algo sofrível, vil, destinado a escravos, não a cidadãos. Na idade Média o trabalho era imprazeroso, sem valor, destinado aos que permaneciam à margem da sociedade. Atualmente o trabalho é visto como um meio de realização pessoal e profissional, motivo muitas vezes de *status* social.

A atual definição do termo trabalho é muito ampla, podendo alcançar inúmeros significados. Segundo o dicionário Novo Aurélio Século XXI[13], trabalho é a aplicação das forças ou faculdades humanas para alcançar um determinado fim ou objetivo. Já segundo o dicionário *Houaiss*[14], trabalho é o conjunto de atividades, produtivas ou criativas, que o homem exerce para atingir determinado fim. Pode significar também a atividade profissional regular, remunerada ou assalariada e ainda o exercício efetivo dessa atividade. No dicionário Michaelis *On-line*[15], temos:

---

[12] FRANCO JR, Hilário. As Utopias Medievais. São Paulo: Brasiliense, 1992. p. 47.
[13]FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Aurélio Século XXI: O Dicionário da Língua Portuguesa, 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
[14]HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa. Elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
[15]MICHAELIS, Dicionário da Língua Portuguesa, On-line, *in* http://michaelis.uol.com.br/busca?id=okoO7

> 1 Conjunto de atividades produtivas ou intelectuais exercidas pelo homem para gerar uma utilidade e alcançar determinado fim 2 Atividade profissional, regular, remunerada ou assalariada, objeto de um contrato trabalhista: 3 O exercício dessa atividade: 4 Local onde se exerce essa atividade: 5 Qualquer obra (manual, artística, intelectual) realizada; empreendimento, realização: 6 A feitura ou execução de uma obra; lavor: 7 Ação ou maneira de executar uma tarefa, de utilizar um instrumento: 8 Tarefa a ser cumprida; serviço: (...) 19 FILOS No marxismo, atividade de transformação do trabalhador que, além de tirar da natureza os bens necessários para sua subsistência, usa sua força produtiva para criar uma nova ordem social, política e econômica, com a emancipação do proletariado e a socialização dos meios de produção.

JHONSON[16], em seu Dicionário de Sociologia, define o trabalho da seguinte forma:

> De modo geral, trabalho é toda atividade que gera um produto ou serviço para uso imediato ou troca. (...) Ocupação é o tipo de trabalho feito por pessoas, tais como carpintaria, enfermagem ou cuidado de crianças. Em sociedades de mercado, onde indivíduos satisfazem suas necessidades, principalmente mediante auferimento de salário, em vez de produzir para consumo próprio ou praticar escambo com outros produtores, o trabalho é, em geral, considerado como ocupação apenas se resultar em ganho monetário.

Muitos são os pesquisadores que se dedicaram ao tema trabalho e várias outras definições são propostas. Todavia, com as apresentadas, já se pode formar uma ideia das transformações do conceito de trabalho e do trabalhador para a sociedade passada e atual.

1.2 A Formação do Mercado de Trabalho Brasileiro

O atual sistema produtivo brasileiro foi formado por processos históricos, pouco conhecidos pelo trabalhador moderno. Inserido plenamente no sistema, e, por vezes,

[16]JHONSON, Allan G. Dicionário de Sociologia: Guia Prático da Linguagem Sociológica. Rio de Janeiro. Zahar. 1997. p. 241.

alheio a todos os processos históricos de formação, o trabalhador vivencia a lógica do sistema capitalista e até a defende. O trabalhador brasileiro não é diferente, é participante ativo do sistema, reproduzindo-o e, ocasionalmente, defendendo-o.

A lógica capitalista sempre foi movida para além da produção de subsistência, estabelecendo uma dinâmica voltada à expansão e acumulação de capital. As forças produtivas do capital são impulsionadas para um desenvolvimento sem igual, atingindo o ápice na Inglaterra do século XVIII, com o advento da revolução industrial.

No início do sistema produtivo industrial capitalista, o trabalho adquire uma maior complexidade tecnológica e exige, para sua reprodução, um trabalhador mais qualificado, capaz de operar e colocar em movimento novas forças produtivas. Ao trabalhador competia aprender novas competências e habilidades imprescindíveis às suas funções laborativas. Essas novas habilidades faziam do subordinado um agente apto para operar no sistema nascente, laborando e consumindo produtos. O mundo da mercadoria, da venda e compra da força de trabalho foi produzido, inicialmente, de forma violenta. Fazia-se necessário ao capitalista destruir todos os laços do sistema feudal. Marx apresenta essa passagem violenta da expropriação do servo para o trabalhador assalariado do capital no trecho a seguir:

> A essência do sistema capitalista está, pois, na separação radical entre o produtor e os meios de produção. Esta separação torna-se cada vez mais acentuada e numa escala progressiva, desde que o sistema capitalista se estabeleceu; mas, como esta separação constituía a sua base, ele não se poderia estabelecer sem ela. Para que o sistema capitalista viesse ao mundo foi preciso que, ao menos em parte, os meios de produção já tivessem sido arrancados sem discussão aos produtores, que os empregavam para realizar o seu próprio trabalho; que esses meios de produção se encontrassem já nas mãos dos produtores comerciantes e que estes os empregassem para especular sobre o trabalho dos outros. O movimento histórico que separa o trabalho de suas condições exteriores indispensáveis eis a causa da acumulação chamada 'primitiva', porque ele pertence à idade pré-histórica do mundo burguês. [...] A história de sua expropriação não

> pode ser objeto de conjecturas: está escrita nos anais da humanidade com letras de sangue e de fogo. [17]

O trabalhador passa a possuir apenas sua força de trabalho que deve ser vendida diariamente ao capitalista. O trabalho no capital deveria ser livre de todos os limites objetivos e subjetivos inerentes ao sistema produtivo anterior, o feudalismo. Surge o ideário capitalista onde o trabalho burguês é um caminho para o sucesso individual. O burguês e o trabalhador alcançariam a dignidade e a produtividade, integrando-se ativamente nesse sistema produtivo. Compras e vendas de mercadorias nascem alienando o processo de produção e a relação dos indivíduos entre si. O trabalho e o trabalhador precisam ser apropriados pelo capital e para o capital, tudo gira em torno da mercantilização.

> A relação oficial entre o capitalista e o assalariado é de caráter puramente mercantil. Se o primeiro desempenha o papel de senhor e este o de servidor, é graças a um contrato pelo qual este não somente se pôs ao serviço daquele e, portanto sob sua dependência, mas por cujo contrato ele renunciou, sob qualquer título, a propriedade sobre seu próprio produto. Por que, então, teria o assalariado feito este negócio? Porque ele nada mais possui senão a sua força física, o trabalho em estado potencial, ao passo que todas as condições exteriores necessárias a dar corpo a esta força, tais como a matéria-prima e os instrumentos indispensáveis ao exercício útil do trabalho, o poder de dispor das subsistências necessárias à manutenção da força operária e à sua conversão em movimento produtivo, tudo isto se encontra do outro lado, isto é, com o capitalista.[18]

Ao trabalhador não havia outra escolha no processo de transição do feudalismo para o capitalismo. Este deveria vender seu trabalho ao capitalista, pois a ociosidade era considerada vagabundagem e preguiça. Aos não trabalhadores era reservado o castigo ou a caridade religiosa.

Notemos que esse processo histórico de dissociação do camponês de seus meios de produção e meios de trabalho não necessariamente formou um mercado de mão de

[17] MARX, Karl. A Origem do Capital. São Paulo: Centauro, 2000. p. 14.
[18] MARX, Karl. A Origem do Capital. São Paulo: Centauro, 2000. p. 13.

obra aos moldes do sistema capitalista. Somente a expropriação dos camponeses, e sua consequente pauperização, não leva necessariamente ao surgimento de uma oferta de mão de obra para a indústria da forma que o sistema capitalista necessita. Necessário foi que o Estado normatizasse tal sistema econômico que surgia para garantir a disciplina para o trabalho via coerção, violência moral e física, entre outros meios, sobre o trabalhador, garantindo assim a mão de obra necessária e com baixos salários, como desejava a indústria nascente.

Inúmeras leis procuravam manter a ordem, sob o controle policial e estatal opressor. Os trabalhadores eram forçados a se submeterem à lógica capitalista. O Estado obrigava o trabalhador a se sujeitar ao trabalho na indústria. Às chamadas leis sanguinárias do século XVI coibiam de forma violenta a mendicância e a vadiagem, desta forma, segundo Marx[19]:

> (...) a população rural, expropriada e expulsa de suas terras, compelida à vagabundagem, foi enquadrada na disciplina exigida pelo sistema assalariado, por meio de um grotesco terrorismo legalizado que empregava o açoite, o ferro em brasa e a tortura.

Marx[20] afirma ainda que não eram todos os camponeses absorvidos pelo trabalho nas manufaturas, tendo em vista a velocidade de criação de oferta de mão de obra contra a maior demanda por trabalho criada. Segundo Marx:

> (...) estes homens, bruscamente arrancados de suas ocupações habituais, não se podiam adaptar prontamente à disciplina do novo sistema social, surgindo, por conseguinte, deles, uma porção de mendigos, ladrões e vagabundos. Daí a legislação contra a vadiagem, promulgada nos fins do século XVI, no oeste da Europa. Os pais da atual classe operária foram duramente castigados por terem sido reduzidos ao estado de vagabundos e pobres. A legislação os tratou como criminosos voluntários, supondo que dependia de arbítrio o

[19] MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política. 3ed. Livro I, Caps. XXIV e XXV. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. p. 854.
[20] MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política. 3ed. Livro I, Caps. XXIV e XXV. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. p. 851.

> continuar trabalhando como no passado e como se não tivesse sobrevindo nenhuma mudança em sua condição de existência.[21]

O Estado passa a ser força preponderante na formação da "nova força de trabalho". Ao trabalhador cabe agora, a duras penas, adaptar-se a tal realidade. O trabalhador, expropriado; o Estado reclassifica sua condição; se antes dono de sua arte e trabalhador digno e apto a sustentar sua família, agora pode se tornar vagabundo e mendigo.

Coube ao Estado, ainda, garantir os baixos salários beneficiando ainda mais a acumulação de capital.

> (...) A burguesia nascente precisava e empregava a força do estado, para regular o salario, isto é comprimi-lo dentro de limites convenientes à produção de mais-valia, para prolongar a jornada de trabalho e para manter o próprio trabalhador num grau adequado de dependência. Temos aí um fator fundamental da chamada acumulação primitiva."[22]

A formação de um mercado de trabalho capitalista impulsionou e garantiu a produção do modo de reprodução capitalista. Bens, serviços e a própria mão de obra foram convertidos em mercadorias para o capital. A formação de um mercado de trabalho regular foi condição indispensável para o modo de produção capitalista.

1.3 O Sistema Produtivo Capitalista no Brasil

No Brasil, a formação do mercado de trabalho, em sua essência capitalista, pode ter, segundo CONRAD[23], seu início determinado pela promulgação da Lei Eusébio de Queiroz, de 04/09/1850, que determinava o fim do tráfico negreiro ao Brasil, abrindo caminho ao processo de abolição da escravatura no país.[24] Todavia, o processo de

---

[21] MARX, Karl. A Origem do Capital. São Paulo: Centauro, 2000. p. 47.
[22] MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política. 3ed. Livro I, Caps. XXIV e XXV. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. p. 854-855.
[23] CONRAD, Robert. Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil: 1850-1888. 2ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 337.
[24] No mesmo período foi promulgada a Lei da Terra (Lei nº 601 de 18/09/1850) que abolia o sistema de sesmaria e adotava a compra como única forma de acesso a terra.

formação do mercado de trabalho brasileiro foi complexo e marcadamente diferente em cada região do país. No Brasil, quem não era senhor, era escravo e quem não era senhor nem escravo, não era nada.[25]

De forma geral, pode-se dividir a formação do mercado de trabalho brasileiro em quatro etapas distintas. A primeira etapa, segundo GEBARA[26], foi inerente ao processo de integração do trabalhador liberto no mercado de trabalho, quando da abolição da escravatura, em 1888. Para CONRAD[27], inúmeros foram os acontecimentos no exterior que ajudaram a acelerar as ações reformistas entre o final dos anos de 1850 e 1870. Entre tais, pode-se citar a libertação dos escravos em Portugal e Dinamarca, em 1860, e dos servos na Rússia, em 1861, além da guerra Civil nos EUA, que reacendeu a chama da luta abolicionista no Brasil.

Em função da proibição do tráfico negreiro ocorreu escassez de mão de obra. Os escravos existentes no país eram insuficientes para suprir a demanda, o que também contribuiu para se pensar em outra forma de suprir a demanda e também substituí-la.

Papel importante, além das elites, teve o Estado nesse processo, cabendo-lhe o papel de "treinar" o trabalhador liberto para que pudesse, sem muitos atritos, tornar-se um trabalhador assalariado. Visto era o medo da sociedade à época que essa massa de trabalhadores, após a liberdade, se tornasse uma massa de desocupados, não mais se subordinando ao trabalho e que buscasse formas alternativas de sustento como o roubo, ameaçando assim a propriedade privada, tornando-se um entrave ao bom funcionamento do sistema econômico e social.

Segundo GEBARA, "o mecanismo pelo qual a transição para o trabalho livre seria efetuado era de importância vital para alguns aspectos dessa questão; disciplinar, controlar e treinar a força de trabalho implicados nessa transição."[28] A disciplina para o

[25] DAMATTA, Roberto (org.). Profissões Industriais na Vida Brasileira: Ontem, hoje e amanhã, Brasília. Ed. Universidade de Brasília/SENAI/TEM, 2003. p. 28.
[26] GEBARA, Ademir. O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888). São Paulo, Brasiliense, 1989, p.208.
[27] CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888. 2ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 88.
[28] GEBARA, Ademir. O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888). São Paulo, Brasiliense, 1989, p.54.

trabalho é clara na Lei nº 2040 (Lei do Ventre Livre, de 28/09/1871), em seu artigo 6º e respectivo parágrafo 5º, que demonstra a preocupação do Estado com essa parcela de trabalhadores.

> Art. 6.º - Serão declarados libertos: (...) § 5.º - Em geral, os escravos libertados em virtude desta lei ficam durante 5 anos sob a inspeção do govêrno. Êles são obrigados a contratar seus serviços sob pena de serem constrangidos, se viverem vadios, a trabalhar nos estabelecimentos públicos. Cessará, porém, o constrangimento do trabalho, sempre que o liberto exigir contrato de serviço. [29]

Ainda, segundo GEBARA[30], dispunha o Estado de meios para manter controle da mão de obra escrava, seus dados pessoais e atividades desempenhadas pelo uso das chamadas "cadernetas". Com isso, mantinha o Estado controle de todas as informações pertinentes aos trabalhadores escravos do Império, conforme dispunha a Lei 2040, em seu artigo 8º.

> Art. 8º O Governo mandará proceder á matricula especial de todos os escravos existentes do Imperio, com declaração do nome, sexo, estado, aptidão para o trabalho e filiação de cada um, se fôr conhecida. § 1º O prazo em que deve começar e encerrar-se a matricula será annunciado com a maior antecedencia possivel por meio de editaes repetidos, nos quaes será inserta a disposição do paragrapho seguinte. § 2º Os escravos que, por culpa ou omissão dos interessados, não forem dados á matricula, até um anno depois do encerramento desta, serão por este facto considerados libertos [31]

Ademais, buscou-se substituir o trabalhador escravo por mão de obra estrangeira, abrindo-se assim a segunda etapa de formação do mercado de trabalho

---

[29]SILVEIRA, Luis de Souza da. Annotações a lei, n. 2040, de 28 de setembro de 1871: seguidas de todas as leis e decretos relativos a escravidão, trafico de africanos, locação de serviços, avisos e decisões dos tribunaes, e de um formulario de todas as acções. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/185618.

[30] GEBARA, Ademir. O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888). São Paulo, Brasiliense, 1989.

[31]SILVEIRA, Luis de Souza da. Annotações a lei, n. 2040, de 28 de setembro de 1871 : seguidas de todas as leis e decretos relativos a escravidão, trafico de africanos, locação de serviços, avisos e decisões dos tribunaes, e de um formulario de todas as acções. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/185618

brasileiro. O imigrante foi a principal fonte de mão de obra para as cafeiculturas paulistas, da região Nordeste do Estado de São Paulo, chamada de Novo Oeste Paulista, nas últimas décadas do século XIX, e também formaram grande parte da mão de obra do início da industrialização do Estado de São Paulo[32].

Entre 1870 e 1920, no chamado "período áureo da imigração italiana", os trabalhadores imigrantes italianos corresponderam a 42% do total dos imigrantes no Brasil, chegando a 1,4 milhões de pessoas.[33] Primeiramente, o sistema implantado foi o de parceria, usado nas primeiras tentativas de colonização sistemática com o objetivo claro de substituir a mão de obra escrava. Logo após, foi implantado o sistema de colonato utilizado, já com a colonização subvencionada.

No cafezal, sob o regime de colonato, o imigrante tinha a responsabilidade de plantar e tratar um determinado número de pés de café, com direito à colheita dos primeiros frutos em geral somente após o quarto ano após o plantio do pé de café. Esses colonos podiam plantar para sua subsistência feijão, milho, arroz e algodão nas "ruas" entre os pés de café, além de, na entrega do cafezal ao fazendeiro, receberem uma quantia em dinheiro pelo dispêndio monetário com a plantação e os cuidados inerentes até a colheita.[34]

O terceiro agente formador do mercado de trabalho brasileiro é o "elemento nacional livre" que era composto por homens brancos livres e pobres, negros alforriados, libertos ou fugitivos e mestiços em geral. Os trabalhadores nacionais constituíram parte da força de trabalho acessória no período colonial e no período da escravatura pós-independência.[35] Grande parte dos trabalhadores livres, nas áreas de cultivo de café do Estado de São Paulo, trabalhava na derrubada de matas para a

---

[32] BEIGUELMAN, Paula. A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos. 2ed. São Paulo, Pioneira, 1977 p 223.

[33] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Brasil:** 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro. Apêndice: Estatísticas de 500 anos de povoamento. 2000. Disponível em: http://www.ibge.gov. br/brasil500/index2.html

[34] MARTINS, José de Souza. O cativeiro da terra. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1990. p. 72-73.

[35] KOWARICK, Lúcio. Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1987. p 222. (KOWARICK demonstra a transformação, segundo a visão da sociedade à época do trabalhador nacional livre, ora considerada uma mão de obra inútil para o trabalho disciplinado, em uma mão de obra útil e com capacidade para o aprendizado laboral. KOWARICK, Lúcio. Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1987. p. 101-116)

formação da fazenda de café. Tendo em vista que esse serviço era considerado perigoso, logo não era destinado ao trabalhador imigrante.[36]

Em outras regiões do Brasil a utilização da mão de obra livre foi diferente da forma utilizada pela região do Novo Oeste Paulista. Nessas regiões a mão de obra nacional livre não foi considerada uma mão de obra acessória. No Nordeste, por exemplo, a mão de obra nacional livre foi rapidamente incorporada, talvez pela forte redução do número de escravos no mercado de trabalho no período do tráfico interprovincial.[37] Todavia, o Estado e a elite nacional foram incapazes de inserir a mão de obra nacional livre no mercado de trabalho de forma eficaz.

O trabalho imigrante representou uma fase de transição entre o trabalho livre e o servil. Não se nega que havia uma remuneração ao final da produção ou na apresentação dos frutos do trabalho dos trabalhadores imigrantes ao fazendeiro. Na prática, o colono era cativo da terra em que trabalhava, era visto como mão de obra inferior, por vezes, quase na mesma posição que o trabalhador negro.

A partir de 1930, com a industrialização, a mão de obra nacional, de fato, começou a ser utilizada, em grande escala, nas indústrias nascentes. É a partir de 1930 que a preocupação do Estado brasileiro com a classe trabalhadora e com sua valorização foi marcadamente mais visível. Entre 1933 e 1956 o mercado de trabalho brasileiro deixa de ser essencialmente obediente à lógica do capital agro-exportador e vagarosamente começa a alçar voos mais altos rumo à diversificação do capital industrial, ainda, inicialmente, voltado para o mercado interno[38]. A economia passa a crescer de forma acelerada. Contudo, algumas limitações são impostas ao maior crescimento da economia brasileira, em especial, à capacidade de importar. Bem da verdade é que, inicialmente, tal restrição favoreceu a formação do parque industrial brasileiro. Mas, ao passar do tempo, a limitação de importar prejudicava o crescimento e a modernização do setor industrial, que necessitava importar mais bens de capital e insumos básicos.

---

[36]BEIGUELMAN, Paula. A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos. 2ed. São Paulo, Pioneira, 1977 p 105-108.

[37] CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888. 2ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 88.

[38] MELLO, João Manoel Cardoso de, O Capitalismo Tardio, Brasiliense, São Paulo, 1982.

A dificuldade imposta ao aumento e modernização do setor industrial brasileiro era centrada especialmente no montante elevado de investimento, com prazo de maturação e retorno de capital muito longo, além dos ganhos de escala e retorno mínimos e o tamanho do mercado consumidor pré-existente. Inicialmente, não era atraente à iniciativa privada a efetivação de tais investimentos sem a participação do Estado, que somente na década de 1950 passou a complementar os investimentos necessários para que a iniciativa privada pudesse ter retornos atraentes. E intensificando assim os investimentos, entrou a economia nacional na fase da industrialização pesada.

É criada, em 1943, a CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, que compilou e generalizou leis trabalhistas esparsas e destinadas a classes de profissionais específicas. O governo provisório criou o Ministério da Indústria, do Comércio e do Trabalho, chamado de Ministério da Revolução. Com isso, o Estado brasileiro dava a entender que se preocupava não só com os industriais, mas também com o trabalhador operário. Por óbvio que não havia bondade na atitude do Estado ao declarar estar olhando para os trabalhadores urbanos. Buscava promover uma valorização do trabalho como forma, também, de moldar a massa trabalhadora aos propósitos do Estado.

O mercado de trabalho brasileiro foi formado por quatro elementos, diferentes entre si, mas idênticos em sua essência de trabalhadores. Juntos, ajudaram a formar com a participação, por vezes, omissão do Estado e das elites brasileiras, o que se convenciona chamar de mercado de trabalho no Brasil. Formavam uma nova classe de trabalhadores, ou apenas um grupo de pessoas com objetivos diversos?

1.4 A Classe Trabalhadora

Passa-se o tempo e o trabalhador começa a se perceber como classe. Esse pensamento pode ser descortinado pela obra do historiador E.P.Thompson em seu livro “A Formação da Classe Operária Inglesa”. Thompson via o processo histórico a partir do papel e da ação direta dos trabalhadores, conscientes e ativos, e não como um processo mecânico, autônomo e independente das vontades e da ação dos trabalhadores.

Segundo ele, “A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é a única definição”.[39] Portanto, sua obra objetivava fazer conhecer:

> (...) o pobre tecelão de malhas, o meeiro ludita, o tecelão do obsoleto tear manual, o artesão utópico e mesmo o iludido seguidor de Joana Southcott, dos imensos ares de condescendência da posteridade. Seus ofícios e tradições podiam estar desaparecendo. Sua hostilidade frente ao novo industrialismo podia ser retrógrada. Seus ideais comunitários podiam ser fantasiosos. Suas conspirações insurrecionais podiam ser temerárias. Mas eles viveram nesses tempos de aguda perturbação social, e nós não. Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência; se foram vítimas acidentais da história, continuam a ser condenados em vida, vítimas acidentais.[40]

Observa-se que THOMPSON define a classe como um fenômeno do processo histórico, um produto do “fazer-se” do trabalhador no ambiente em que vive, trabalha e interage com os demais trabalhadores e suas famílias. “(...) por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico.”[41] Thompson parte da ideia que o conceito de classe não é meramente teórico ou um conceito sociológico, mas sim um conceito histórico. O conceito de classe é “como algo que ocorre efetivamente e cuja ocorrência pode ser demonstrada nas relações humanas.”[42] Afirma ainda que, historicamente, não há nenhuma formação de classe mais autêntica do que outra ou mais real que outra. Para ele, as classes se definem de acordo com o modo de sua efetiva formação.[43]

Naturalmente, o trabalhador tem consciência e se enxerga como classe, o que implica no abandono do conceito estruturalista e que considera que a “classe em si” não conhece seus próprios e verdadeiros interesses. Ainda nas palavras de Thompson:

---

[39] THOMPSON. E.P. A formação da classe operária inglesa. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p.12.
[40] THOMPSON. E.P. A formação da classe operária inglesa. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p.13.
[41] THOMPSON. E.P. A formação da classe operária inglesa. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p.09.
[42] THOMPSON. E.P. A formação da classe operária inglesa. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p.09.
[43] THOMPSON. E.P. A formação da classe operária inglesa. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 277-278.

> A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram, ou entraram involuntariamente**.** A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. (...) Se detemos a história num determinado ponto, não há classes, mas simplesmente uma multidão de experiências. Mas se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observaremos padrões em suas relações, suas ideias e instituições.[44]

Sobre a consciência de classe, diz:

> Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real. [45] Uma classe não pode existir sem um tipo qualquer de consciência de si mesma (...). Mas dizer que uma classe em seu conjunto tem uma consciência verdadeira ou falsa é historicamente sem sentido (...). Ela não pode ser nem verdadeira nem falsa. É simplesmente o que é.[46]

Com base nessa visão, pode-se entender que os trabalhadores, ao tempo do Governo Dutra, não fogem à regra. Eram e se viam como classe, e lutavam, e buscaram se organizar como classe trabalhadora. Em sua maioria, a classe trabalhadora era constituída de trabalhadores rurais. Todavia, não é o conteúdo do trabalho que é desenvolvido, ou o setor econômico que é explorado, que define se tal trabalhador é mais relevante ou não. Tanto é que, se olharmos para Marx, iremos observar que seus exemplos iam além do trabalhador industrial.

---

[44] THOMPSON. E.P. A formação da classe operária inglesa. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 10-12.
[45] THOMPSON. E.P. A formação da classe operária inglesa. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 274.
[46] THOMPSON. E.P. A formação da classe operária inglesa. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 279.

> Uma cantora que entoa como um pássaro é um trabalhador improdutivo. Na medida em que vende seu canto, é assalariada ou comerciante. Mas, a mesma cantora, contratada por um empresário, que a faz cantar para ganhar dinheiro, é um trabalhador produtivo, já que produz diretamente capital. Um mestre-escola que é contratado com outros, para valorizar, mediante seu trabalho, o dinheiro do empresário da instituição que trafica com o conhecimento, é trabalhador produtivo.[47]

Marx também trata da questão de classe e de consciência de classe, afirmando que os conflitos sociais são históricos. A classe toma consciência de si mesma quando os trabalhadores se unem em prol do bem comum. Trata-se de uma visão política, não meramente econômica, de classe trabalhadora como meios de produção. Como afirma Marx em correspondência a Bolte, em 1871:

> O movimento político da classe operária tem como objetivo último, é claro, a conquista do poder político para a classe operária e para este fim é necessário, naturalmente, que a organização prévia da classe operária, elaborada na prática da luta econômica, haja alcançado certo grau de desenvolvimento. Por outro lado, todo movimento em que a classe operária atua como classe contra as classes dominantes e trata de forçá-las 'pressionando do exterior', é um movimento político. Por exemplo, a tentativa de obrigar, através das greves, os capitalistas isolados à redução da jornada de trabalho em determinada fábrica ou ramo da indústria, é um movimento puramente econômico; pelo contrário, o movimento visando a obrigar que se decrete a lei da jornada de oito horas etc., é um movimento político. Assim, pois, dos movimentos dos operários separados por motivos econômicos, nasce em todas as partes um movimento político, ou seja, um movimento de classe, cujo alvo é que se dê satisfação a seus interesses em forma geral, isto é, em forma que seja compulsória para toda a sociedade. Se bem que é certo que estes movimentos pressupõem certa organização prévia, não é menos certo que representam um meio para desenvolver

47 MARX, Karl, O Capital, Livro I, Capítulo VI (Capítulo inédito), São Paulo, Ciências Humanas, 1978, p. 66., também em Vol. 1, Tomo II, p. 105-106. *apud* MATTOS, Marcelo Badaró" Trabalho, classe e sujeito social da revolução: o debate sobre a América Latina.

esta organização.[48]

Os trabalhadores unidos, com objetivo de ganho de força frente ao capitalista, buscavam a satisfação dos interesses comuns à classe trabalhadora, transformando os objetivos iniciais, tais como melhores salários, condições de trabalho etc., no objetivo último de poder político organizado. Era o que se via com a mão de obra brasileira, sendo que alguns exemplos podem ser dados para assegurar tal entendimento. A Greve Geral de 1917, a qual reuniu milhares de trabalhadores com inspiração anarco-sindicalista, oriundos dos imigrantes europeus que vieram trabalhar nas lavouras de café do Brasil, é um exemplo clássico, além de outras inúmeras greves e piquetes, onde o trabalhador brasileiro pode mostrar sua força de união como classe trabalhadora unida. Eis outros exemplos anteriores a 1917.

Em 1906 ocorreu a primeira greve geral em Porto Alegre, iniciada pelos marmoristas, que lançaram um manifesto conclamando todos à paralisação pelas oito horas de trabalho. Aderiram à greve os pedreiros, os têxteis, os carpinteiros, os pintores, os alfaiates, os carroceiros, os correeiros, os marceneiros, entre outras categorias de trabalhadores. Como resultado, conseguiram a redução das horas de trabalho para nove horas.

Em 1907 houve a greve dos ferroviários da Bahia, a greve dos metalúrgicos da fábrica de pregos Ipiranga e a greve geral de São Paulo pela jornada de oito horas diárias. A greve geral de São Paulo começou com os operários das indústrias Matarazzo e foi crescendo rapidamente. Aderiram à greve os trabalhadores de produtos alimentícios, da construção civil, de utensílios domésticos, os marmoristas, os cerâmicos, os trabalhadores de curtumes, das funilarias, das vidrarias, das lavanderias, os sapateiros, os cigarreiros, os marceneiros, os relojoeiros, os ourives, os empregados de limpeza pública, os jardineiros, entre outras categorias de trabalhadores. Aos 15 de julho, com todas as categorias conseguindo vitórias, foi decretado o fim da greve.

[48] MARX, Karl., "Marx to V. I Zasulich in St. Petersburg (1881)", in MARX & ENGELS, Selected correspondence, 2a. ed. Moscow, Progress, 1965. p. 266

Muitas outras manifestações da vontade e da luta da classe trabalhadora ocorreram. Muitas a história registrou, outras infelizmente não. No período Dutra também há exemplos que serão comentados oportunamente.

1.5 O Trabalhador Brasileiro

Faz-se necessário tecer algumas observações sobre a base de dados que é utilizada no presente trabalho. Não há uma grande base de dados sobre o período em questão (1946/1951). Os dados existentes se mostram como uma fotografia, algo estático, que com algumas críticas nos mostra os avanços da economia brasileira e de seu mercado de trabalho, nos períodos imediatamente anterior e posterior ao recorte escolhido para estudo. Também se faz necessário algumas definições básicas. População em Idade Ativa (PIA), comumente definida como a parcela da população que está apta a iniciar alguma atividade produtiva. Contudo, tal definição não incorpora uma concordância em relação à idade em que o trabalhador já está apto ou não a laborar. No Brasil são considerados dois recortes de idade para a PIA, uma que vai dos 10 aos 65 anos e outra que vai dos 14 aos 65 anos. O censo Demográfico utiliza o primeiro período, justificando que expressiva parte da população entre 10 e 14 anos trabalha no Brasil, mesmo que legalmente isso não era possível.

Outro conceito importante é o de População Economicamente Ativa (PEA). A PEA corresponde à parte da população que efetivamente esta inserida no mercado de trabalho, empregada ou desempregada. Nota-se que a PEA esta incluída dentro da PIA como subconjunto desta e essa relação é denominada como Taxa de Participação. A Taxa de Participação, portanto, é a proporção de pessoas em idade ativa que estão efetivamente participando do mercado de trabalho, empregada no momento da pesquisa, ou não.

Segundo o Censo demográfico do IBGE[49], em 1940, 31,24% da população brasileira vivia em áreas urbanas, 12.880.182 brasileiros, a maioria da população do país concentrava-se no meio rural, dedicando-se ao trabalho na agricultura e pecuária.

[49] IBGE, Censo demográfico 1940-2010. Até 1970 dados extraídos de: Estatísticas do século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil, 1981, vol. 42, 1979. Os dados quantitativos quando não mencionada outra fonte, são do IBGE.

Segundo LUCA, em sua maioria, eram mantidas relações de trabalho com padrões herdados da escravidão, tendo em vista que a "mão de obra ainda era encarada como algo que deveria ser usada e abusada sem limites"[50]. Os trabalhadores urbanos viviam, conforme SANTOS[51], em uma cidadania regulada[52], desde que Getúlio Vargas, a fim de controlar a massa trabalhadora urbana, após 1930, instituiu uma espécie de pacto com as elites industriais do Brasil, criando a carteira de trabalhador.[53] Com ela o trabalhador adquiria um papel social, ser inserido no mercado formal de trabalho, e o governo buscava controlar o trabalhador fortalecendo o valor positivo do trabalho em detrimento da imagem dos trabalhadores eventualmente fora do mercado de trabalho.

Já se pode observar, em 1940, uma diversificação nas atividades industriais. Segundo SINGER[54], a classe operária, em 1940, "era composta por 2.046.945 trabalhadores, dos quais 960.663 (38,2%) na indústria de transformação e os restantes em serviços: governo, serviços sociais, transportes e comunicações".

Em 1950, a população sobe para 36,16% - 18.782.891 brasileiros - um incremento de 590.271 novos brasileiros no período, e 44,64% em 1960 - 31.214.700 brasileiros - com um incremento de 1.243.181. A população brasileira urbana praticamente dobrou no período. A população brasileira ainda era pouco urbanizada, os trabalhadores brasileiros se concentravam na área rural durante o governo Dutra (1946-1951). Foi somente em 1970 que o Censo demográfico do IBGE registrou pela primeira vez que, durante os anos sessenta, a população urbana tinha superado a rural. Todavia, a população urbana passou de quase 19 milhões para 138 milhões, com uma taxa de crescimento média anual de 4,1%. A cada ano, em média, foram acrescidos 2.378.291

---

[50] LUCA, Tania Regina de. Indústria e Trabalho na História IBGE, Censo Demográfico 1940-2010. Até 1970 dados extraídos de: Estatísticas do século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil, 1981, vol. 42, 1979. Os dados quantitativos, quando não mencionada outra fonte, são do IBGE.do Brasil. São Paulo: Contexto, 2018. p.27.

[51] SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Cidadania e Justiça. A Política Social na Ordem Brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979. p.75.

[52] Por cidadania regulada entende-se "o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal" (...)" são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei"

[53] BRASIL, decreto-lei 21.175/1932, de 21 de março de 1932.

[54] SINGER, Paul. A formação da Classe Operária: O que é Classe Operária?: A Classe Operária no Brasil: A sua Formação e Reprodução. São Paulo, Atual, Campinas: Unicamp. 1985. p.80.

habitantes às cidades, fazendo com que a população urbana, em meio século, aumentasse mais de sete vezes.

No período Dutra, a população urbana se concentrava nas cidades menores do que 100.000 habitantes. Em 1940 e 1950, mais de 60% da população urbana residia em cidades menores do que 100.000 habitantes, principalmente naquelas menores do que 20.000 habitantes. Nos anos 1970, com a aceleração do processo de urbanização, mais da metade da população residia em cidades maiores do que 100.000 habitantes, sendo 34% em cidades maiores do que 500.000 habitantes.

Analisando o Censo demográfico para o período de 1940/1960, nota-se que a População em Idade Ativa brasileira cresceu mais que a População Economicamente Ativa. Durante o período, a População em Idade Ativa teve um incremento de 67,9%, ao passo que a População Economicamente Ativa cresceu apenas 54,2%. Se considerado o setor agrícola frente aos demais setores, a População Economicamente Ativa agrícola cresceu apenas 26% frente aos 107,1% da População Economicamente Ativa dos setores não-agrícolas. Nota-se no período um crescimento acelerado da População Economicamente Ativa não-agrícola, todavia, a População Economicamente Ativa em 1940 representava 66,7% do total, passando a 54,3 % em 1960. Mesmo com o claro declínio da População Economicamente Ativa agrícola no período 1940/1950, a População Economicamente Ativa agrícola ainda representava mais da metade da População Economicamente Ativa total em 1960. Tal queda também pode ser vista na Taxa de Participação, que passou de 51% em 1940 para 46,8% em 1960.

Regionalmente, a População Economicamente Ativa também passou por mudanças representativas entre 1940/1960. Nota-se uma queda na importância relativa das regiões nordeste e sudeste, excluído o estado de São Paulo, e o incremento das demais regiões do país, inclusive o aumento da participação do Estado de São Paulo, como se pode ver na Tabela 1, abaixo:

Tabela 1

Tabela 1

Distribuição da População Economicamente Ativa (PEA)

segundo divisão geográfica - Regiões
Brasil: 1940, 1950 e 1960 (em %)

	1940	**1950**	**1960**
Brasil	100	100	100
Norte	3,6	3,4	3,5
Nordeste	34,8	32,7	31,1
Centro-Oeste	2,9	3	4,1
Sudeste (exceto São Paulo)	26,2	25,8	24,7
São Paulo	18,8	20,1	19,8
Sul	13,7	15	16,8

Fonte: Estatísticas Históricas do Brasil, v.3, IBGE, Rio de Janeiro, 1987.

Nota-se que a participação na PEA da região Norte praticamente se manteve estável no período. Na região Nordeste e Sudeste (exceto São Paulo) pode-se notar uma queda gradativa na PEA, ao passo que no Estado de São Paulo houve um ligeiro aumento no final dos anos 40 e pequena queda no final dos anos 50. O aumento da participação da População Economicamente Ativa no Centro-Oeste pode ser explicado pelo aumento da ocupação territorial havida no período, como também na Região Sul o aumento da participação agrícola no Estado do Paraná. Nordeste e Sudeste teve perda de participação devido ao menor dinamismo industrial liderado pelo Estado de São Paulo que, de forma crescente, liderava a industrialização no Brasil. Praticamente todas as regiões brasileiras demonstraram crescimento no PEA no período, com exceção da região Norte, que se manteve estável, e Nordeste, que apresentou queda. No entanto, a região Nordeste e Sudeste representava ainda pouco mais de 55% da População Economicamente Ativa brasileira.

O ritmo de crescimento dos setores não agrícolas, não ficou muito distante do crescimento agrícola, veja-se a Tabela 2, abaixo:

Tabela 2

Tabela 2

Distribuição da PEA por ramos de atividade Econômica

Brasil: 1940 e 1960

Ramo de Atividade	1940	1960
Extração Mineral	2,4	1,2
Indústria de Transformação	32,1	28,2
Construção Civil	5,2	7,4
Serviços Industriais de Utilidade Pública	1,1	1,4
Comércio de Mercadoria	14,9	14,3
Transporte e Comunicação	9,3	10
Instituições Financeiras	1	2
Serviços Governamentais	8,1	6,8
Educação	2,3	3,6
Saúde	1,5	1,9
Recreação	1,3	1,9
Outros Profissionais Liberais	0,6	1,9
Serviços Domésticos	12,3	9,4
Outros Serviços Pessoais	5,1	6,4
Atividades mal definidas	2,8	3,6

Fonte: Estatísticas Históricas do Brasil, v.3, IBGE, Rio de Janeiro, 1987.

Pode-se notar que os ramos de construção civil, serviços industriais de utilidade pública, instituições financeiras, educação, saúde, recreação, transportes, comunicação, os profissionais liberais e outros serviços pessoais tiveram aumentos significativos na População Economicamente Ativa no período de 1940 a 1960. Esses ramos de atividades não-agrícolas marcam de forma clara a mudança estrutural que o Brasil passou no período quanto ao aumento dos setores industrial e de serviços. O Censo Demográfico de 1940 aponta que havia 1,6 milhões de pessoas ocupadas na indústria de transformação, passando a 2,6 milhões em 1960.

No processo de industrialização, a importância relativa de certos setores apresenta mudanças significativas entre os declarados pelo Censo Demográfico e o

Censo Industrial[55]. O Censo Industrial apresenta que o emprego teria aumentado de 816,3 milhares em 1939 para 1,7 milhão em 1959, apresentando números bem diferentes do Censo Demográfico. O Censo industrial nada mais é que um inquérito de estabelecimentos que possuem cadastro no IBGE, ao passo que o Censo Demográfico é uma pesquisa domiciliar. Diferenças metodológicas podem refletir algumas divergências nos números apresentados pelas duas pesquisas, principalmente em formas de trabalho realizadas não cobertas pelo cadastro do IBGE. No período de 1940 a 1960, percebe-se uma perda da importância relativa dos setores de vestuário e calçados, e um aumento no setor de metalurgia e mecânica, mais um indício da mudança de rumo que a economia brasileira estava alçando.

Em 1940, o operariado brasileiro era formado basicamente por trabalhadores dos ramos da Indústria Têxtil, com 28%, produtos alimentares, com 21,3%, metalurgia, com 7,5%, produtos de minerais não-metálicos, com 7% e vestuário e calçados, com 6%. Com o dinamismo da economia no processo de industrialização, ocorreu uma crescente perda de importância relativa da indústria têxtil e de produtos alimentares, enquanto se mantiveram estáveis os setores de indústrias metalúrgicas e materiais não-metálicos e um significativo crescimento nos setores de mecânica, de materiais elétricos e de transportes. Tais ramos correspondiam a 27,6% do total de empregos da indústria de transformação em 1949 e 35,7% em 1959.

Entre 1939 e 1949 notou-se um crescimento de 4,8% no total dos empregos nos ramos da indústria de transformação, caindo para 3% no período de 1949 a 1959. Essa queda pode ser explicada pelo aumento da participação dos ramos de metalurgia, mecânica, material elétrico, transportes, mobiliária, papel, borracha, química, produtos farmacêuticos, perfumaria, plásticos e de diversos, que corresponderam por 30,7 % do aumento total do emprego industrial na década de 1940 e por 73,7% na década de 1950. Esse expressivo aumento na década de 1950 deve-se ao aumento da contribuição dos ramos de mecânica, material elétrico e de transportes. Material elétrico e transportes contribuíram com 7,5% da variação total do emprego industrial na década de 40 e com 31,4% na década de 1950, o que já refletia a mudança de rumo da indústria brasileira.

[55] IBGE, Estatísticas do Século XX – Censo Industrial in http://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-palavra-chave/trabalho/1015-censo-industrial. Acesso em: 03/09/2016.

Outrossim, a indústria têxtil e a de alimentos sofreram uma grande queda em números de empregos, passando de 28,6% do total de empregados no ramo industrial na década de 1930 para 21,2% na década de 40, chegando a uma perda de 9.728 postos de trabalho, ou -2,2% na década de 1950. Outro ramo que apresentou perda de participação no total de empregos foi o ramo de produtos minerais não-metálicos, que participou com 14,5% dos empregos na década de 1940, passando para 7,8% na década de 1950.

Entre os anos de 1940 e 1950, a imigração brasileira era acentuada no Distrito Federal e nos estados de São Paulo, Paraná e Goiás, sendo os estados que mais forneciam mão de obra, Bahia, Ceará, Paraíba, Alagoas, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

> Os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, por causa da industrialização, lideram a absorção de maior número de migrantes, mas o Paraná foi o que mais aumentou o seu potencial entre as décadas de 1940 e 1950. Em Pernambuco e no estado do Rio, o saldo de perdas baixou entre as duas décadas e a maior perda de população se dá em Minas, Paraíba e Alagoas.[56]

No estado do Paraná, o número de imigrantes praticamente quadriplica passando de 151.598 para 590.146. Esse número é parcialmente justificado pela abertura de novas frentes agrícolas no Norte do Estado.

A CLT - Consolidação das Leis do Trabalho - já era conhecida dos trabalhadores do período Dutra, visto que, de 1943, entretanto, tais leis eram aplicadas, em sua maioria, para os trabalhadores urbanos. Em abril de 1945 foi editado o Decreto-Lei nº 7.449 “que definia a formação de associações rurais como organizações mistas”. Todavia, tal decreto ainda não submetia os trabalhadores rurais a enquadramento profissional, mas a jurisdição territorial do município. Meses depois foi sancionado o Decreto-Lei nº 8.127, de 24 de outubro de 1945, dando nova redação ao Decreto-Lei 7.449/45. No texto legal não foram garantidos aos trabalhadores rurais os direitos

[56] CARONE, Edgard. A República Liberal I – instituições e classes sociais (1945-1964). Série Corpo e Alma do Brasil. São Paulo: Difel, 1985.

trabalhistas do operariado urbano. Elas somente versavam sobre a organização da vida rural.[57] Dutra não promulgou leis que atingissem o trabalhador rural ao tempo de seu mandato. BACHA, tratando da questão salarial, afirma que "no final da década de 40, o diferencial entre salários urbanos e rurais era aproximadamente de 100%."[58]

Como dito, a legislação trabalhista não era elaborada para atender as necessidades dos trabalhadores rurais[59], e sim aos urbanos, a legislação vigente à época não considerava:

> (...) a especificidade do trabalho do campo, quase não existiam juntas de conciliação e julgamento nas cidades do interior, o código civil não permitia a organização de sindicatos rurais, os proprietários rurais agiam de forma repressiva, inclusive acionando a polícia para reprimir qualquer tentativa de organização e mobilização dos trabalhadores (as) rurais.[60]

O trabalhador brasileiro, na busca por organização e representação, seja no campo ou na cidade, se via como classe trabalhadora, a formação de um ideário, de um pensamento de classe unida e combativa contra um sistema opressor não era novidade para os trabalhadores do período Dutra.

---

[57] DECRETO-Lei nº 7449 de 09 de abril de 1945, dispõe sobre a organização da vida rural. Disponível em: <www.jusbrasil.com.br/legislacao/.../decreto-lei-7449-45>. Acessado em 22 de julho de 2016, às 19h. e DECRETO-Lei nº 8.127, de 24 de outubro de 1945, dispõe sobre a organização da vida rural. Disponível em:<www.jusbrasil.com.br/legislacao/.../decreto-lei-8127-45>. Acessado em 22 de julho de 2016, às 19h.

[58] BACHA, Edmar L. Crescimento econômico, salários urbanos e rurais: o caso do Brasil. Pesquisa e Planejamento Econômico. Rio de Janeiro, dezembro de 1979. p. 598. in http://repositorio.ipea.gov.br/ bitstream/11058/6993/1/ PPE_ v.9_n3_Crescimento.pdf acesso 01/07/2017

[59] A sindicalização rural, com o apoio e tutela do Ministério do Trabalho, ocorreu, porém, somente nos anos de 1960. A Confederação Nacional da Agricultura - CNA e a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG, foram criadas em janeiro de 1964 e regidas por uma legislação específica: o Estatuto do Trabalhador Rural. Este foi aprovado em março de 1963 e estendeu para o campo a estrutura sindical e direitos trabalhistas, que já existiam para os trabalhadores urbanos através da CLT.

[60] SILVA, Maria do Socorro. A História das Nossas Raízes: Intinerário das Lutas dos Trabalhadores (as) Rurais no Brasil e o Surgimento do Sindicalismo Rural. Disponível In: <www. lecampo.com.br/... /Texto_A_HISTORIA_DAS_ NOSSAS_RAÍZES>, 2006. Acessado em 19 de julho de 2016 às 19h. p11.

2. Antecedentes à Era Dutra

Busca-se neste capítulo discorrer sobre alguns fatos antecedentes à eleição de Dutra, bem como apresentar como a figura dele surge como opção válida a substituir Vargas na presidência, dando início ao processo de redemocratização do país.

2.1 Antecedentes Imediatos

A economia brasileira, na República Velha, era altamente dependente dos produtos agrícolas, especialmente do café, cacau, algodão e borracha. Com as divisas das exportações destes produtos, o Brasil importava a grande maioria dos produtos manufaturados que necessitava seu mercado interno. Dada a crença que a oferta destes produtos, em especial o café, era inelástica e considerando a grande importância destes produtos ao mercado brasileiro, somados à ganância por maiores ganhos dos exportadores brasileiros, fora adotado pelos formuladores de política do governo os chamados planos de valorização, mesmo que sob ataques dos liberalistas econômicos, que faziam ecoar o quão contraproducente e prejudicial eram ao longo prazo as políticas de valorização. Na prática, o Brasil exportava produtos primários e importava produtos manufaturados com as divisas das exportações, ao mesmo tempo em que buscava aumentar ao máximo o retorno cambial, adotando políticas de controle de mercado, as chamadas políticas de valorização.

Com a crise de 1929, o governo brasileiro aumentou a compra dos excedentes de café, buscando mitigar as perdas dos fazendeiros de café, motivado pela queda dos preços do café no mercado internacional. Isso foi chamado, por Skidmore, de "socialização de prejuízos."[61] Todavia, não era possível, aos formuladores de política, impedir a queda das receitas cambiais brasileiras, "porque os preços mundiais das utilidades simplesmente não podiam ser estabilizadas pelos monopólios estatais de mercado, dentro de um país produtor isolado"[62]

[61] SKIDMORE, Thomas. Brasil: De Getúlio a Castelo. 14ª edição. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2007. p. 66.
[62] SKIDMORE, Thomas. Brasil: De Getúlio a Castelo. 14ª edição. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2007. p. 66.

A crescente queda das receitas cambiais bloqueava a economia brasileira de importar os bens necessários para o consumo do seu mercado interno. Tais dificuldades foram o estopim para que Getúlio Vargas, em 1938 e 1939, deixasse de pagar os débitos internacionais. A compra dos excedentes de café pelo governo Vargas criou um grande *déficit* de financiamento. Todavia, evitou que o Brasil passasse por um enorme colapso de demanda interna, motivada pela queda na receita cambial. Um novo cenário econômico surgia. Queda na receita cambial, somada a uma desvalorização crescente da moeda com o objetivo de manter as exportações, somada a uma crescente redução na capacidade de importar, fizeram com que os agentes econômicos flertassem a indústria leve.

A sociedade passa então a procurar substitutos brasileiros aos produtos dantes importados, somasse a isso o fato que agora a indústria torna-se um investimento mais atrativo que as exportações. Vê-se um surto de industrialização com forte intervenção estatal através da "manipulação de incentivos"[63], como taxas de câmbio diferenciadas e controladas, redução de alíquotas de impostos, cotas de importação, créditos e investimentos públicos em infraestrutura e indústria de base. É dessa época a fixação do salário mínimo, a criação do Ministério do Trabalho, do aparelho sindical controlado pelo Estado, que ao passar do tempo torna-se um importante instrumento de intervenção estatal na política salarial.

Com o advento da Segunda Guerra Mundial, a política de intervenção estatal na economia foi amplamente intensificada. Com a entrada formal do Brasil na guerra, em 1942, começa um esforço de mobilização econômica, até então nunca visto. Ganha ainda mais fôlego e importância o programa de empresas estatais, adotado por Vargas.

Sabedores de que Vargas havia negociado com a Alemanha[64] nazista uma possível ajuda para a construção de uma indústria siderúrgica em solo brasileiro, somado ao desejo de dar vida, em solo latino-americano, à política da Boa Vizinhança,

[63] SKIDMORE, Thomas. Brasil: De Getúlio a Castelo. 14ª edição. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2007. p. 67.

[64] No âmbito das relações internacionais, Vargas adota uma política chamada pelo historiador Gerson Moura de "equidistância pragmática". Na prática, Vargas não adota qualquer forma de alinhamento político com os EUA ou Alemanha, num momento em que a ascensão do nazismo rivalizava com a hegemonia americana.

somado ainda ao desejo por uma maior penetração comercial, além, é claro, do uso das bases brasileiras, os Estados Unidos colocaram à disposição do Brasil empréstimos a longo prazo do *Export-Import Bank*, no valor de vinte milhões de dólares, que possibilitaram a construção da Companhia Siderúrgica Nacional. Quanto a isso, BASTOS nos diz:

> Antes de 1937, as barganhas brasileiras visavam atrair primeiro a estadunidense DuPont; depois do Estado Novo, as alemãs Demag, Krupp e Stahlunion, antes da intensa negociação com a US.Stell entre maio de 1939 e janeiro de 1940. Esta negociação fracassou não por causar de qualquer resistência brasileira em atender a condições exigidas pela empresa, mas sim por causa do desinteresse da empresa a despeito do desejo comum do governo brasileiro e do Departamento de Estado estadunidense. Este revés voltou a levar o governo a procurar empresas alemãs em 1940. A opção alemã voltou a fracassar mas, indiretamente, induziu Roosevelt a propor uma barganha de governo a governo depois dos célebres discursos pró-germânicos de Vargas em meados de 1940. Assim, os recursos oficiais que propiciaram a criação da Companhia Siderúrgica Nacional sequer resultaram de uma primeira demanda brasileira nas barganhas bilaterais mas, sim, de uma terceira ou quarta opção, indicando que o nacional-desenvolvimentismo varguista era suficientemente flexível a ponto de conviver com a hipótese de atração de filiais estrangeiras neste setor estratégico.[65]

SEITENFUS nos diz que:

> Vargas propõe aos Estados Unidos (...) unicamente um crédito para a aquisição dos equipamentos para a usina siderúrgica. (...) Os planos já estão em estágio avançado com a definição do local da construção: Volta Redonda. (...) as negociações triangulares entre Brasil, os Estados Unidos e a United Steel são difíceis e encontram-se, em fins de 1940, num momento crítico. (...) O descontentamento dos

[65] BASTOS, Pedro Paulo Zaluth. A Construção do Nacional-Desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a Dinâmica de Interação entre Estado e Mercado nos Setores de Base. Revista Econômica. UNICAMP, Campinas, 2006. in http://www.anpec.org.br/revista/vol7/vol7n4p239_275.pdf acesso em: 14/03/2019.

> governantes brasileiros é perceptível, pois num primeiro momento a United Steel havia emitido um parecer favorável ao projeto. (...) Getúlio Vargas já definiu sua estratégia. Desde dezembro de 1939, aventa a possibilidade de recorrer à germânica Krupp, que fez propostas semelhantes às da United Steel. O bloqueio das negociações leva Vargas a cogitar novamente a possibilidade de recorrer a "outros parceiros". A ameaça de recorrer a Krupp provoca, segundo Carlos Martins, "confusão e temores" nos meios governamentais norte-americanos, que solicitam uma reavaliação a United Steel.[66]

Por fim, em julho de 1940, Oswaldo Aranha envia aos EUA uma missão para negociar questões acerca da siderurgia brasileira. O governo dos EUA, temeroso de uma possível aliança com a Alemanha[67], enfim cede um acordo com o governo brasileiro. Segundo SEITENFUS:

> O Departamento de Estado, informado sobre as propostas alemãs, considera que caso estas sejam bem-sucedidas a "predominância alemã na via econômica e militar brasileira estaria assegurada por vários anos." (...) Para Caffery, o acerto iminente entre Rio de Janeiro e a Krupp é um risco concreto proveniente das "atividades excessivas" do embaixador Prüfer." As intransponíveis dificuldades que marcaram as negociações anteriores pertencem ao passado e, rapidamente, os dois governos concluem um acordo. (...) A 25 de setembro de 1940, Guilherme Guinle e Jesse Jones firmam um instrumento que prevê a concessão de auxílio técnico e financeiro para a construção de uma usina siderúrgica no Brasil. (...) O acordo prevê um investimento inicial de 45 milhões de dólares, dos quais 20 milhões seriam financiados pelos Estados Unidos e garantidos pelo Banco do Brasil, (...).[68]

---

[66] SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial. 3º ed. Editora Manole. Barueri/SP. p. 191/192

[67] Mais sobre as relações do Brasil com a Alemanha podem ser encontradas em: RAHMEIER, Andrea Helena Petry Relações diplomáticas e militares entre a Alemanha e o Brasil: da proximidade ao rompimento (1937-1942). Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. PUCRS, 2009.

[68] SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. O Brasil Vai à Guerra: O Processo do Desenvolvimento Brasileiro na Segunda Guerra Mundial. 3º ed. Editora Manole. Barueri/SP. p. 238

Também em 1942 o governo *Roosevelt* envia ao Brasil uma equipe técnica chefiada por *Moris Llewellyn Cooke*, que ficou conhecida como Missão *Cooke*, com o objetivo de fazer um levantamento sistemático dos recursos brasileiros e dar recomendações para o desenvolvimento do Brasil, recomendações estas que, segundo Skidmore, não eram seguidas.[69]

Skidmore resume o processo de industrialização do Brasil entre 1930 e 1945 como um:

> (...) produto de dois fatores: substituição "espontânea" das importações, resultante do colapso da capacidade de importação, com a manutenção da procura interna através do programa de auxílio ao café, e o deslocamento dos investimentos particulares, do setor de exportação, para a produção industrial destinada ao mercado interno; e a intervenção estatal, direta e indireta. (...) Contudo, foi o hábil político Vargas que se tornou o mais conhecido padrinho da industrialização. (...).[70]

2.2 Algo Está Errado

A começar pelos oficiais brasileiros que lutavam na guerra, crescia no Brasil o pensamento de que "algo está errado". Os brasileiros lutavam pela democracia fora do Brasil, ao passo que no Brasil vigorava uma ditadura. Sobre isso nos fala CORSI:

> O alinhamento do Brasil aos EUA abriu uma nova fase no Estado Novo, ao introduzir uma contradição no âmago do regime, qual seja: uma ditadura apoiar as democracias na luta contra o nazifascismo, o que acabaria por ser um dos principais determinantes da queda do Estado Novo três anos mais tarde. Isto, além de obrigar o alijamento dos setores mais identificados com o fascismo do governo, abriu espaço para o crescimento das oposições.[71]

---

[69] SKIDMORE, Thomas. Brasil: De Getúlio a Castelo. 14ª edição. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2007. p. 68.
[70] SKIDMORE, Thomas. Brasil: De Getúlio a Castelo. 14ª edição. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2007. p. 70/71
[71] CORSI, Francisco Luiz. As discussões em torno dos rumos da economia brasileira ao final do Estado Novo. Texto para Discussão nº 41. Campinas: UNICAMP/IE, 1994.

Em 1943, com a passagem do sexto aniversário do Golpe que fez subir ao poder Vargas, data tal que deveria ser realizado o plebiscito que estava previsto na Constituição de 1937, Vargas fala a nação: "em ambiente próprio de paz e ordem, com as garantias máximas à liberdade de opinião, reajustaremos a estrutura política da nação, faremos de forma ampla e segura as necessárias consultas ao povo brasileiro." Aos 15 de abril de 1944, retoma o assunto, garantindo ao povo brasileiro que estes poderiam: "se declarar e escolher os seus representantes, dentro da democracia, da lei e da ordem."[72] Até 1945, Vargas, eficientemente, tinha silenciado as opiniões contrárias.

Apenas uma única declaração da oposição, ocorrida em outubro de 1943, e oriunda de um grupo de intelectuais e políticos mineiros, que de forma respeitosa e cautelosa, emitiram um manifesto, pedindo a liberdade de opinião e um governo constitucional, citando para tanto a história do povo de Minas Gerais. O PCB, durante a II Conferencia Nacional, conhecida como Conferência da Mantiqueira, realizada entre 28 e 30 de agosto de 1943, na cidade de Resende, estado do Rio de Janeiro, dá apoio político a Vargas: [73]

> Evidentemente, essa união há de realizar-se em torno do governo do Presidente Vargas, que dirige o país em guerra, postas de parte antigas pendências e dissenções, que, neste momento, não se podem alegar nem fazer prevalecer diante do quadro supremo da Pátria em luta, na mais difícil e penosa de todas as guerras.[74]

Contudo, após 1945, os protestos começam a romper a censura. Em 26 de janeiro, durante o 1º Congresso Brasileiro de Escritores, fora pedido a completa liberdade de expressão. Aos 22 de fevereiro, José Américo de Almeida[75] concedeu

---

[72] SKIDMORE, Thomas. Brasil: De Getúlio a Castelo. 14ª edição. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2007. p. 72

[73] ABREU, Alzira Alves de; CARNEIRO, Alan; Verbete Luis Carlos Prestes; Atlas/FGV disponível em https://atlas.fgv.br/verbetes/luis-carlos-prestes acesso aos 07/07/2017

[74] CARONE, Edgard. O PCB 1943 a 1964. Corpo e alma do Brasil, Vol. 2. DIFEL, São Paulo, 1982.

[75] José Américo de Almeida, nascido na cidade de Areia, estado da Paraíba. Um dos fundadores do UDN (União Democrática Nacional), José Américo de Almeida dedicou-se à política, foi governador da Paraíba. Durante seu mandato fundou a Universidade Federal da Paraíba, sendo nomeado seu primeiro reitor. Entre 1930 e 1934, no governo de Getúlio Vargas, foi nomeado Ministro da Viação e Obras Públicas. Já 1935, foi nomeado Ministro do Tribunal de Contas da União, e em 1947 foi eleito Senador pelo Estado da Paraíba. Em sessão, de 29 de outubro de 1947, votou contra o projeto do senador Ivo

entrevista ao jornalista Carlos Lacerda, criticando o regime ditatorial de Vargas, publicado pelo jornal Correio da Manhã, no dia 24, gerando grande repercussão. Uma segunda entrevista foi concedida a Edgar da Mata Machado, publicada no dia seguinte, no jornal O Globo. Nessa entrevista, José Américo diz que a oposição indicaria o nome do Brigadeiro Eduardo Gomes[76] para disputar a eleição presidencial, prometida por Vargas.[77]

Aos 28 de fevereiro de 1945, Vargas emite um Ato Adicional, emendando a Constituição de 1937, dando o prazo de até noventa dias em que seria baixado um decreto que fixaria a data das eleições. Aos 28 de maio, o decreto é baixado e a data escolhida para o sufrágio foi 02 de dezembro de 1945.

No início de julho de 1945, José Américo, incumbido por Eduardo Gomes e Virgílio de Melo Franco, propôs a Dutra a destituição de Vargas e a constituição de uma junta militar[78]. Dutra, apesar de pedir um prazo para analisar a proposta, já havia aceitado tacitamente ser candidato em meados de abril[79] e acaba, aos 17 de julho de 1945, lançando sua candidatura na legenda do Partido Social Democrático (PSD). Formalmente, só se demite do cargo de ministro da guerra em agosto e a Pasta de ministro da Guerra é assumida, então, pelo general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, e é sob a liderança deste que Vargas é deposto, aos 29 de outubro de 1945, por um golpe militar. Assume o executivo nacional o então presidente do Supremo Tribunal Federal – STF, José Linhares.

---

d'Aquino, que determinava a cassação dos mandatos dos parlamentares eleitos pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em 1951 é eleito presidente do Estado da Paraíba, pelo partido Libertador (PL), que, junto com o PSD, formaram a Coligação Democrática Paraibana. Em 1967 foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, para a cadeira 38. Faleceu em João Pessoa, Paraíba, no dia 10 de março de 1980. (José Américo de Almeida, CPDOC-FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil in http://cpdoc.fgv.br/producao/ dossies/ AEraVargas1/ biografias/ jose_americo_almeida; acesso aos 28/03/2017).

[76] Ex tenente e um dos principais comandantes da Força Aérea, à época.

[77] SKIDMORE, afirma que ouve falha dos censores em evitar a publicação da entrevista, sinal do enfraquecimento ou da maior abertura de Vargas aos seus opositores. SKIDMORE, Thomas. Brasil: De Getúlio a Castelo. 14ª edição. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2007. p. 73.

[78] CPDOC-FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil in http://cpdoc.fgv.br/producao/ dossies/ AEraVargas1/ biografias/ jose_americo_almeida; acesso aos 28/03/2017

[79] SKIDMORE, Thomas. Brasil: De Getúlio a Castelo. 14ª edição. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2007. p. 74.

2.3 A Candidatura de Dutra

A candidatura de Dutra, a princípio, foi interpretada pela oposição, como uma "tática diversionista" de Vargas, que, apoiando um candidato governista, poderia vir a influenciar o governo de Dutra. Sobre o apoio de Vargas, Dutra deixa registradas suas impressões sobre o fato:

> (...) fomos cientificados pelo Dr. Getúlio Vargas da incumbência por ele dado ao Governador de Minas. Declarou-nos textualmente: "Mandei o Valladares levantar sua candidatura em São Paulo; a batalha está ganha; o senhor irá à Presidência da República porque eu quero." Foi a primeira vez em que o Presidente nos falou a respeito da nossa candidatura e sentimos que o fez com algum constrangimento, até mesmo azedume. Num encontro que tivemos, logo após, com o General Góes Monteiro, este nos advertiu que não tivéssemos como definitivo o lançamento de nosso nome. Passamos a aguardar acontecimentos. Após a comunicação feita no Palácio Rio Negro sobre a indicação de nosso nome como candidato à sua substituição, evitou o Presidente, daí por diante, ter conosco qualquer entendimento a respeito do assunto, talvez por não querer aparecer como autor de nossa candidatura, da qual ele próprio, aconselhado por Agamemnon, tivera a iniciativa, ou por não pretender apoiar-me realmente.[80]

Vê-se pelo relato que, entre março e agosto, enquanto Dutra continuava despachando como ministro da guerra, Vargas não voltou a tocar no assunto do apoio a Dutra presidente, apesar dos frequentes contatos que Dutra tinha com Vargas.

> Por sua vez compreendendo isso, abstínhamo-nos, também, de provocar qualquer manifestação de sua parte. (...) No dia 1º de maio de 1945, na costumeira concentração trabalhista no estádio do Vasco, esperavam os políticos uma palavra encorajadora do Presidente a favor do seu candidato. Mais uma vez nada. Aproveitou, porém, o momento para lançar, com ênfase, um desafio a quantos pensassem em afastá-lo do poder 'pela traição ou pela violência', segundo suas

[80] LEITE, Mauro Renault; JUNIOR, Novelli. Marechal Eurico Gaspar Dutra: O Dever da Verdade, Brasil-Século 20, Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro. 1983.

> próprias expressões. Não passava pela sua mente pudesse ocorrer um movimento semelhante ao de 29 de outubro.[81]

A corrida eleitoral se intensifica após o decreto de 28 de maio. O recém-organizado (organizado aos 09 de maio) Partido Social Democrático (PSD) abre apoio à candidatura de Dutra em 1º de julho. A União Democrática Nacional (UDN) lança em agosto a candidatura de Eduardo Gomes.

Aos 04 de agosto de 1945 Dutra fornece uma entrevista ao Jornal O Globo, do Rio de Janeiro. Entrevista esta dada ao Sr. M. A. Bittencourt, da Liga Popular Sindicalista. Expõe que não era candidato do exército, e sim candidato do Brasil. Tampouco, apresenta um programa de governo, declara que o "programa é o próprio Brasil" e que muito se tinha que fazer pelo gigantismo do Brasil, e que, de fato, o programa era trabalhar. Suas prioridades, entretanto, seriam a "instrução e a assistência social". Segundo Dutra, "A riqueza de um povo se funda na sua saúde e sua instrução." Em resposta à pergunta "Quanto à industrialização e o agrarismo, qual seu ponto de vista?", Dutra diz:

> O Brasil está na senda do industrialismo. Passou a época do essencialmente agrícola. Países essencialmente agrícolas são países de pauperismo. Produtores que somos de matérias-primas vitais, devemos sobretudo desenvolver o aproveitamento dessas matérias-primas; organizar o nosso parque industrial, tendo em conta as mais avançadas conquistas da máquina. Produção em massa, objetivando uma grande expansão de consumidores internos e exportação para países limítrofes. Certamente encontraremos limitações por países industrializados, que não desejariam nossa concorrência. É nosso dever sobrepor-nos a tais limitações, vencendo-as com espírito progressista, norteando-nos por uma produção própria e adequada no aproveitamento de nossas próprias matérias-primas. Temos as matérias-primas. Devemos transformá-las e vendê-las em produtos. Em vez de importarmos manufaturas, importemos máquinas para o nosso parque industrial, enriquecendo o nosso povo, elevando o seu padrão de vida. Na agricultura impõe-se a mecanização, a adoção de

[81] LEITE, Mauro Renault; JUNIOR, Novelli. Marechal Eurico Gaspar Dutra: O Dever da Verdade, Brasil-Século 20, Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro. 1983 p. 674

> métodos modernos de produção e tendo em conta que, por muitos anos, o mundo devastado e hoje faminto pela guerra terá necessidades fabulosas de produtos alimentação. Teremos que cuidar atentamente do fomento das correntes imigratórias, tão necessárias ao nosso País, correntes que se avolumarão na agricultura, sem desprezar os técnicos especializados para as indústrias de transformação.[82]

Dutra finda sua entrevista afirmando que o combate ao pauperismo e a busca pela valorização do homem eram o seu programa de governo. Essa entrevista gerou muita repercussão, apresentando Dutra como candidato à Presidência do povo brasileiro. Apesar do clima de redemocratização que pairava no ar, a atmosfera foi conturbada quando um grupo de apoiadores do governo Vargas iniciou um movimento no sentido de adiar as eleições presidenciais, fazendo-se as eleições para a Assembleia Constituinte no lugar da eleição presidencial. Surge então os chamados "queremistas"[83] que eram grupos de apoiadores de Vargas que "queriam" que este continuasse no poder ou, ao menos, se candidatasse para as eleições presidenciais. Vargas, pelo menos abertamente, não apoiou e nem procurou desencorajar o crescimento do movimento queremista.

Dutra alega ser contra a derrubada de Getúlio, apesar de muitos políticos o procurarem alegando ser essa a única forma de se realizar as eleições.[84] Sem o apoio de Vargas e com comícios frios por todo o Brasil, Dutra chega a cogitar a retirada da candidatura. Dificilmente Dutra venceria Vargas agora com o queremismo, acreditava.[85] Também o PCB, recém-legalizado após anos de clandestinidade, logo manifestou apoio à bandeira da Constituinte com Getúlio[86]. Sobre isso GOMES escreve:

---

[82] LEITE, Mauro Renault; JUNIOR, Novelli. Marechal Eurico Gaspar Dutra: O Dever da Verdade, Brasil-Século 20, Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro. 1983. p. 698/699. Grifos nossos.

[83] Ganharam tal nome pelo refrão que diziam "Queremos Getúlio" com o lema "Constituinte com Getúlio"

[84] LEITE, Mauro Renault; JUNIOR, Novelli. Marechal Eurico Gaspar Dutra: O Dever da Verdade, Brasil-Século 20, Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro. 1983. p. 674

[85] LEITE, Mauro Renault; JUNIOR, Novelli. Marechal Eurico Gaspar Dutra: O Dever da Verdade, Brasil-Século 20, Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro. 1983. p. 676

[86] CPDOC, Queremismo disponível em https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/QuedaDeVargas/Queremismo. Os queremistas reivindicavam o adiamento das eleições presidenciais e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Caso as eleições fossem mesmo confirmadas, queriam o lançamento da candidatura de Vargas.

O PC vivia um momento bem especial, com a anistia concedia a seu líder, Luís Carlos Prestes, que se posiciona ao lado de Vargas, para o fortalecimento da luta contra o nazi-facismo. O clima político do país é de franca mobilização, não havendo nenhuma indicação de repressão às manifestações então organizadas, aliás muito ao contrário. O PTB (com apoio do ministério do Trabalho) e o PC participam como aliados do movimento Queremista, sem perda de suas respectivas identidades, por força dos interesses de seus líderes, as duas maiores figuras da política nacional da época. Portanto, fica claro que as linhas de confluência entre o PTB e o Queremismo, sempre existentes, estreitaram-se durante o ano de 1945 e que, até às vésperas do golpe, a campanha "Constituinte com Getúlio", com sua decorrente candidatura, era hipótese considerada não só viável politicamente, como a que mais "emocionava o povo".[87]

Figura 1

1. Coisas "Exquisitas" - Folha da Noite – 26/11/1945[88]

[87] GOMES, Angela de Castro. Uma Breve história do PTB. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002. Trabalho apresentado na Palestra no I Curso de Formação e capacitação Política, realizada na Sede do PTB. São Paulo, 13 de julho de 2002. Grifos nossos.

[88] Charge publicada no jornal Folha da Noite, disponível em https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=36001&anchor=5118007&origem=busca acesso aos 14/03/2019. (O jornal, Folha da Noite, satiriza o apoio de Vargas a Dutra. Na charge temos dois momentos. No primeiro, chamado de Outubro, Dutra expulsa Vargas da Presidência da República. No segundo quadro, Novembro, Vargas com roupas típicas de seu estado, pedia votos à campanha de Dutra.)

Aos 28 de julho de 1945, Dutra deixa o Ministério da Guerra, triste, por não contar com qualquer apoio de Getúlio.

> Dia a dia, nossa posição como membro do Governo ia se tornando mais difícil. De um lado, nenhum apoio do Presidente, seus amigos mais íntimos chegavam ao ponto de insinuar a nossa renúncia, seguida de apoio incondicional ao Dr. Getúlio, como até então. De outro lado, os adversários do Governo procuravam tirar partido da situação, esperando de nossa parte enérgica reação. Nessa conjuntura, resolvemos deixar o Ministério antes do prazo fixado para desincompatibilização, continuando ou não candidato.[89]

Aos 02 de setembro de 1945 sacramentava-se o que Vargas já havia declarado aos 11 de março e 1º de maio, que não se candidataria as eleições presidenciais. Aos 02 de setembro findou-se o prazo para apresentação das candidaturas à Presidência. Logo mais, em 29 de setembro, o clima eleitoral volta a se agitar. Adolph Augustus Berle Junior,[90] num discurso proferido em um almoço realizado no Hotel Quitandinha, em Petrópolis, Rio de Janeiro, a convite do Sindicato dos Jornalistas, declara estar confiante que as eleições finalmente irão ocorrer aos 02 de dezembro de 1945, enfatizando a importância da institucionalização democrática e atacando diretamente os queremistas, ao discursar contra a forma de Constituinte por eles desejada. Tal discurso é interpretado por parte da esquerda e pelos queremistas como uma "possível intervenção" do governo dos Estados Unidos da América ao Brasil e taxando as eleições vindouras de "maquinação de reacionários".[91]

Desde o dia da sua posse como embaixador no Brasil, em 30 de janeiro de 1945, Berle demonstrou grande interesse na redemocratização do Brasil, chegando a registrar

---

[89] LEITE, Mauro Renault; JUNIOR, Novelli. Marechal Eurico Gaspar Dutra: O Dever da Verdade, Brasil-Século 20, Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro. 1983. p. 677

[90] Berle redigiu grande parte da legislação do *New Deal* de 1931 a 1932, (implantadas por Roosevelt a partir de 1933), foi Secretário-adjunto de Estado para a América Latina entre 1938 e 1945, atuando ainda, durante esse período, como delegado dos EUA às conferências interamericanas reunidas em Lima (1938), Havana (1940) e Cidade do México (1945). Nomeado em 24 de janeiro de 1945 embaixador no Brasil, em substituição a Jefferson Caffery, que chefiara a embaixada desde 1937. (CPDOC-FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - http://www.fgv.br/cpdoc/ acervo/ dicionarios/ verbete-biografico/ adolf-augustus-berle-junior)

[91] SKIDMORE, Thomas. Brasil: De Getúlio a Castelo. 14ª edição. São Paulo: Editora Paz e Terra. 2007. p. 75.

em seu diário que o governo Norte americano "deveriam encorajar uma solução política capaz de atender, o mais breve possível, aos anseios do povo brasileiro"[92] Diferentemente do que Vargas demonstrava estar fazendo, Berle tinha outro pensamento quanto as reais intenções de Vargas sobre as eleições e, aos 13 de agosto de 1945, em carta ao presidente norte-americano Harry S. Truman, Berle diz que "Getúlio iria suspender as eleições que estavam marcadas para o dia 02 de dezembro, pois estava buscando alguém próximo a ele que pudesse governar o país, já que nem Dutra e nem Eduardo Gomes tinham apelo popular".

Voltando a escrever ao presidente Truman, aos 04 de setembro de 1945, afirmou que, se Vargas se candidatasse, venceria com muita facilidade, "pois foi o presidente que mais fez pela classe trabalhadora". Em 13 de setembro de 1945, Truman escreve a Berle, dizendo que uma intervenção norte-americana nas questões internas do Brasil, naquele momento, seria uma catástrofe, tendo em vista que tudo corria conforme os interesses do governo norte-americano e que Vargas demonstrava ser amigo dos EUA.

Tampouco o movimento Queremista ficou de fora das preocupações de Berle. Em telegrama datado de 18 de setembro de 1945 informa ao Departamento de Estado norte- americano que se organizava no país um movimento favorável à permanência de Getúlio Vargas à presidência da República e que tal movimento contava ainda com o apoio dos comunistas e que estes buscavam a convocação de uma Assembleia Constituinte. Afirmava ainda que, apesar de não declararem claramente, o movimento acreditava que Vargas poderia continuar no poder após as eleições e que a maioria da população, apesar de desejar o retorno da democracia constitucional, também queria a permanência de Vargas no poder.

Aos 19 de outubro de 1945, novamente Berle informa a Truman sua visão sobre os queremistas. Nesta feita, diz que o movimento queremista estava se articulando para manter Vargas no poder, contudo, o presidente Vargas lhe havia dito que não apoiava aquela manobra quando este esteve com Berle, em 28 de setembro de 1945.

---

[92] (CPDOC-FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - http://www.fgv.br/cpdoc/ acervo/ dicionarios/ verbete-biografico/ adolf-augustus-berle-junior)

Com a imensa repercussão que o discurso de Berle teve na imprensa brasileira, Vargas visivelmente não gostou do que chamou de "intervenção" de um norte-americano nas questões internas do Brasil. Vargas queixa-se ao seu então ministro da guerra, o General Pedro Aurélio de Góis Monteiro, que o recorda que examinou o discurso antes. Todavia, Vargas afirma que em tal oportunidade estava muito exausto e não compreendera o português de Berle.[93]

Em resposta ao discurso de Berle, Vargas, aos 03 de outubro de 1945, pela passagem do 15º aniversário do apelo às armas de 1930, os queremistas organizaram um comício em frente ao palácio Guanabara. Vargas afirma que não é candidato à eleição e, rebatendo Berle, diz que "não precisamos buscar exemplos nem lições no estrangeiro. Possuímos, também, a nossa tradição de democracia política, étnica e social".[94] Na ocasião, Vargas também diz que o povo tinha o direito de exigir uma Assembleia Constituinte que "forças reacionárias poderosas, ocultas uma, ostensivas outras, contrárias todas a convocação de uma Constituinte".[95] Mais tarde, o Itamarati encaminhou ao Departamento de Estado dos EUA um protesto contra a atitude de Berle. Comunistas e queremistas também protestaram contra Berle. Prestes, em discurso proferido em Porto Alegre, diz que o "Sr. Berle toma atitude de conselheiro em questões de nossa terra (…), mas nós é que resolvemos as nossas questões".[96] No frigir dos ovos, Berle acaba sendo afastado de suas funções como embaixador no Brasil no início de 1946.

Pouco antes do embaixador norte-americano ser afastado de suas funções no Brasil, algumas atitudes de Getúlio Vargas levantavam suspeitas quanto a sua real intenção em relação às eleições, creditando a visão de Berle.

> A posição enigmática de Getúlio estimulava especulações maiores com respeito à sua verdadeira atitude diante das eleições iminentes. Estaria o ex-ditador planejando uma repetição de 1937, quando

[93] SKIDMORE, Thomas. Brasil: De Getúlio a Castelo. 14ª edição, São Paulo: Editora Paz e Terra, 2007. p. 75. e CPDOC-FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - http://www.fgv.br/cpdoc/ acervo/ dicionarios/ verbete-biografico/ adolf-augustus-berle-junior).
[94] CPDOC-FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - http://www.fgv.br/cpdoc/ acervo/ dicionarios/ verbete-biografico/ adolf-augustus-berle-junior).
[95] SKIDMORE, Thomas. Brasil: De Getúlio a Castelo. 14ª edição, São Paulo: Editora Paz e Terra, 2007. p. 76
[96] CPDOC-FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - http://www.fgv.br/cpdoc/ acervo/ dicionarios/ verbete-biografico/ adolf-augustus-berle-junior).

> libertou a esquerda de molde a justificar o seu próprio golpe? Ou estaria estudando uma nova era política baseada no apoio operário militante, tal como o que Perón havia mobilizado na Argentina, a partir de seu golpe de 1943?[97]

Sem tardar, aos 10 de outubro de 1945, Vargas acrescenta mais um ingrediente a massa, fomentando ainda mais tais pensamentos na oposição. Baixa um decreto que antecipa as eleições estaduais e municipais para o mesmo dia da eleição para presidente. Tendo em vista que o decreto determinava que os titulares de cargos do executivo que desejassem concorrer às eleições deveriam entregar seus cargos até 30 dias antes das eleições, a oposição começou a temer que os novos governantes nomeados por Vargas pudessem intervir nas eleições em beneficio do candidato de Vargas.

Militares e integrantes da UDN ficaram temerosos com o possível cenário político que vislumbravam. Poderia se repetir no Brasil o que ocorreu na Argentina com Perón, que retornara ao poder oito dias depois de ser deposto? Contudo, a gota d'água foi à destituição, por Vargas, do chefe da Polícia do Distrito Federal, João Alberto, colocando no lugar Benjamim Dornelles Vargas, irmão de Getúlio Vargas.

Não bastasse as modificações abruptas na lei eleitoral, a destituição de João Alberto não foi bem recebida pelos generais. Em defesa de João Alberto, surge Góes Monteiro, Ministro da Guerra, que mobiliza a opinião dos oficiais em prol de um golpe para depor Getúlio Vargas. Coube a Dutra levar ao presidente a mensagem dos generais, aos 29 de outubro. Deveria o presidente revogar a nomeação de Benjamim Vargas ou seria deposto pelo Exército Brasileiro. Vargas, não crendo que os generais levariam a cabo tal ameaça, recusou-se a revogar a nomeação de Benjamim.[98]

Quando Dutra chegou com a resposta negativa do presidente Vargas, Góes Monteiro já havia, de certa forma, sitiado o palácio presidencial com a guarnição local do Exército, e a noite mandou o General Oswaldo Cordeiro de Farias para depor o

---

[97] SKIDMORE, Thomas. Brasil: De Getúlio a Castelo, Editora Paz e Terra, 14ª edição, São Paulo. 2007. p. 75

[98] Segundo SKIDMORE, Benjamim era uma "figura medíocre, conhecido por suas ligações com o lado mais sombrio dos negócios públicos". SKIDMORE, Thomas. Brasil: De Getúlio a Castelo. 14ª edição. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2007 p. 77. Há ainda a hipótese de que Vargas, ao nomear seu irmão, estava a par das possíveis repercussões e desejava ser deposto para voltar ao poder oportunamente.

presidente. De inicio, Vargas se recusou a entregar o cargo, mas foi logo convencido de que não havia o que ser feito, além da saída da presidência. No dia seguinte, 30 de outubro, Vargas deixa o palácio presidencial em direção ao Rio Grande do Sul. Vargas "foi deposto do cargo, não pelo poder da oposição civil, mas por decisão do Alto Comando do Exército"[99] o que representa uma grande diferença, tanto é que mais tarde, legitimamente, Vargas retorna ao poder pelo voto popular.

Góes Monteiro consulta os então candidatos à presidência, Eduardo Gomes e Dutra. Sobre a escolha de um presidente interino e, de comum acordo, assume a presidência da república o presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares. Linhares substitui os interventores dos estados e suspende todos os presidentes, substituindo, em sua maioria, por membros do Poder Judiciário, que foram instruídos a manterem a imparcialidade nas próximas eleições. Apesar de um governo curto e autonomeado "não-político", Linhares revogou decretos do antigo presidente e dedicou-se a uma breve perseguição ao Partido Comunista.

O ministério de Linhares foi quase totalmente da UDN, o que deixou Dutra perturbado. Assim registrou Dutra:

> Na manhã de 30, o Presidente Linhares voltou ao Palácio da Guerra, para dar conhecimento aos dois candidatos à sucessão presidencial e ao General Góes da composição do seu Governo. Conferenciou primeiramente, a portas fechadas, com o Brigadeiro Eduardo Gomes. A seguir, convocou-nos, juntamente com o Ministro da Guerra. Na presença dos três, leu uma nota contendo os nomes dos novos Ministros. Agradecemos-lhe a atenção, ao fazer-nos tal comunicação, mas objetivamos que nos sentíamos na obrigação de dizer que se tratava de um Ministério inteiramente hostil a nós, constituído de nomes reconhecidamente udenistas. O Presidente Linhares nada replicou.[100]

---

[99] Palavras de Góes Monteiro à UDN in SKIDMORE, Thomas. Brasil: De Getúlio a Castelo, Editora Paz e Terra, 14ª edição, São Paulo. 2007. Pag. 78

[100] LEITE, Mauro Renault; JUNIOR, Novelli. Marechal Eurico Gaspar Dutra: O Dever da Verdade, Brasil-Século 20, Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro. 1983 p. 746

Dutra deixa registrado que as escolhas para o Ministério da Marinha e da Aeronáutica foram escolhas de alta patente, contrárias à sua eleição e declaradamente simpatizantes do Brigadeiro. Nos Estados a mesma política. "Nos Estados, as substituições das autoridades pessedistas por udenistas também prevaleceram, a pretexto de desmontar a máquina eleitoral".[101]

Poucos viam Dutra como vencedor das eleições para Presidente. Dutra passa a ser candidato de oposição, "aparentemente sem possibilidade de êxito", pois não tinha o apoio nem mesmo do Ministério da Guerra e nas forças armadas era tida como certa a sua derrota. Góes Monteiro, que a princípio era um dos principais apoiadores de Dutra, chega a ficar indiferente com a campanha, e responsabilizava este pelas atitudes do Presidente Linhares de desmonte da máquina eleitoral de Dutra, tendo em vista que foi ideia de Dutra a entrega do poder ao Judiciário e não a um chefe militar de sua confiança. Dutra chega a receber um telefonema de Belo Horizonte. Era o presidente do PSD sugerindo a sua retirada da campanha eleitoral, pois considerava certa a vitória do Brigadeiro.[102] Dutra se via cada dia mais abandonado, até mesmo pelos seus, na campanha rumo à Presidência da República e à redemocratização.

Figura 2

2. Getúlio Vargas anuncia pela rádio o Estado Novo aos 10/11/1937. [103]

[101] LEITE, Mauro Renault; JUNIOR, Novelli. Marechal Eurico Gaspar Dutra: O Dever da Verdade, Brasil-Século 20, Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro. 1983 p. 747

[102] LEITE, Mauro Renault; JUNIOR, Novelli. Marechal Eurico Gaspar Dutra: O Dever da Verdade, Brasil-Século 20, Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro. 1983 p 747

[103] À sua direita aparece Dutra, então ministro, de braços cruzados. Disponível em http://memorialdademocracia.com.br/card/getulio-anuncia-pelo-radio-agora-e-estado-novo. Acesso aos 14/03/2019.

O povo o responsabilizava pela implantação do Estado Novo no Brasil e a U.D.N. também o atacava nesse sentido. Aos 12 de novembro de 1945, Dutra, então candidato à presidência pelo PSD, dirige-se à nação em um manifesto onde "em atitude muito corajosa para um candidato que dependia dos votos populares, reafirmava publicamente sua responsabilidade na implantação do Estado Novo."[104] Parecia a gota d'água para o fim. Dutra, porém, emerge das turbulentas águas que criara para mais um fôlego. O Embaixador João Neves da Fontoura, futuro ministro do exterior da gestão Dutra, voou para Porto Alegre e ali, numa assembleia de líderes do Partido, conclama aos partidários que se mantivessem do lado de Dutra, independentemente da parte que Dutra assumiu no golpe de 29 de outubro. Fontoura consegue o impensável até então, nas palavras de Dutra: "Não contente com isso, conseguiu arrancar de Vargas uma proclamação aos brasileiros a nosso favor, proclamação que foi lida pela primeira vez no comício do Largo da Carioca e que muito concorreu para reanimar o PSD."[105] Agora Dutra formalmente tinha o "apoio" de Vargas e este o apoio da massa de trabalhadores.

2.4 O Início da Era Dutra

Como demonstrado pela imprensa em geral, Dutra fora eleito nas eleições mais livres que o País já havia vivido.[106] Dutra vence com 3.251.507 ou 53,39%. Os demais candidatos, Eduardo Gomes, 2.039.342, ou 34,74%; Yedo Fiuza, 569.818 ou 9,7% e Mário Rolim Teles, com 10.001 ou 0,17% dos votos. Dutra afirma que desejava fazer um governo civil e assim declarou:

> Embora me faltasse quatro anos para atingir a idade-limite de permanência no serviço ativo do Exercito, solicitei transferência para a reserva, tão logo diplomado pela Justiça Eleitoral. É que desejava ir para a Presidência com o propósito de fazer um governo civil.[107]

[104] LEITE, Mauro Renault; JUNIOR, Novelli. Marechal Eurico Gaspar Dutra: O Dever da Verdade, Brasil-Século 20, Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro. 1983 p. 748
[105] LEITE, Mauro Renault; JUNIOR, Novelli. Marechal Eurico Gaspar Dutra: O Dever da Verdade, Brasil-Século 20, Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro. 1983 p. 748
[106] SARETTA, Fausto, A Política Econômica Brasileira, São Paulo, Revista de Sociologia e Política nº 4/5, 1995 . pag. 113.
[107] LEITE, Mauro Renault; JUNIOR, Novelli. Marechal Eurico Gaspar Dutra: O Dever da Verdade, Brasil-Século 20, Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro. 1983 p. 753

No mesmo sufrágio foram eleitos também, 320 parlamentares, sendo 177 do PSD, 87 da UDN, 24 do PTB e 15 do PCB. Cenário formado, o PSD oferece dois ministérios a UDN.[108] Para o Ministério da Fazenda Dutra empossa Gastão da Costa Vidigal[109] e para o Ministério do Trabalho, Octacílio Negrão de Lima. Dutra, em seu discurso de posse, mais uma vez demonstra seu apoio às forças produtoras do Brasil. Com o tempo, descobre-se o real significado de "forças produtoras" para Dutra: "no plano de recuperação econômica, deve merecer proeminência o amparo às forças produtoras, pela certeza que só por meio de criação de riqueza chegaremos à estabilidade social, com a melhoria do padrão de vida comum"[110]

SKIDMORE[111] afirma que o governo Dutra, de início, se mostrava um governo apolítico, com inúmeras manifestações de apelo a tranquilidade política. Logo, os ares de tranquilidade começam a mudar e a UDN, com pouco espaço político no novo governo, rapidamente manifesta sua oposição aberta ao governo Dutra. Vargas, em 1946, também rompe com o governo de Dutra, apesar de senador pelo PSD, do presidente Dutra, organizava a criação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), no Rio Grande do Sul. Contudo, a oposição mais forte foi imposta pelo Partido Comunista que, em 1945, ressurgiu com força.

Impondo uma oposição ferrenha ao governo Dutra, o Partido Comunista criticava a grande abertura dada pelo governo, aos investidores estrangeiros. O Partido Comunista do Brasil crescia e já nas eleições de dezembro conseguiu eleger, para a Assembleia Constituinte, quinze membros que criticavam os dispositivos neoliberais da Constituição de 1946. Em maio daquele ano Dutra expulsa todos os funcionários públicos membros do PCB.

---

[108] MENDES, Lilian Marta Grisolio, Aliança e Recompensa: A Política de Alinhamento do Governo Dutra nos Primórdios da Guerra Fria no Brasil, OPSIS, Catalão, v. 12, n. 2, p. 106-124 - jul./dez. 2012, p.114.

[109] Eleito aos 2 de dezembro de 1945 para a Assembleia Nacional Constituinte, não chega a tomar posse, pois é convidado a assumir o Ministério da Fazenda, o que se efetiva aos 1º de fevereiro de 1946.

[110] LEITE, Mauro Renault; JUNIOR, Novelli. Marechal Eurico Gaspar Dutra: O Dever da Verdade, Brasil-Século 20, Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro. 1983 p. 762

[111] SKIDMORE, Thomas. Brasil: De Getúlio a Castelo, Editora Paz e Terra, 14ª edição, São Paulo. 2007. Pag. 91

As comemorações ao dia do trabalho de 1946 foram canceladas pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, tamanho o medo das manifestações comunistas. De certa forma, alguns veículos de mídia corroboram o entendimento do governo, em notícia veiculada no jornal Correio da Manhã, de 1º de maio de 1946, intitulada "As comemorações de hoje. De rigorosa prontidão as forças armadas e a polícia civil." Vê-se o apoio deste jornal às ações do governo.

> Por motivo das comemorações do 1º de maio, as forças armadas ativas e auxiliares encontram-se, como medida preventiva, de rigorosa prontidão em todo o território nacional. As altas autoridades militares tiveram em vista também as manifestações comunistas que ultimamente vêm perturbando a vida do país. [112]

Tais notícias, sendo veiculadas dia a dia, ajudavam a destruir a imagem do comunismo junto à população. A mídia a favor do governo ajudava a formar na mente do povo a ideia que o comunismo era uma corrente estrangeira que perturbava a vida e a paz do país.

LEAL, escrevendo para o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC/FGV apresenta algumas informações acerca do "pensamento" do jornal, O Correio da Manhã, no período Dutra.

> Uma vez marcadas as eleições para dezembro de 1945, o *Correio da Manhã* optou pelo apoio à candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, lançada pela União Democrática Nacional (UDN). Segundo Lurdes Sola, Paulo Bittencourt (redator-chefe) teria figurado entre os primeiros integrantes desse partido, embora logo em seguida tivesse entrado em desacordo com seus correligionários, achando que estariam traindo o programa inicial. Sabe-se também que o diretor do *Correio* havia sido amigo de infância de Eduardo Gomes, e que manteve com ele um estreito relacionamento ao longo de toda a sua vida. Embora houvesse feito oposição à candidatura Dutra, sob seu governo *o Correio da Manhã* assumiu uma atitude de expectativa. Carlos Lacerda escrevia artigos em forma epistolar, que terminavam

[112] Correio da Manhã. As comemorações de hoje. De rigorosa prontidão as forças armadas e a policia civil. Rio de janeiro. 01/05/1946. Grifo nosso

> geralmente com uma chamada ao "generalzinho medíocre". O grande ídolo do jornal continuava sendo o brigadeiro Eduardo Gomes. Em novembro de 1946, durante a fase em que o Partido Comunista estava na legalidade, o *Correio da Manhã* perguntava de que modo iria o governo opor uma barreira à epidemia comunista. Ao mesmo tempo, mostrava-se violentamente antiqueremista.[113]

A política econômica do Ministro da Fazenda, Correa e Castro[114], que prometera tomar medidas monetárias ortodoxas para deter a inflação, não surtia os efeitos prometidos, e os preços subiam rapidamente, o que motivava o PCB ganhar ainda mais força. O PCB conseguiu, no período, chegar às principais lideranças sindicais, além de conseguir importantes vitórias políticas nas eleições de 1945, chegando a ser o quarto partido mais importante do país.

> A opção inicial por uma política ortodoxa de combate à inflação no governo Dutra teve o sentido de rejeição ideológica e técnica ao intervencionismo "varguista", considerado responsável pela aceleração inflacionária durante a Segunda Guerra. Um amplo consenso liberal formou-se entre elites políticas e econômicas a respeito das causas da inflação, responsabilizando o par intervenção estatal (déficit público) e proteção comercial (lucros extraordinários). O líder da campanha liberal foi inegavelmente Eugênio Gudin, já acompanhado do jovem Octávio Gouvêa de Bulhões[115]

O governo logo buscaria calar a voz do PCB. Em 1947, o governo coloca o PCB na ilegalidade, graças a um dispositivo na Constituição de 1946, dispositivo este capaz de impedir que partidos antidemocráticos pudessem participar da vida política. Devido ao crescimento do PCB, esta cláusula foi invocada pelo governo, colocando o PCB na ilegalidade. Tão rápido quanto possível, o governo Dutra interveio em 143 sindicatos, considerados base de apoio ao PCB.

---

[113] LEAL, Carlos Eduardo. Verbete Jornal "Correio da Manhã". CPDOC/FGV in http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/correio-da-manha. Acesso aos 14/03/2019. Entre "colchetes" (redator-chefe) nosso complemento.

[114] Ministro da Fazenda no período de 22 de outubro de 1946 a 10 de junho de 1949.

[115] Gudin e Bulhões viriam a se tornar dois dos representantes mais ferrenhos da teoria do liberalismo econômico Brasil. in BASTOS, P.P.Z. As aporias do liberalismo periférico: comentários à luz dos governos Dutra (1946-1950) e Cardoso (1994-2002). Economia e Sociedade. Campinas, v. 12, n. 2, jul./dez. 2003. p. 251.

No vazio deixado pela supressão do PCB, busca assumir tal lugar o PTB, criado por Vargas, que usou de sua influência para dissociar o PTB dos comunistas, para que o este partido não fosse cassado junto ao PCB. Vargas obteve êxito nessa manobra e abriu espaço estratégico que o reconduziria a presidência, segundo SKIDMORE.[116]

[116] SKIDMORE, Thomas. Brasil: De Getúlio a Castelo, Editora Paz e Terra, 14ª edição, São Paulo. 2007. Pag. 94.

3. Ortodoxia e Liberalismo

O capítulo que se inicia busca analisar alguns aspectos da economia brasileira durante o governo Dutra. Busca, ainda, discutir se, para a literatura analisada, o governo Dutra possuía ideia do alcance que as políticas econômicas por ele adotadas teriam na economia, a exemplo do favorecimento à industrialização. Analisa também as políticas cambiais adotadas no período e o comércio bilateral com os EUA.

3.1 Foco na Industrialização?

No campo econômico uma das principais preocupações dos agentes era se o governo Dutra daria continuidade ao Processo de Substituições de Importações (PSI), iniciado por Vargas. Inflava a discussão a chamada "Campanha Liberal"[117], formada por grupos de industrialistas e comerciantes que buscavam uma participação mínima do governo na condução da economia. Essa campanha a favor do liberalismo econômico é também chamada de "democracia econômica", como aponta SARETTA citando trecho das conclusões da I Conferência Nacional das Classes Produtoras – I Conclap, ocorrida em maio de 1945, na cidade de Teresópolis, Estado do Rio de Janeiro, "(...) à democracia política deve corresponder a democracia econômica".[118]

A inflação, foco da política econômica do Ministro da Fazenda, Correa e Castro, e o *déficit* público cresciam descontroladamente e eram considerados, pelo atual governo, herança do governo antecessor. Dutra assume o governo com um *déficit* de Cr$ 998 milhões, não o bastante, pois a emissão de papel-moeda cresceu 33,3% em 1943, 31,7% em 1944 e 21,2% em 1945[119], acelerando o processo inflacionário.

---

[117] BASTOS, Pedro Paulo Zahluth, Liberal Esclarecido ou Aliado Fiel? Sobre a Natureza da Política Econômica Externa Brasileira no Governo Dutra (1946-1951) in: http://www.anpec.org.br/revista/vol11/vol11n4p285_320.pdf. Acesso aos 02/04/2012.

[118] SARETTA, Fausto, A POLÍTICA ECONÔMICA BRASILEIRA 1946/1950, in https://revistas.ufpr.br/rsp/article/download/39363/24180. Acesso aos 02/05/2013. Saretta alerta pela imprecisão do termo, "democracia econômica", explicando que tal termo significava uma menor intervenção estatal na economia.

[119] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Estatísticas Históricas Brasileiras, Rio de Janeiro:IBGE (199-), apud SARETTA, Fausto. Política econômica brasileira: 1946-1951. Araraquara, Cultura Acadêmica, 2000. p 125.

É adotado no mundo os princípios liberais da Conferência de *Bretton Woods*[120]. O padrão de conversibilidade muda do padrão ouro para o dólar norte americano entre os países signatários. É criado o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, que tinham como uns dos seus objetivos manter o novo modelo adotado. No Brasil, ocorre a "ilusão de divisas". Adota-se o mesmo câmbio do ano de 1939, com a paridade de Cr$ 18,5/US$ e instituído o mercado livre com a abolição das restrições em relação a pagamentos dos anos 1930, o que resulta no aumento de preços no Brasil em relação aos Estados Unidos, evidenciando a sobrevalorização da taxa cambial de Cr$ 18,5/US$.

As políticas econômicas adotadas no início do governo Dutra eram de cunho ortodoxo, com o que concorda a maior parte da literatura, contudo, surgem controvérsias no período entre 1946-1951, chamado de "República Liberal". SKIDMORE[121] divide o governo Dutra em dois períodos econômicos, 1946-1947 e 1947-1950. No primeiro período, de acordo com SKIDMORE, o Brasil flerta com o *laissez faire*, mas, rapidamente, abandona essa política econômica, tendo em vista o esgotamento das reservas brasileiras e o crescente *déficit* do Balanço de Pagamentos. A introdução da política de controles cambiais marca a divisa entre o primeiro e o segundo período, marcado pelo aceleramento da "industrialização espontânea" e rudimentos de planejamento geral dos gastos federais.

Segundo SKIDMORE, para combater a inflação foi usada a política de abertura comercial (favorecimento às importações), associada a uma política cambial flutuante e livres movimentações de capital, tendo em vista a imensa reserva de divisas acumuladas no período de guerra. A demanda interna por produtos era satisfeita com as importações e com isso buscava-se reduzir os preços internos. Para HUDDLE[122], a utilização dos saldos positivos das importações para a remoção de pressões inflacionárias não passava de uma política secundária, que foi exitosa até fins de 1948. Todavia, logo houve o

[120] A Conferência de Bretton Woods foi um encontro entre quarenta e cinco países aliados que firmaram acordos que guiariam a economia mundial após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1944, no hotel Mount Washington Hotel, na cidade de Bretton Woods. A reunião findou-se no dia 22 de julho de 1944.
[121] SKIDMORE, Thomas. Brasil: De Getúlio a Castelo, Editora Paz e Terra, 14ª edição, São Paulo. 2007. Pag. 96/97.
[122] HUDDLE, DONALD, L. Balanço de pagamentos e controle de câmbio no Brasil: Diretrizes Políticas e História, 1946/1954. In: VERSIANI, FLAVIO e MENDONÇA DE BARROS, JOSÉ ROBERTO. São Paulo: Saraiva, 1977.

esgotamento das reservas brasileiras e a impossibilidade de controlar as pressões inflacionárias. HUDDLE[123] ainda afirma que:

> Em período algum efetuou-se um esforço conjunto, em todos os níveis do Governo, no sentido de controlar a inflação. Os saldos positivos do Governo Federal em 1945 e 1946 e uma política de ligeiras restrições nos empréstimos por parte do Banco do Brasil em 1946 foram mais do que compensados por déficits cada vez maiores dos governos estaduais e municipais, por novas emissões de moedas e pelos déficits das empresas estatais não incluída nas contas da receita. Assim, os saldos positivos das importações serviram apenas para protelar durante vários anos uma taxa mais alta dos aumentos dos preços.

Na visão de SKIDMORE, o governo Dutra não fez políticas para expandir a capacidade industrial interna e aponta relatório de Correa e Castro, ministro da fazenda, apresentado em maio de 1947, referente ao ano de 1946, que diz que o crédito bancário deveria se "organizar em moldes clássicos" e sem "manobras oportunistas". Com isso, para SKIDMORE, o ministro aponta ao mercado interno que não haveria incentivos do governo à indústria nacional. Mais tarde, declara que o Brasil é essencialmente agrícola, devendo exportar gêneros alimentícios e importar demais artigos manufaturados e industrializados.[124] Não tardaria o fim da política de importações de bens manufaturados. Já no fim do primeiro trimestre de 1947, as reservas que somavam US$ 708 milhões[125], não passavam de US$ 92 milhões e, em sua maioria, saldos bloqueados[126].

SKIDMORE afirma que, com o resultado de tal política, o Brasil experimentou a chamada "industrialização espontânea". Com os controles cambiais introduzidos em junho de 1947, o governo estabeleceu um controle rígido sobre as importações, com

---

[123] HUDDLE, Donald, L. Balanço de pagamentos e controle de câmbio no Brasil: Diretrizes Políticas e História, 1946/1954. In: VERSIANI, FLAVIO e MENDONÇA DE BARROS, JOSÉ ROBERTO. São Paulo: Saraiva, 1977.

[124] SKIDMORE, Thomas. Brasil: De Getúlio a Castelo, Editora Paz e Terra, 14ª edição, São Paulo. 2007. p. 97.

[125] US$ 730 milhões para VIANNA. (VIANNA, Sérgio Besserman. A política econômica no segundo governo Vargas: 1951-1954. Rio de Janeiro, BNDES, 1987 (Prêmio BNDES de Economia).

[126] Os países que detinham divisas ganhas pelo Brasil durante a guerra se recusaram a entregar os valores, transformando em créditos para futuras compras brasileiras. Tal política foi capitaneada pela Grã-Bretanha.

políticas de licenciamento, ao passo que mantinha o cruzeiro apreciado em relação ao dólar. O alto valor do cruzeiro desestimulava a exportação e favorecia a industrialização interna, pois, com o cruzeiro apreciado, facilitava a importação de bens de capital e demais artigos essenciais como combustíveis, por exemplo. Para SKIDMORE, não era intenção de Dutra o favorecimento da industrialização interna, contudo, foi este o resultado da política por ele adotada.

> Este processo não foi, de modo algum, produto de uma política deliberada por parte do governo Dutra. Ao contrário, resultou de medidas destinadas à solução de problemas imediatos, tais como a inflação interna e o desequilíbrio no balanço de pagamentos.[127]

LESSA[128], VIANNA[129] e FURTADO[130] comungam do entendimento de SKIDMORE de que a industrialização não era política deliberada de Dutra, e sim resultado das políticas de controle à inflação e ajuste no balanço de pagamentos. FURTADO vai além em sua opinião de que Dutra não vislumbrava o alcance das políticas cambiais por ele adotadas sobre os setores produtivos da economia, principalmente o setor industrial, tendo como objetivo principal apenas a correção das contas externas e da inflação.

FURTADO entendia que as políticas adotadas por Dutra evidenciavam e aumentavam ainda mais o descontrole por parte do governo quanto às rédeas da economia brasileira. Para FURTADO, Dutra adotou um receituário puramente ortodoxo com a política de controles seletivos sobre a importação de bens de consumo, objetivando reduzir a inflação, além de equilibrar o balanço comercial. Todavia, não tinha ciência do alcance das políticas por ele adotadas. O setor industrial foi duplamente beneficiado pela redução da concorrência externa, que, devido aos controles das importações, foi reduzido ao mínimo possível, e, ainda, pelo barateamento dos preços

---

[127] SKIDMORE, Thomas. Brasil: De Getúlio a Castelo, Editora Paz e Terra, 14ª edição, São Paulo. 2007. Pag. 98.
[128] LESSA, Carlos, 15 anos de política econômica. Rio de Janeiro, Brasiliense, 1982.
[129] VIANNA, Sérgio Besserman. A política econômica no segundo governo Vargas: 1951-1954. Rio de Janeiro, BNDES, 1987 (Prêmio BNDES de Economia) p. 19/21. In https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites /default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/premio/pr111.pdf. Entretanto VIANNA afirma que o governo Dutra tinha interesse, com a adoção da política cambial, no reequipamento da indústria nacional.
[130] FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil, São Paulo, Cia das Letras, 2009.

de matérias-primas e equipamento.[131] O uso de política ortodoxa acelerou, assim, a produção industrial.

Também SODRÉ[132] não via a ação do governo Dutra com ênfase na industrialização. Para esse pesquisador, o interesse do governo Dutra se centrava apenas em resolver problemas de curto prazo, fazendo uso de políticas econômicas, tais como a monetária, creditícia, cambial e fiscal. Afirma que Dutra não estava interessado em políticas de longo prazo para o fortalecimento da indústria e agricultura.

Já no segundo período, pela classificação de SKIDMORE, a industrialização foi ajudada por uma política de crédito liberal, capitaneada pelo Banco do Brasil, com foco em setores-chaves da indústria brasileira. No final do governo Dutra, a economia havia crescido 6% ao ano no produto real e 3,2% no produto *per capita.* SKIDMORE nomeia a política econômica do período Dutra de "ziguezague econômico" devido às políticas iniciais de liberalização comercial e cambial finalizando, em 1948, com políticas de licenciamento de importações, após o período da ilusão de divisas.

Para VIANNA[133], a política econômica do Governo Dutra também pode ser dividida em dois períodos: o primeiro período é marcado pela mudança da política de comércio exterior, com o fim do mercado de livre câmbio e o sistema de restrição às importações, no fim do ano de 1947 e começo de 1948. O segundo período é marcado pelo afastamento do Ministro da Fazenda, Correa e Castro, em 1949.

VIANNA afirma que a ilusão de divisas foi uma falsa apreciação, por parte do governo brasileiro, da situação das reservas internacionais em moedas conversíveis:

> (...) dos US$ 730 milhões de reservas totais, apenas cerca de US$ 100 milhões eram reservas líquidas disponíveis para a área conversível; o restante compunha-se de libras esterlinas (bloqueadas por decisão

[131] FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil, São Paulo, Cia das Letras, 2009. p.306
[132] SODRÉ, Nelson Werneck. Uma Fase de Transição. Digesto Econômico. São Paulo. nº 67, ano VI, p. 30-40. junho de 1950.
[133] VIANNA, Sérgio Besserman. A política econômica no segundo governo Vargas: 1951-1954. Rio de Janeiro, BNDES, 1987 (Prêmio BNDES de Economia) p. 19/21. In https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/premio/pr111.pdf

> britânica), moedas inconversíveis (somando US$ 273 milhões) e ouro depositado nos Estados Unidos. As reservas em ouro (US$ 365 milhões, 50% do total), porém, eram consideradas pelo Governo brasileiro como reserva estratégica, a ser preservada para emergências futuras. [134]

Vê-se que, do grande montante da reserva internacional, apenas uma pequena parte estava liberada para o uso nos pagamentos das importações. Soma-se ainda o fato que o Brasil obtinha substanciais *superávits* comerciais com áreas de moeda inconversíveis, ao passo que acumulava *déficits* com os Estados Unidos e demais países de moeda conversível.

> (...) Tanto o superávit de 1946 como o aparente equilíbrio de 1947-1948 resultaram do excesso de exportações FOB sobre importações CIF para áreas de moeda inconversível. Assim "o Brasil, até 1948, estava acumulando saldos em moedas fracas, isto é, sem poder de comando imediato sobre recursos reais, e acumulando déficits em moeda fortes, especialmente em 1947, quando o déficit para a área conversível chegaria a superar os US$ 300 milhões (cerca de US$ 200 milhões já no primeiro semestre)". [135]

VIANNA[136] aponta que parte do desequilíbrio cambial pode ser explicado pela Segunda Guerra Mundial, que tornou difícil a obtenção de mercadorias com o resto do mundo, preservando a capacidade de fornecimento dos EUA. Contudo deve-se ater que o governo brasileiro praticava uma taxa de câmbio à taxa de paridade em valores de 1939, Cr$ 18,50 para US$ 1. Adotou ainda a política de "mercado livre" e aboliu as

---

[134] VIANNA, Sérgio Besserman. A política econômica no segundo governo Vargas: 1951-1954. Rio de Janeiro, BNDES, 1987 (Prêmio BNDES de Economia) p. 19/21. In https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/premio/pr111.pdf. p. 20

[135] VIANNA, Sérgio Besserman. A política econômica no segundo governo Vargas: 1951-1954. Rio de Janeiro, BNDES, 1987 (Prêmio BNDES de Economia) p. 19/21. In https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/premio/pr111.pdf. p. 20

[136] VIANNA, Sérgio Besserman. A política econômica no segundo governo Vargas: 1951-1954. Rio de Janeiro, BNDES, 1987 (Prêmio BNDES de Economia) p. 19/21. In https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/premio/pr111.pdf.

restrições a pagamentos que existiam desde o início dos anos 30. Com tais ações o governo brasileiro pretendia:

a) Atender a demanda brasileira por matérias-primas e bens de capital, ao mesmo tempo reequipando a indústria que fora desgastada pela guerra.
b) Com a liberação das importações, pretendia-se conter a inflação baixando os preços da indústria nacional, devido à concorrência com os produtos importados, a câmbio sobrevalorizado.
c) Adequar a política exterior brasileira à ideologia liberal.

Todavia, com o término da Segunda Guerra Mundial, a situação brasileira não se modifica muito, volta ao mercado os antigos fornecedores, concorrentes, fazendo com que o Brasil registre quedas ainda maiores nas exportações. Sobrepesada a apreciação cambial praticada pelo governo brasileiro. No lado das importações, o Brasil, que já enfrentava os desafios de reequipar a indústria nacional, agora vê os preços internacionais subirem 75% em 1947, em comparação aos preços de 1946.

Em fins de 1947 as reservas brasileiras chegavam a apenas US$ 33 milhões. O Brasil cumulava atrasados comerciais e muitos fornecedores suspenderam remessas ao país, o que refletiu na falta de matérias-primas importadas afetando a produção de muitas indústrias nacionais. Logo, os controles cambiais e de importações começam a ser estabelecidas. O que foi chamado de controle cambial por cooperação. Não era um controle cambial rígido e o governo brasileiro pretendia abandonar tal política, assim que o mercado internacional se normalizasse. Somente em 1948 é adotado, de fato, um sistema de contingenciamento a importações, com base em licenças prévias de importações, que permanece até o início do Governo Vargas, findando com a Instrução 70 da SUMOC, de outubro de 1953.

A medida de contingenciamento das importações chegou a diminuir o *déficit* com a área conversível. Com a manutenção da taxa de câmbio, ocorreu uma queda na competitividade das exportações brasileiras no mercado europeu devido à desvalorização de 1949 e a inflação interna. Na Europa, outros fatores como a reorganização dos países do pós-guerra, diminuição de moedas inconversíveis e a

diminuição da inflação em relação ao aumento do consumo doméstico, contribuíram com a queda das exportações.

Com a política de sobrevalorização cambial, o governo Dutra tinha alguns objetivos, os principais eram aumentar a demanda de matéria-prima e de bens de capital para as indústrias brasileiras depreciadas durante a guerra, bem como promover a baixa dos preços industriais em relação aos produtos importados, estimulando a entrada de capitais estrangeiros e, principalmente, atender as características liberais externas.

Devido à dificuldade que envolvia as exportações, o governo decide manter uma taxa favorável para os importadores de produtos gravosos (aqueles produtos que não conseguiriam ser exportados à taxa oficial de câmbio). Para VIANNA (1987), o processo de controle das importações, instaurado no ano de 1947, teve forte influência para o crescimento da indústria no Brasil. Deve-se considerar que o controle das importações passou por várias fases até chegar ao desenvolvimento da industrialização através da substituição de importações. Outro fato que favoreceu o processo de industrialização no Governo Dutra foi o regime de orçamento de câmbio com licença, no ano de 1949, e o aumento de divisas decorrentes da elevação do preço do café.

Segundo Tavares:

> Mantinha-se a taxa de câmbio sobrevalorizada e progressivamente impunham-se medidas discriminatórias à importação de bens de consumo não essenciais e os com similar nacional; daí resultou um estímulo considerável à implantação interna de indústrias substitutivas desses bens de consumo, sobretudo os duráveis, que ainda não eram produzidos dentro do país e passaram a contar com uma proteção do custo de operação. Esta foi basicamente a fase de implantação do consumo durável. (TAVARES, 1972, p.71 apud VIANNA, 1987, p.114)[137].

[137] TAVARES, Maria da Conceição. Da Substituição de importações ao capitalismo financeiro, Zahar, Rio de Janeiro, 1972 apud VIANNA, Sérgio Besserman. A política econômica no segundo governo Vargas: 1951-1954. Rio de Janeiro, BNDES, 1987 (Prêmio BNDES de Economia) p. 19/21. In https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/premio/pr111.pdf.

MALAN *et al*[138] é defensor de que a política do governo Dutra era motivada pela adequação à ideologia liberal e que esta era imposta pelos EUA, concordando que Dutra não tinha ciência do alcance das políticas por ele adotadas. Contudo, tais políticas foram adotadas segundo os interesses dos EUA. Os autores defendem tal ideia com a apresentação de um memorando de 1942, elaborado pelo *Board of Economic Walfare*, então no comando de *Morris Cooke*, que apresenta sugestões a uma possível implantação do programa de substituição de importações ao sugerir que o Brasil devesse concentrar esforços na produção industrial local de bens essenciais que eram importados, além de fomentar o uso de matéria-prima nacional pelas indústrias brasileiras, o que reduziria ainda mais as importações de matérias-primas, bem como o governo deveria fazer políticas para fortalecer as bases da economia industrial, ainda melhorando a infraestrutura de transporte.

Para CORSI[139], apesar do resultado da Missão *Cooke*

> (...) propor uma série de medidas de caráter geral que apontavam nitidamente para o estímulo da industrialização via substituição de importações não significou uma mudança na política norte-americana em relação ao Brasil, a qual teria passado a visar uma rápida industrialização de seu aliado. (...)

Fazendo uso de um telegrama do Departamento de Estado e de um memorando do *Board of Economic Walfare*, ambos dirigidos a Morris e datados de novembro de 1942, CORSI demonstra que os EUA "buscava não se comprometer com nenhum auxílio concreto para financiar as eventuais sugestões contidas no relatório *Cooke*." HIRST[140], concordando com CORSI, defende que a Missão *Cooke* não possuía grande peso ideológico no governo norte-americano e que representava o pensar de uma minoria. Para CORSI e HIRST, a substituição de importações, ocorrida no período Dutra, não representava o alinhamento ideológico com o governo dos EUA: "(...) Não

[138] MALAN, P.; BONELLI, R.; ABREU, M.P.; PEREIRA, J.E.C. (1980). Política Econômica Externa e Industrialização no Brasil (1939/52). Cap.3. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 2ª Ed.
[139] CORSI, Francisco Luiz. Estado Novo: política externa e projeto nacional. São Paulo: UNESP/ FAPESP, 2000. apud OLIVEIRA, Irene Rodrigues de, Sobressaltos e Heranças do Estado Novo: A missão Cooke e a implantação da CSN (1942/1946). Vassouras, USS, 2001. p.84-86
[140] HIRST, Mônica. O processo de alinhamento nas relações Brasil-Estados Unidos: 1942-45. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1982. apud OLIVEIRA, Irene Rodrigues de, Sobressaltos e Heranças do Estado Novo: A missão Cooke e a implantação da CSN (1942/1946). Vassouras, USS, 2001. p.84-86

havia interesse e, muito menos, justificativa para a promoção de um desenvolvimento econômico autônomo no Brasil (...)" por parte do governo norte-americano.

Outro pesquisador que concorda com o "desconhecimento" do alcance das políticas adotadas por Dutra é LESSA[141], o qual vai além e aponta que ouve uma "continuação da industrialização não intencional"[142], pois, para esse pesquisador, também Vargas não tinha conhecimento do alcance das políticas econômicas por ele adotadas. O objetivo do governo Vargas era somente superar a crise de 1929, mantendo o nível de renda da economia cafeeira e, como efeito colateral, obteve o reaparelhamento e crescimento do setor industrial. Lessa aponta que somente a política cambial foi adotada por Dutra de forma consciente, logo após a Ilusão de Divisas.

Outros autores como SARETTA[143], BRESSER-PEREIRA[144], BASTOS[145] e FONSECA[146] discordam do entendimento que o fomento a industrialização, ocorrido no período Dutra, foi "espontâneo", e sim fruto de políticas deliberadas para esse fim. Para estes, o governo Dutra buscou, através de políticas econômicas conscientes, fomentar o crescimento industrial na busca de um desenvolvimento econômico, claramente usando do intervencionismo estatal na economia para atingir tais objetivos.

> Mas se é inevitável admitir que a prioridade conferida à inflação e a existência de certo ceticismo quanto aos efeitos das desvalorizações cambiais (pelo menos a curto prazo) determinam porque a decisão de reagir aos desequilíbrios cambiais não envolvem uma desvalorização, daí a afirmar que as consequências diretas do regime de licenciamento de importações (segundo critérios de essencialidade expressamente

[141] Lessa, Carlos. 15 anos de política econômica. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1982.
[142] Lessa, Carlos. 15 anos de política econômica. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1982. p. 14
[143] SARETTA, Fausto, A POLÍTICA ECONÔMICA BRASILEIRA 1946/1950, in https://revistas.ufpr.br/rsp/article/download/39363/24180. Acesso aos 02/05/2013.
[144] BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Desenvolvimento e crise no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula. São Paulo, Editora 34, 2003.
[145] BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. O presidente desiludido: a campanha liberal e o pêndulo de política econômica no governo Dutra (1942-1948). História Econômica e História de Empresas, São Paulo. V.7, n. 1, p. 99-135, jan/jun.2004 in http://www.abphe.org.br/revista/index.php/rabphe/article/view/170.
[146] FONSECA, Pedro Cesar Dutra. Nem ortodoxia nem populismo: o Segundo Governo Vargas e a economia brasileira. Revista Tempo, Niteroi, v.14 n. 28, p.19-58, 2010 in http://www.scielo.br/pdf/tem/v14n28/a02v1428.pdf.

> definidos) sobre o "reaparelhamento" da indústria eram ignoradas vai um raciocínio arriscado, não amparado nos documentos da época.[147]

SARETTA, discordando de SKIDMORE, afirma:

> Não há indícios de que o vigoroso avanço industrial do final dos anos quarenta tenha sido apenas fruto do aproveitamento por parte da indústria das dificuldades cambiais. Não há, portanto, nada de espontâneo, como afirmou Skidmore (1975), no crescimento industrial ocorrido na segunda metade dos anos quarenta. Os interesses do setor industrial já tinham sido objeto de políticas específicas havia alguns anos e os pleitos a favor da modernização da infra-estrutura, recorrentes ao longo da administração Dutra são sinais inequívocos da consolidação do setor secundário como motor do desenvolvimento da economia nacional[148]

O termo da vez era "reconstrução", conforme Gastão Vidigal, primeiro Ministro da Fazenda do governo Dutra[149]. Todavia, essa reconstrução não significava uma volta à nação de base agrícola. O novo governo não estava focado no fortalecimento do setor agrícola, este serviria apenas como auxiliar no desenvolvimento industrial[150]. "Não houve, tampouco, uma busca de restauração baseada na crença de vocação agrícola exportadora da economia nacional." [151] Segundo Saretta, o uso do termo "reconstrução" estava correto, tendo em vista que eram creditados ao governo Vargas os principais problemas econômicos que deveriam ser enfrentados pelo novo governo.

> Inflação, a especulação com gêneros alimentícios e imóveis, e a premente necessidade de reequipamento do setor industrial, eram vistos, recorrentemente, como problemas oriundos da incúria

[147] BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. O presidente desiludido: a campanha liberal e o pêndulo de política econômica no governo Dutra (1942-1948). História Econômica e História de Empresas, São Paulo. V.7, n. 1, p. 99-135, jan/jun.2004 in http://www.abphe.org.br/revista/index.php/rabphe/article/view/170.

[148] SARETTA, Fausto, A POLÍTICA ECONÔMICA BRASILEIRA 1946/1950, in https://revistas.ufpr.br/rsp/article/download/39363/24180. Acesso aos 02/05/2013. p. 123

[149] no período de 01 de fevereiro a 15 de outubro de 1946.

[150] BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento Econômico Brasileiro – o ciclo ideológico do desenvolvimentismo, 5ª Edição, Rio de Janeiro, Ed. Contraponto, 2004. p. 248/252.

[151] SARETTA, Fausto, A POLÍTICA ECONÔMICA BRASILEIRA 1946/1950, in https://revistas.ufpr.br/rsp/article/download/39363/24180. Acesso aos 02/05/2013. p. 114

> administrativa da ditadura, e que estavam a demandar portanto uma política econômica de reconstrução.[152]

Ainda sob a "ilusão de divisas" foi promulgado o Decreto-Lei 9025, de 27 de fevereiro de 1946,

> (...) que diminuía de 30% para 20% as quotas impostas às letras de exportação e de 5% para 3% a sobrecarga sobre o câmbio vendido. Também estabelecia o fim da separação entre o câmbio livre e oficial e as letras de exportação passavam a ser compradas pelo valor médio ponderado – 80% pelo câmbio livre e o restante pelo oficial (...).[153]

Contudo, o medo de possíveis resultados inflacionários dos saldos do balanço comercial levou o governo a estipular que 20% das letras de exportação seriam pagas em letras do Tesouro, com prazo de 120 dias para resgate e juros de 3% ao ano.[154] A adoção de uma política cambial inovadora para a época era justificada tendo em vista que o governo tinha esperança em uma espécie de auxílio do governo dos EUA, devido à "ajuda" brasileira no fornecimento de materiais estratégicos durante a guerra.

SARETTA busca demonstrar que não era objetivo de Dutra a volta do modelo agroexportador. Dutra buscava uma descentralização da ação estatal de cunho econômico. Para tanto, buscou extinguir diversos órgãos governamentais, institutos e conselhos criados no governo de Vargas. Outros órgãos, que não foram extintos, tiveram parte do poder reduzidos, segundo essa mesma visão governamental de menor intervenção estatal na economia.

DRAIBE[155] afirma que de fato não houve uma ruptura com o modelo institucional anterior quanto ao intervencionismo regulatório do Estado, todavia, "foi minimizada a capacidade de iniciativa da burocracia econômica, cuja atuação se

---

[152] SARETTA, Fausto, A POLÍTICA ECONÔMICA BRASILEIRA 1946/1950, in https://revistas.ufpr.br/rsp/article/download/39363/24180. Acesso aos 02/05/2013. p. 114

[153] SARETTA, Fausto, A POLÍTICA ECONÔMICA BRASILEIRA 1946/1950, in https://revistas.ufpr.br /rsp/article /download/ 39363/24180. Acesso aos 02/05/2013. p. 115

[154] SARETTA, Fausto, A POLÍTICA ECONÔMICA BRASILEIRA 1946/1950, in https://revistas.ufpr.br /rsp/article /download/ 39363/24180. Acesso aos 02/05/2013. p. 115

[155] DRAIBE, Sônia. Rumos e Metamorfoses – Estado e industrialização no Brasil, 1930-1960. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2004.

fragmentou".[156] Afirma ainda certa expansão do aparelho econômico com a criação de novas agências. Contudo, houve sim a desmobilização de diversos órgãos do aparelho estatal com o objetivo de suprimir instituições corporativistas que expressavam claramente o modelo ditatorial varguista. "(...) A única e importantíssima exceção teria sido a manutenção da legislação trabalhista e da estrutura sindical corporativa, que correspondiam aos desígnios das classes dominantes de permanente controle do operariado."[157]

> A permanência dos mecanismos de regulação do crédito, dos juros, salários, institutos e autarquias de regulação e, finalmente, das empresas públicas, comprovam a presença decisiva do "setor público" nesse período. É verdade que houve transformações, seja no grau e forma de funcionamento da direção econômica do Estado, seja principalmente nos seus conteúdos referentes ao ritmo do desenvolvimento, ao papel da empresa pública ou às relações com o capital estrangeiro. Nesse sentido, neutralizou-se a tendência à maior centralização manifestada no final do Estado Novo, particularmente em relação à instituição de agências de coordenação e planejamento.[158]

Não ocorrera a total destruição dos organismos estatais durante o governo Dutra. Apenas mudou a forma pela qual esses órgãos operavam, conferindo maior agilidade à máquina econômica estatal, priorizando "as metas estabelecidas no projeto de industrialização e de autonomia nacional."[159]

3.2 Uma Questão de Alta de Preços

A inflação normalmente é definida como o aumento generalizado e constante do preço, de uma cesta de produtos em uma determinada região, durante um determinado período de tempo. Esse aumento de preços causa perda do poder aquisitivo da moeda

[156] DRAIBE, Sônia. Rumos e Metamorfoses – Estado e industrialização no Brasil, 1930-1960. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2004. p.125
[157] DRAIBE, Sônia. Rumos e Metamorfoses – Estado e industrialização no Brasil, 1930-1960. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2004. p. 127
[158] DRAIBE, Sônia. Rumos e Metamorfoses – Estado e industrialização no Brasil, 1930-1960. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2004. p. 131
[159] DRAIBE, Sônia. Rumos e Metamorfoses – Estado e industrialização no Brasil, 1930-1960. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2004. p. 131

em termos reais. Por exemplo, se uma cesta de produtos custa Cr$ 100,00 em janeiro e esta mesma cesta de produtos passa a ser vendida por Cr$ 120,00 em fevereiro, pode-se dizer que houve uma inflação de 20% no mês. O valor nominal de Cr$ 100,00 não tem mais o mesmo valor real, não é suficiente para comprar a mesma cesta de produtos que comprava no mês imediatamente anterior, por exemplo.

Ainda entendem os economistas da Escola Austríaca que a inflação nada mais é que o aumento da quantidade de dinheiro, ou haveres monetários, na economia, sendo o aumento de preços apenas uma consequência da inflação. Quando a liquidez da economia é maior que a necessária para se comprar a produção, esse excesso de liquidez, moeda, força os preços a subirem, pois há uma maior demanda por bens e serviços que oferta. Então, uma política econômica de expansão monetária ou creditícia é a causa primária da inflação, a alta de preços, seu resultado.

Resumidamente, voltemos às políticas econômicas adotadas durante o governo Dutra. Na breve gestão de Gastão Vidigal à frente do Ministério da Fazenda, Vidigal buscou fazer uma política econômica de "reconstrução", abandonando qualquer resquício da política econômica do governo Vargas. Vidigal adotou uma política monetária contracionista, buscando eliminar o excesso de demanda, reduzindo assim o dispêndio privado, associada a uma política fiscal contracionista, buscando atingir um orçamento equilibrado, mitigando os *déficits* orçamentários acumulados nos últimos vinte anos das gestões anteriores. O Decreto-lei nº 9025, de 27 de fevereiro de 1946, na prática, faz com que a economia brasileira viva os mesmos efeitos de uma política de câmbio livre, flutuante. Lembrando sempre que ainda se tinha a "ilusão de divisas". Buscava Vidigal acabar com a inflação através da redução da demanda, acabar com a especulação dos gêneros alimentícios e ainda reequipar a indústria nacional.[160] Contudo, na gestão de Vidigal ocorreu um aumento de vencimentos e salários do funcionalismo público muito acima do programado[161], e esse acréscimo de liquidez na economia refletiu-se em um fomento ao processo inflacionário.

---

[160] SARETTA, Fausto, A Política Econômica Brasileira 1946/1950, São Paulo, Revista de Sociologia e Política nº 4/5, 1995 in https://revistas.ufpr.br/rsp/article/download/39363/24180. Acesso aos 02/05/2013. p. 115. VIANNA, Sérgio B. "Política econômica externa e industrialização: 1946-1951". In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). A ordem do progresso, 1989. p. 119

[161] VIANNA, Sérgio B. "Política econômica externa e industrialização: 1946-1951". In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). A ordem do progresso, 1989. p. 119

Com a entrada de Correa e Castro no Ministério da Fazenda, não houve mudanças gritantes na condução da política econômica, apenas alguns acertos de rumos. Intensificou-se o "arrocho monetário"[162] e o equilíbrio orçamentário. Com a perda da "ilusão de divisas", há uma mudança de rumo na condução da política cambial, com adoção da instrução normativa nº 25 da SUMOC, de maio de 1947. Logo mais, no segundo semestre de 1947, a Inglaterra declara a inconversibilidade da sua moeda, o que agrava a questão cambial no Brasil, devido parte da dívida estar em libras, aumentando ainda mais a falta de divisas conversíveis, fato este já verificado desde o início de 1947.

A política monetária contracionista começava a surtir efeitos negativos nos ritmos dos negócios, gerando graves queixas à condução da política econômica do ministro Correa e Castro. Apesar do *superávit* orçamentário e do estancamento das emissões monetárias (praticamente zero em 1947), a política econômica sofria severas críticas, pois a produção estava praticamente estagnada.[163] A política de crédito do Banco do Brasil ainda estava alinhada à política fiscal do governo e, no período, houve uma retração real de 2%[164]. Em 23 de março de 1948 inicia-se o regime de licenciamento de importações, segundo critérios de essencialidade.[165] Manuel Guilherme da Silveira Filho, presidente do Banco do Brasil, adota uma política de crédito expansionista, não alinhado com o governo, que representou um crescimento real do credito de 4%. Novamente, excesso de liquidez resulta em alta inflacionária. No mesmo ano, o PIB cresce 9,7%, puxado pelo crescimento industrial, motivado ainda pelo espaço deixado pelo fraco crescimento industrial do ano anterior.[166] VIANNA nos alerta que, apesar dos esforços do governo no controle orçamentário:

---

[162] SARETTA, Fausto, A Política Econômica Brasileira 1946/1950, São Paulo, Revista de Sociologia e Política nº 4/5, 1995 in https://revistas.ufpr.br/rsp/article/download/39363/24180. Acesso aos 02/05/2013. p. 115/116

[163] SARETTA, Fausto, A Política Econômica Brasileira 1946/1950, São Paulo, Revista de Sociologia e Política nº 4/5, 1995 in https://revistas.ufpr.br/rsp/article/download/39363/24180. Acesso aos 02/05/2013. p.117/118

[164] VIANNA, Sérgio B. "Política econômica externa e industrialização: 1946-1951". In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). A ordem do progresso, 1989. p. 119

[165] Decreto nº 24697 "A", de 23 de março de 1949. Aprova o Regulamento expedido em virtude da Lei nº 262, de 23 de fevereiro de 1948.

[166] VIANNA, Sérgio B. "Política econômica externa e industrialização: 1946-1951". In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). A ordem do progresso, 1989. p. 120.

> (...) é importante notar, em função da ampliação da margem de autonomia estadual derivada pela Constituição liberal de 1946, os desequilíbrios financeiros dos estados passaram a ter importância crescente, fazendo com que, em 1947 e 1948, por exemplo, os déficits dos orçamentos estaduais (principalmente São Paulo) superassem em muito os superávits da União, frustrando parcialmente o grau de contração fiscal pretendida por Correa e Castro. Além disso, a análise do financiamento dos déficits ou a utilização dos superávits nos orçamentos governamentais deve ser integrada à discussão das políticas monetária e creditícia, o que requer, no caso do Brasil das décadas de 40 e 50, um detalhado exame do papel do Banco do Brasil e de suas diferentes funções como agente econômico.[167]

Os chamados bônus rotativos, emitidos pelos Estados, chegaram a quase se tornar uma espécie de "moeda auxiliar", o que gerou uma grave crise política em São Paulo, com ameaças de intervenção federal.[168] Essa moeda auxiliar também expandia a liquidez na economia e significava na prática mais um acelerador da inflação.

Discussões entre o DASP e o Ministério da Fazenda quanto à responsabilidade da elaboração do orçamento levam Correa e Castro a pedir demissão do Ministério da Fazenda, não aceita por Dutra. Tal discussão chegou ao cúmulo de ambos os órgãos apresentarem proposta de orçamento, para 1950, com 7000 emendas, e com previsão de *déficit*.[169] Antes disso, Correa e Castro é demitido do cargo de ministro, aos 10 de julho de 1949. Principal motivação: uma carta que ele encaminhou ao Secretário do Tesouro do governo dos EUA, pedindo ajuda, na condição de "amigo necessitado". Caso a mão não fosse estendida, em breve o Brasil deveria ser levado nas costas, complementou.

Com a saída de Correa e Castro, assume Manuel Guilherme da Silveira Filho, até então presidente do Banco do Brasil. Durante o mandato de Silveira Filho, a libra

---

[167] VIANNA, Sérgio B. "Política econômica externa e industrialização: 1946-1951". In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). A ordem do progresso, 1989. p. 120.

[168] SARETTA, Fausto, A Política Econômica Brasileira 1946/1950, São Paulo, Revista de Sociologia e Política nº 4/5, 1995 in https://revistas.ufpr.br/rsp/article/download/39363/24180. Acesso aos 02/05/2013 p. 118

[169] SARETTA, Fausto, A Política Econômica Brasileira 1946/1950, São Paulo, Revista de Sociologia e Política nº 4/5, 1995 in https://revistas.ufpr.br/rsp/article/download/39363/24180. Acesso aos 02/05/2013 p.

esterlina e o franco foram desvalorizados, gerando pressões quanto à desvalorização do cruzeiro, fixo desde 1946. O preço do café mais que dobra no período de 1948 a 1950, aliado ainda à queda dos preços das importações dos EUA para o Brasil, o que favorece o *superávit* da Balança Comercial. Silveira Filho adota uma política monetária expansionista. "O crédito do Banco do Brasil cresceu, em termos reais, cerca de 7,0% e 5,0% em 1949 e 1950, respectivamente, sendo direcionado, principalmente, como já mencionado, para a indústria."[170] Tal política resultou em uma alta inflacionária.

De 1943 a 1953 a inflação somente apresentou queda representativa no ano de 1947, voltando a subir nos anos seguintes e caindo ligeiramente de 12,9% para 11,9% nos anos de 1950-1951, voltando, então, a subir. Conforme Tabela abaixo:

Tabela 3

Tabela 3 - Inflação no Brasil entre 1943 e 1953 em %

Ano	Inflação Anual (%)
1943	10,2
1944	12,9
1945	16,7
1946	22,6
1947	2,7
1948	8,3
1949	12,2
1950	12,4
1951	11,9
1952	12,9
1953	20,8

Fonte: SILVA, Edvaldo Fernandes da. Salário Mínimo: A desindexação entre a norma, o fato e o valor. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 2009. p. 56

FRANCO nos alerta sobre a figura do imposto inflacionário [171] contra a renda do trabalhador de salário mínimo, um tributo não instituído por lei, como normalmente os demais são, todavia, tão voraz quanto, ou pior, pois onera de forma muito mais ferrenha

[170]VIANNA, Sérgio B. "Política econômica externa e industrialização: 1946-1951". In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). A ordem do progresso, 1989. p. 121.

[171] Imposto inflacionário é a transferência de renda do contribuinte ao governo, via inflação, devido à emissão monetária, prática comum no governo Dutra.

a renda do trabalhador mais pobre, o trabalhador de salário mínimo. O autor chama a inflação de “imposto único sobre o pobre”:

> Com efeito, o percurso da nossa política econômica nos anos 1950 parece sugerir que o sacrifício da estabilidade em nome do desenvolvimento não parecia resultar de uma escolha explícita e consciente no plano da política econômica. A inflação não era deliberada, mas tácita, um ruído que incomodava a alguns, ditos ortodoxos ou monetaristas, ou aos pobres, vítimas inocentes e silenciosas do Progresso, ou mais precisamente, do chamado “imposto inflacionário”, cuja compreensão ainda tomaria muitos anos. É curioso que o desenvolvimentismo brasileiro tenha conseguido preservar em torno de si a aura de projeto nacional redentor e, com isso, tenha logrado distanciar-se de alguns dos principais problemas que criou, como a concentração de renda que, curiosamente, não é vista como uma decorrência da aplicação, durante várias décadas, de um “imposto único sobre o pobre” - a inflação. É extraordinário que essas culpas tenham ficado sem dono.[172]

Como resultado da política de expansão monetária. adotada a partir de Silveira Filho, temos que:

> Particularmente no que se refere ao período de pós-guerra, o estoque de moeda (M1) aumentou à taxa de 28,7% ao ano no período 1947·76, enquanto o nível de preços cresceu à média de 23,2%. Este foi um período de crescimento econômico acelerado, da ordem de 6,6% anuais em termos reais. Não obstante, devido à elevação gradual do custo de manter moeda (em virtude da aceleração do processo inflacionário), a velocidade-renda da moeda (PIB/meios de pagamento) cresceu à média anual de 1,1%.[173]

---

[172] FRANCO, Gustavo H.B. Auge e declínio do Inflacionismo no Brasil, Texto para discussão nº 487. Departamento de Economia. PUC, Rio de Janeiro. 2004.

[173] NEUHAUS, Paulo. A inflação brasileira em perspectiva histórica. Revista Brasileira de Economia, nº32. FGV, Rio de Janeiro. 1978. Disponível em http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view /210/6467 p. 295

Temos, a partir de 1947, o início do processo de aceleração inflacionária, inflação esta que tanto pesar causa a classe trabalhadora, principalmente a classe de salário mínimo.

> Na verdade, desde 1942 o Governo havia pretendido colocar um dique contra o processo inflacionário proibindo solenemente as emissões de moeda para financiar o déficit do Tesouro (...). Entretanto, na prática, este mecanismo foi ostensivamente ignorado pelo Tesouro até 1964, quando a legislação de 1942 foi revogada com a criação do Banco Central. (...) Assim, a política monetária era conduzida até 1965 como um navio à deriva, ao azar das tempestades ou ventos que sopravam, conforme o estado do déficit orçamentário federal.[174]

Não somente isso, os indicadores econômicos da época revelam claramente que os trabalhadores de salário mínimo perderam participação na renda nacional. Isso se deve ao fato que conforme a remuneração do trabalhador caía, a economia crescia. Vejamos a Tabela abaixo:

Tabela 4

Tabela 4. PIB e PIB *per capita* de 1946 a 1953

Ano	PIB		PIB *per capita*		
	Em reais de 1999 (R$ milhões)	Variação (%)	Em reais de 1999	Em dólares de 2000	Variação (%)
1946	60.398	11,60	1.293	706	8,91
1947	61.848	2,40	1.291	705	-0,16
1948	67.847	9,70	1.379	754	6,87
1949	73.071	7,70	1.446	790	4,84
1950	78.040	6,80	1.502	821	3,89
1951	81.864	4,90	1.532	837	1,98
1952	87.840	7,30	1.598	873	4,27

Fonte: Estatísticas do Século XX in https://seculoxx.ibge.gov.br/economicas/contas-nacionais.html

Nota-se que houve apenas uma pequena queda no ano de 1947 em relação ao ano de 1946. Nos demais anos pode-se ver um considerável aumento no PIB e no PIB

[174] NEUHAUS, Paulo. A inflação brasileira em perspectiva histórica. Revista Brasileira de Economia, nº32. FGV, Rio de Janeiro. 1978. Disponível em http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/210/6467 p. 308

per capita. O Governo Dutra promoveu uma subtração da renda do trabalhador com renda igual ao piso. Dutra dá início a uma sonegação contra os trabalhadores com menor renda no país, transformando-os em uma das principais fontes de financiamento, tanto da capitalização do setor privado como do *déficit* público no Brasil. [175]

No estudo de COLISTETE nos é apresentado os conceitos de salário-consumo e salário-produto. O salário-consumo real é a medida relevante para avaliar o poder de compra dos salários e, assim, a percepção dos trabalhadores quanto às suas condições de vida. Já o salário-produto real é a variável relevante para as firmas em suas decisões de contratar trabalho.[176] Seu estudo é concentrado no pessoal ligado à produção.

Os dados apresentados por COLISTETE apontam que, após um aumento de 12,7% para os anos de 1945/1946, o salário-consumo real cai para 10,8% em 1947, somente recuperando seu valor em 1949/1950. Já o salário-produto apresenta taxas positivas de crescimento, com desaceleração em 1947, 6,9%, e 1948, 4,7%, em comparação a 1946, 13,3%. Para COLISTETE:

> Tais resultados parecem ter estreita relação com as políticas macroeconômicas deflacionárias adotadas pelo governo Dutra (janeiro 1946 - janeiro 1951) a partir de 1947, quando a economia brasileira passou a enfrentar sérios problemas de escassez de dólares e aguda crise cambial. Além disso, o governo Dutra lançou uma ofensiva contra o movimento sindical que havia começado a reorganizar-se após o fim da ditadura do Estado Novo, em outubro de 1945.[177]

Após 1947, COLISTETE aponta uma recuperação dos salários industriais, mesmo "sob condições institucionais desfavoráveis para a organização dos trabalhadores". O salário-consumo cresce em média 1,9% a.a. quando deflacionado pelo IPC-MTb, e 4,2% a.a, se deflacionado pelo IPC-SP, entre 1947-1950. No mesmo período, o salário-produto cresce 7,2% a.a., deflacionado pelo IPA-DI. Para

[175] SILVA, Edvaldo Fernandes da. Salário Mínimo: A desindexação entre a norma, o fato e o valor. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 2009. p. 57
[176] COLISTETE, Renato Perim. Salários, produtividade e lucros na indústria brasileira, 1945-1978, Revista de Economia Política, vol. 29, nº 04 (116), outubro-dezembro/2009. p. 388
[177] COLISTETE, Renato Perim. Salários, produtividade e lucros na indústria brasileira, 1945-1978, Revista de Economia Política, vol. 29, nº 04 (116), outubro-dezembro/2009 p. 390

COLISTETE, "Esses percentuais constituem evidências de que outros fatores, não relacionados às condições políticas que afetaram negativamente o poder de barganha dos trabalhadores, tiveram impacto sobre os salários industriais."[178]

Vejamos abaixo a Tabela elaborada por COLISTETE, apenas os dados de 1945 a 1952, onde é apresentado os salários reais e produtividade do pessoal ligado à produção manufatureira.

Tabela 5

Tabela 05. Salários reais e produtividade do pessoal ligado à produção na indústria manufatureira, Brasil, 1945-1952 (valores médios em Cr$ 1.000 de 1952 e taxas de crescimento anuais em %)

Ano	Salário-Consumo (IPC-MTb)		Salário-Consumo (IPC-SP)		Salário-Produto (IPA-DI)		Produtividade do Trabalho	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1945	12.333	-	11.541	-	9.978	-	40.449	-
1946	13.897	12,68	13.004	12,68	11.307	13,32	42.600	5,32
1947	12.403	- 10,75	11.606	- 10,75	12.086	6,89	51.625	21,19
1948	12.807	3,25	11.984	3,25	12.648	4,65	56.240	8,94
1949	13.863	8,25	14.158	18,14	14.047	11,06	61.149	8,73
1950	14.793	6,71	15.002	5,96	14.923	6,24	62.459	2,14
1951	15.785	6,71	15.896	5,96	15.854	6,24	63.798	2,14
1952	16.843	6,70	16.843	5,96	16.843	6,24	65.165	2,14

Fonte: COLISTETE, Renato Perim. Salários, produtividade e lucros na indústria brasileira, 1945-1978, Revista de Economia Política, vol. 29, nº 04 (116), outubro-dezembro/2009. p. 389.

Para os anos que incluem o período do governo Dutra, COLISTETE conclui que:

> A constatação pela historiografia de que a industrialização acelerada no pós-guerra no Brasil foi marcada por níveis elevados de concentração da renda pessoal, com pioras significativas em determinados períodos, é confirmada pelos dados relativos à

[178] COLISTETE, Renato Perim. Salários, produtividade e lucros na indústria brasileira, 1945-1978, Revista de Economia Política, vol. 29, nº 04 (116), outubro-dezembro/2009 p 390.

> distribuição funcional da renda no setor industrial. A distribuição entre salários e lucros industriais variou significativamente, mas apresentou uma tendência de aumento da desigualdade nas décadas de 1940 e 1950.[179]

Apesar de extremamente detalhado, os dados para o período de 1945 a 1950 foram quase que totalmente alcançados via interpolação ou extrapolação linear. Não há qualquer dado concreto para o ano base de 1945 em nenhum dos índices utilizados para deflação:

a) Índice de Preços ao Consumidor do Ministério do Trabalho (IPC-MTb);
b) Índice de Preços ao Consumidor da Prefeitura de São Paulo/Instituto de Pesquisas Econômicas da USP (IPC-SP);
c) Índice de Preços ao Atacado, Disponibilidade Interna, da Fundação Getúlio Vargas (IPA-DI).

Um exemplo, utilizando os dados apresentados: deflacionando o salário-consumo, com base no IPC-SP, a média salarial da indústria teria sido reduzida em 10,75%, entre 1946/1947, e de 1948/1949, essa mesma média teria se elevado em 18,14%. O mesmo movimento ocorre quando os dados são deflacionados pelo IPA-DI. O problema na regressão é facilmente percebido quando constatamos que os únicos dados genuínos entre 1945 e 1951 são, justamente, os de 1949.

3.3 A Questão Cambial

Pode-se dividir a gestão cambial do governo Dutra em duas fases bem distintas. A primeira fase compreende os dois primeiros anos do governo Dutra, 1946 e 1947. Durante esses dois anos não houve qualquer tipo de barreira comercial ou cambial às importações, o que levou ao quase exaurimento das reservas que foram acumuladas no período da Segunda Guerra. Dutra manterá o mesmo câmbio do ano de 1939, com a paridade de Cr$ 18,5/US$ (Cruzeiro/dólar)[180] e instituído o mercado livre com a abolição das restrições em relação a pagamentos dos anos 1930, evidenciando a

[179] COLISTETE, Renato Perim. Salários, produtividade e lucros na indústria brasileira, 1945-1978, Revista de Economia Política, vol. 29, nº 04 (116), outubro-dezembro/2009 p. 401
[180] Decreto lei nº 9.025 de 27/02/1946.

apreciação da taxa cambial. Dutra pretendia aumentar a demanda de matéria-prima e bens de capital para as indústrias brasileiras sucateadas durante a guerra, promovendo ainda a baixa dos preços industriais em relação aos produtos importados, além de estimular a entrada de capitais estrangeiros.

Segundo SERRA, os anos de 1945/1946 foram marcados pela fase de liberalização das importações, esgotamento das reservas de divisas e a defesa dos interesses do café. Nos demais anos, o governo aplicou uma política simultânea de controle de câmbio, com preferência a importações de máquinas e equipamentos. Vejamos mais detalhadamente. Devemos lembrar que o Brasil estava com *superávit* comercial em moeda não conversível, o que resultou um maior *déficit* em relação aos EUA. Já no final de 1947, o Brasil acumulava US$ 82 milhões em atrasados comerciais, fazendo com que os fornecedores internacionais parassem de mandar remessas para o este país, resultando em uma diminuição da produção industrial brasileira devido à falta de matérias-primas importadas.

Com o fim do período de guerra, os antigos fornecedores do mercado mundial voltam a fornecer seus produtos, afetando o comércio exterior brasileiro. As exportações brasileiras caem e as importações passam a enfrentar pressões da necessidade de novos equipamentos e da alta dos preços interna. Logo, o governo se vê obrigado a abandonar a política de câmbio livre. Alguns motivos podem ser citados:[181]

1) A disponibilidade de mercadorias de importação, a longo prazo, geram um saldo de importações positivo em relação às exportações;
2) Mantendo-se a taxa de câmbio fixa, e uma vez que os preços no Brasil subiram quase duas vezes mais que nos EUA, houve uma alta apreciação do cruzeiro, logo impossível de haver equilíbrio;
3) Os parceiros comerciais do Brasil poucos produtos tinham para vender ao país e o saldo comercial era em moeda inconversível, inútil para transacionar com os EUA;

[181] HUDDLE, DONALD, L. Balanço de pagamentos e controle de câmbio no Brasil: Diretrizes Políticas e História, 1946/1954. In: VERSIANI, FLAVIO e MENDONÇA DE BARROS, JOSÉ ROBERTO. São Paulo: Saraiva, 1977.

4) Parte da reserva brasileira só poderia ser utilizada para fins específicos, por exemplo, os 31 milhões dos 37 milhões de libras que foram bloqueados pelo Governo da Grã-Bretanha;
5) A grande quantidade de saldos líquidos em poder do público ao fim da Guerra;
6) O valor das tarifas alfandegárias de proteção comercial era muito baixo;
7) A relativamente alta velocidade da saída de capitais do Brasil entre os anos de 1946 e 1947, entre outros de menor importância.

Em julho de 1947 o governo estabelece um regime de câmbio por cooperação. Bancos autorizados a operar com o câmbio deveriam vender aproximadamente 30% de suas compras de câmbio livre, à taxa oficial de compra, ao Banco do Brasil, que passaria a controlar as importações de produtos essenciais. Já em fevereiro de 1948 o governo adotou medidas de restrição às importações com as concessões de licenças para importação, que predominaram até o início do Governo Vargas.

Segundo Tavares:

> Mantinha-se a taxa de câmbio sobrevalorizada e progressivamente impunham-se medidas discriminatórias à importação de bens de consumo não essenciais e os com similar nacional; daí resultou um estímulo considerável à implantação interna de indústrias substitutivas desses bens de consumo, sobretudo os duráveis, que ainda não eram produzidos dentro do país e passaram a contar com uma proteção do custo de operação. Esta foi basicamente a fase de implantação do consumo durável.[182]

Soma-se às palavras de TAVARES o teor do relatório da CEXIM de 1951, que afirma que, mesmo com o calar da lei quanto ao protecionismo da indústria nacional, as licenças de importação restringiram apenas a importação de produtos similares à

[182] TAVARES, Maria da Conceição. "Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil". In: Maria da C. Tavares. Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: ensaios sobre economia brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. p. 71 apud VIANNA, SERGIO BESSERMAN. A ordem e progresso: Cem anos de Política Econômica Republicana1889-1989: Duas Tentativas de Estabilização: 1951-1964, cap. 4. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda, 1998. p. 117

indústria nacional.[183] O processo de controle de importações, instituído em 1947, somado ao regime de orçamento de câmbio com licença de 1949, influenciaram o crescimento da indústria no Brasil.

HUDDLE[184] aponta que os controles cambiais para redução dos volumes de importações, executados pelo Banco do Brasil, foram falhos. Culpa do funcionalismo público corrupto. Inexistia um controle rígido diante as importações que entravam livremente no país. Somente em fevereiro de 1948 foi criado o primeiro controle cambial, exercido através da CEXIM[185] e da FIBAN[186], então entidades do Banco do Brasil. O controle das exportações passou a ser exercido através de um sistema de licenças de embarque, declarações de venda e licenças prévias, ao passo que as importações seriam concedidas de acordo com uma lista de espera.

Os regimes de controle cambial, executados pelo Banco do Brasil, através da CEXIM e da FIBAN, permitiram o surgimento de dois mercados paralelos: o mercado cinzento e o mercado negro. No mercado cinzento era feita a retenção de parte dos cambiais comprados pelos bancos, autorizados a trabalhar com câmbio, que compravam dos exportadores e revendiam aos importadores. Já o mercado negro funcionava como um mercado livre, tendo em vista que as taxas de câmbio eram cotadas livremente pelas agências de viagens. Como resultado, a economia brasileira experimentou uma perda líquida cambial de quase 20% do *déficit* no Balanço de Pagamentos, de 1948.

---

[183] RELATÓRIO da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil (CEXIM), 1951. (Órgão criado pelo Decreto-Lei nº 3.293, de 21 de maio de 1941, durante o Estado Novo, na gestão do ministro da Fazenda, Artur de Sousa Costa, com a finalidade de "estimular e amparar a exportação de produtos nacionais e assegurar condições favoráveis à importação de produtos estrangeiros". Foi substituído pela Carteira de Comércio Exterior (Cacex), do Banco do Brasil, através da Lei nº 2.145, de 29 de dezembro de 1953, in www.fgv.br/ cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/carteira-de-exportacao-e-importacao-do-banco-do-brasil-cexim).

[184] HUDDLE, DONALD, L. Balanço de pagamentos e controle de câmbio no Brasil: Diretrizes Políticas e História, 1946/1954. In: VERSIANI, FLAVIO e MENDONÇA DE BARROS, JOSÉ ROBERTO. São Paulo: Saraiva, 1977.

[185] Órgão criado pelo Decreto-Lei nº 3.293, de 21 de maio de 1941, durante o Estado Novo, na gestão do ministro da Fazenda, Artur de Sousa Costa, com a finalidade de "estimular e amparar a exportação de produtos nacionais e assegurar condições favoráveis à importação de produtos estrangeiros". Foi substituído pela Carteira de Comércio Exterior (Cacex), do Banco do Brasil, através da Lei nº 2.145, de 29 de dezembro de 1953, in CPDOC - http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/carteira-de-exportacao-e-importacao-do-banco-do-brasil-cexim.

[186] Fiscalização Bancária.

FISHLOW[187] enfatiza que a política cambial foi importante para o desenvolvimento da industrialização no Brasil. Sua leitura do período parte do papel da Segunda Guerra Mundial, que diminuiu a capacidade de importar dos países. Todavia, aponta uma diferença no caso brasileiro:

> (...) As circunstâncias durante o período favoreceram as exportações brasileiras para outros países latino-americanos e provocaram o apoio dos Estados Unidos ao mercado de café. Além disso, eram encontrados preços favoráveis. Assim, embora as importações se estagnassem, a capacidade para importar realmente estava crescendo. Este fato claramente diferencia a experiência do período de guerra daquele da depressão e explica a política de importações muito mais liberal que foi possível ao fim do conflito.

Vê-se que, para o autor, após a guerra, o Brasil tinha a vantagem de, graças às exportações do período, fomentar suas importações. FISHLOW aponta ainda que o crescimento industrial brasileiro foi fruto de políticas fiscais e monetárias expansionistas somadas à falta de oferta externa.[188] Apesar dos estímulos da demanda interna, os ganhos dos anos de guerra se exauriram pela rápida inflação. FISHLOW afirma que os preços dobraram no quinquênio 1940-1945 e que esta alta de preços acarretou algumas consequências nas políticas econômicas adotadas no período pós-guerra. Em questão de política cambial, o Brasil adotara, durante os anos de 1945 até 1953, a mesma taxa cambial de 1939, apesar da inflação brasileira ter sido bem maior que a inflação dos EUA.

Como resultado, já em 1946, a taxa de câmbio apreciada em 70%. Tal apreciação refletiu em uma imediata alta nas importações no biênio 1946/1947, exaurindo as reservas cambiais brasileiras. Não se pode ignorar a queda nas exportações de demais produtos que não o café. Contudo, para o autor, a política de "supervalorização era defendida por suas consequências anti-inflacionárias e pela

[187] FISHLOW, ALBERT. Origens e conseqüências da substituição de importações no Brasil. Revista Brasileira Econômica. São Paulo, v.2, n.6, 1972.
[188] FISHLOW, ALBERT. Origens e conseqüências da substituição de importações no Brasil. Revista Brasileira Econômica. São Paulo, v.2, n.6, 1972 p. 42

necessidade de compensar as deficiências de importação decorrentes da guerra."[189] Devido ao câmbio apreciado, as importações de produtos industriais se tornaram muito mais baratas, o que aumentou, em termos reais, as importações de manufaturas entre 1939/1949, o que, de fato, provocou uma substituição de importações. Ao contrário, pode-se concluir que, assim como FURTADO afirmou, tal política adotada foi favorável à industrialização brasileira.

FISHLOW então passa a comentar sobre a obra de HUDDLE e declara que o entendimento de HUDDLE é contrário à afirmação de que a política econômica adotada foi favorável à industrialização. HUDDLE se apoia em algumas provas. Entretanto, FISHLOW entende que HUDDLE confunde algumas questões centrais e que a maior parte de seu posicionamento crítico está mal colocada.

As questões apontadas são: se o mecanismo descrito por FURTADO operou realmente, reduzindo os incentivos à industrialização devido à desvalorização e se a estratégia de crescimento foi eficiente. FISHLOW passa a responder tais questões. Conforme aponta FURTADO, embora a política de distribuição das licenças de importação não fosse perfeita, sim, ela produziu os resultados esperados, aumentando a participação dos bens de consumo durante o período de importações livre, 1946/1947, sendo comprimido durante o período de controles de importação. Outrossim, a participação dos bens não-duráveis se encaixa perfeitamente ao padrão observado, embora tenha representado uma ameaça à indústria interna existente. FISHLOW finaliza apontando que houvera uma crescente participação dos bens de capital em 1951/1952 à medida que os controles de importação iam se tornando mais efetivos. Nota-se que, no período 1946/1947 e 1948/1952, a participação dos bens de investimento na indústria subiram 26%, ao passo que os bens de capital em geral subiram em torno de 16%. A consequência gerada foi que houve um aumento na taxa de investimento em termos reais. HUDDLE chega a uma conclusão diferente. FISHLOW afirma que HUDDLE considerou apenas os investimentos privados, além de calcular em termos correntes, não em termos reais.

[189] FISHLOW, ALBERT. Origens e consequências da substituição de importações no Brasil. Revista Brasileira Econômica. São Paulo, v.2, n.6, 1972 p. 43

> Da mesma forma, há pouca dúvida em que o subsídio implícito à indústria, inerente na política de supervalorização, foi bastante substancial para influenciar a estrutura de custos das indústrias. Um cálculo dos ganhos concedidos à indústria com a importação de insumos e de bens de capital a uma taxa fixa de câmbio em vez da taxa de paridade mostra que eles equivalem a 5 por cento do valor da produção industrial em 1949. Provavelmente parte destes ganhos foi transferida para os consumidores finais, enquanto permitia, ao mesmo tempo, lucros satisfatórios, pois os termos de troca se voltaram contra a indústria entre 1947 e 1952.[190]

FISHLOW aponta que HUDDLE não concorda com tal conclusão, já que entende que os subsídios anuais eram da mesma magnitude dos aumentos do valor adicionado. FISHLOW não compreende as razões de HUDDLE usar os aumentos do valor adicionado como parâmetro de analise, tendo em vista que os subsídios não eram uma receita real e importavam nas reduções do nível de custos. Soma-se ainda a interpretação de HUDDLE de que a maior parte dos subsídios eram "retidos" nas mãos dos funcionários do câmbio em forma de propina com objetivo de obter as licenças de importações. FISHLOW reconhece a existência de ilegalidades, todavia, afirma que os números de HUDDLE não devem ser aceitos como corretos:

> Há, de fato, evidências da existência de tal mercado, e o fechamento pelo governo da Carteira de Exportações e Importações em 1953 e a descoberta de que 100 milhões de dólares em licenças de importação não tinham sido contabilizadas não são as evidências menos importantes. Ainda assim as correções de Huddle não podem ser aceitas como um valor certo. Elas implicam, por exemplo, em que no período 1948-1952 os funcionários do câmbio receberam em gorjetas quase o equivalente às despesas do governo central com salários e pagamentos a todo o funcionalismo![191]

[190] FISHLOW, ALBERT. Origens e consequências da substituição de importações no Brasil. Revista Brasileira Econômica. São Paulo, v.2, n.6, 1972 p. 45
[191] FISHLOW, ALBERT. Origens e consequências da substituição de importações no Brasil. Revista Brasileira Econômica. São Paulo, v.2, n.6, 1972 p. 46

Sem dúvida houve corrupção de grandeza desconhecida, mas também houve a redução no subsídio à indústria através dos altos lucros dos importadores. Tendo em vista que os importadores cobravam apenas os preços de importação aos compradores, esse ganho era transferido à indústria. Ocorre que os preços internos eram mais altos. FISHLOW conclui então que a taxa de câmbio subsidiada serviu somente para enriquecer os importadores. Todavia, como não existem dados comparativos entre os preços das importações e os preços internos, é difícil avaliar a abrangência dos ganhos.

FISHLOW, desta forma, conclui que:

> Devido à intervenção da depressão e da guerra, (...) os produtores brasileiros foram forçados a utilizar seu equipamento de uma forma mais intensa do que a desejável sob o ponto de vista da eficiência. Além disso, o sistema de licenciamento funcionou de uma forma muito bem sucedida ao limitar as importações competitivas e a facilitar as complementares. Mais importante ainda, a supervalorização era um instrumento viável de política econômica para a obtenção desses objetivos.[192]

FONSECA[193]chega à mesma conclusão:

> Não se pode dizer que Dutra tenha abandonado a prioridade pró-indústria de Vargas. Houve a continuidade e expansão de crédito ao setor; além disso, esta política cambial, em última instância, significava transferência de renda do setor exportador para o mercado interno, e principalmente para a indústria, pois barateava as importações de bens de capital e intermediários ao mesmo tempo em que restringia as de bem de consumo, pelo sistema de licenciamento.

Complementar à política cambial do governo Dutra também foi utilizada uma política creditícia, capitaneada pelo Banco do Brasil, como nos lembra ABREU, "Finalmente, é preciso observar que esses investimentos em substituição de importações

[192] FISHLOW, ALBERT. Origens e consequências da substituição de importações no Brasil. Revista Brasileira Econômica. São Paulo, v.2, n.6, 1972 p 47.
[193] FONSECA, Pedro Cezar Dutra. O processo de Substituição de Importações. Capítulo 11 in REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria, Formação Econômica do Brasil, São Paulo, Saraiva, 2003.

foram possíveis, também, graças à política de crédito do Banco do Brasil. O crédito real à indústria cresceu 38%, 19%, 28% e 5% nos anos de 1947, 1948, 1949 e 1950, respectivamente."[194]

3.4 Relações Comerciais Brasil e os EUA

As relações entre o Brasil e os Estados Unidos da América (EUA) evoluíram de uma "aliança não-escrita"[195], passando pelo americanismo[196], à politica de boa vizinhança, entre outros conceitos e temas, culminando em uma "aliança quebrada"[197], durante o período em questão. Alguns breves olhares a contextos anteriores, ao período em análise, são necessários para se caminhar com mais segurança. As relações Brasil-EUA, durante muito tempo, não foram relevantes, até a independência. No centro das relações econômicas com o Brasil estava Portugal e, após 1822, a Inglaterra assume o posto. Os EUA foram a primeira nação a reconhecer o Brasil como independente de Portugal e é claro que futuras possibilidades econômicas estavam sendo apreciadas.

Pode-se creditar a Doutrina *Monroe*, iniciada em meados de 1823, resumida na célebre frase "A América para os Americanos", como o primeiro anúncio público de como os EUA iriam agir em relação aos seus vizinhos latinos americanos, ao advertir os países europeus de que qualquer tentativa de recolonização ou de submissão ao sistema político Europeu, as recém-independentes repúblicas latino-americanas, seria considerada como uma ameaça à paz e segurança das Américas e do próprio EUA.[198]

Motivada, entre outros, pela possível ameaça, por parte da Grã-Bretanha e da Santa Aliança, formada por países europeus como França, Áustria e Rússia, de voltarem

---

[194] ABREU, Marcelo de Paiva. A ordem e progresso: Cem anos de Política Econômica Republicana1889-1989: Política Econômica Externa e Industrialização: 1946-1945, cap.3 Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda, 1998.

[195] Segundo o conceito apresentado por BURNS, Bradford. The Unwritten Alliance. Rio Branco and Brazilian-American Relations. London, New Your: Columbia University Press, 1966.

[196] Entende-se por americanismo a ideologia por parte dos EUA em fazer prevalecer seus interesses em detrimento dos interesses das demais nações, em meio as relações internacionais estabelecidas.

[197] Segundo o conceito apresentado por LANOUE, Kenneth. An Alliance Shaken: Brazil and the United States, 1945-1950. PhD Dissertation, Lousiana States University, 1978.

[198] TEIXEIRA, Carlos Gustavo Poggio, Brazil, the United States, and the South American Subsystem. Lanham, Lexington, 2012. Tal doutrina, em tese, teve seu fim com o discurso de John Kerry aos 18 de novembro de 2013 na OEA (Organização dos Estados Americanos) "The era of the Monroe Doctrine is over." in KERRY, John, Secretary of State, U.S. Department of State – Diplomacy in Action - Remarks on U.S. Policy in the Western Hemisphere , Organization of American States, Washington, DC, November 18, 2013 - http://www.state.gov/secretary/remarks/2013/11/217680.htm .

a colonizar países americanos, o que ia claramente contra os interesses dos EUA, a Doutrina *Monroe*, de 1823, foi baseada em três princípios: a impossibilidade da criação de novas colônias europeias nas Américas, a intolerância a qualquer interferência europeia em questões internas dos países do continente americano e, finalmente, que os EUA não iriam interferir em conflitos entre países europeus. Em maior grau, aplicado inicialmente a países Caribenhos, os países da América do Sul não tiveram tanta atenção, como acreditava o Brasil, nas primeiras décadas da vigência da doutrina.[199]

Em 1893 estoura a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, que em breve se expande aos Estados do Paraná e Santa Catarina. Os EUA lideram o apoio ao governo republicano contra os rebeldes que buscam derrubar o regime da chamada "República da Espada"[200]. Arbitram, ainda, a disputa entre a Argentina e o Brasil sobre as Missões, dando ganho de causa ao Brasil. Remonta dessa época a ideia de um relacionamento privilegiado do Brasil, representado pelo Barão de Rio Branco, com os EUA, o que se começou a chamar de uma "aliança não escrita".[201]

O Brasil, em 1904, tacitamente apoia *Theodore Roosevelt*, quando este sanciona a intervenção dos EUA na América Latina, introduzindo a política do *"big stick"*, mantendo o apoio também ao presidente *Willin Howard Taft*, quando este desenvolve a chamada diplomacia do dólar. Em 1904, Brasil e EUA abrem suas respectivas embaixadas, um grande marco para a diplomacia entre os dois países. Em 1906, o Secretário de Estado dos EUA, *Elihu Root*, chefia uma delegação dos EUA, no Rio de

---

[199] TEIXEIRA, Carlos Gustavo Poggio, Brazil, the United States, and the South American Subsystem. Lanham, Lexington, 2012. Tal doutrina, em tese, teve seu fim com o discurso de John Kerry, aos 18 de novembro de 2013, na OEA (Organização dos Estados Americanos) "The era of the Monroe Doctrine is over." in KERRY, John, Secretary of State, U.S. Department of State – Diplomacy in Action - Remarks on U.S. Policy in the Western Hemisphere , Organization of American States, Washington, DC, November 18, 2013 - http://www.state.gov/secretary/remarks/2013/11/217680.htm.

[200] Muitas disputas políticas começam a brotar no Estado do Rio Grande do Sul, motivadas pelo ideário positivista, capitaneadas pelo líder republicano Júlio de Castilhos, que obtinha o apoio da elite tradicional de estancieiros. Contra Júlio de Castilhos levanta-se o líder liberal defensor do ideário federalista, Gaspar da Silveira Martins. A revolução estoura em fins de 1893, durante o governo de Floriano Peixoto. Buscavam os liberais federalistas, entre outras reinvindicações, a reforma da Constituição Estadual do Rio Grande do Sul, que dava poder excessivo ao poder executivo, em detrimento dos demais poderes, em especial o legislativo. Os federalistas, chamados de maragatos, entram no Estado de Santa Catarina, associam-se aos membros da Revolta Armada e seguem até o Estado do Paraná, tomando a capital Curitiba. Após milhares de mortos, a Revolução Federalista somente termina em 1895, no governo do presidente Prudente de Morais, que consegue entrar em acordo com os revolucionários federalistas.

[201] BURNS, Bradford. The Unwritten Alliance. Rio Branco and Brazilian-American Relations. London, New Your: Columbia University Press, 1966. Versão em português: BURNS, E. B. A Aliança não escrita: o barão do Rio Branco e as relações Brasil-Estados Unidos. Rio de Janeiro: EMC Edições, 2003.

Janeiro, quando da Terceira Conferência Panamericana, o que foi visto com bons olhos pelo país anfitrião.[202]

O apoio do Brasil aos EUA não era restrito. O Brasil apoiava os EUA levando em consideração os interesses nacionais, o que, por vezes, causava algumas dissensões. Essa suposta "amizade" entre o Brasil e os Estados Unidos, há muito, vem sendo usada como um estereótipo ideológico, pautando o funcionamento do sistema de relações internacionais nas Américas, segundo os interesses dos EUA. Na verdade, ao longo da história, as relações entre os dois países não foram, o tempo todo, um mar de rosas.

No século XIX o Império do Brasil suspendeu por três vezes, em 1827, 1847 e 1869, as relações diplomáticas com os Estados Unidos. Quando da disputa do Acre, o Brasil manteve posições contrárias aos dos EUA, que defendiam supostos interesses de suas empresas. Em, 1907, na Segunda Conferência de Paz de Haia, o Brasil assumiu a posição de "Líder latino-americano" na defesa da igualdade jurídica entre as nações, posição nitidamente contrária aos EUA.

Já com o fim da Primeira Guerra Mundial, 1914-1918, os EUA procuraram não mais se envolver nas questões políticas do Velho Continente. Em 1935 os EUA aprovam o Ato de Neutralidade, proibindo a venda de armas para países em guerra, com algumas exceções. Em 1937, quando o Japão atacou a China, o presidente *Roosevelt* encontrou uma brecha na lei e abriu o comércio de armas novamente, desta vez aos chineses.[203]

A guerra iniciada em 1939 ameaçava os interesses dos EUA na América Latina. Havia claramente o entendimento que o "expansionismo alemão ameaçava o hemisfério e o equilíbrio montado pelos Estados Unidos"[204], ao passo que muitos acordos comerciais eram travados entre muitos países latinos americanos e a Alemanha. O Brasil não ficou fora desses acordos e, mesmo devendo aos EUA, fazia Acordos de Compensação com a Alemanha. Entre os anos de 1939 e 1942, pelo menos sete planos

[202] OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Política Externa Brasileira, São Paulo, Saraiva, p.29-51.
[203] TOTA, Antonio Pedro. O Imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 42
[204] TOTA, Antonio Pedro. O Imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 27.

de ocupação por tropas norte-americanas de pontos estratégicos da América do Sul foram elaboradas visando assegurar a "segurança hemisférica"[205]. Uma forma dos EUA darem um recado à Alemanha de quem realmente mandava.

Mesmo podendo usar a "força" para fazer o Brasil honrar seus compromissos comerciais, os EUA, visando interesses não tão imediatos, criam agências com o objetivo claro de afastar o perigo alemão. Um exemplo foi o *Office for Coordination of Commercial and Cultural Relations Between the Americas*, criado em agosto de 1940, diretamente ligado aos projetos de segurança nacional dos Estados Unidos, subordinado ao Conselho de Defesa Nacional.[206]

Possuía três divisões: Divisão Comercial e Financeira, Divisão de Comunicações e Divisão de Relações Culturais. Por mais que trouxesse a assimilação do *American Way Of Life* através de um caráter cultural, essa agência tinha como objetivo a viabilidade para projetos político-econômicos na região. Após um ano da criação do *Office for Coordination of Commercial and Cultural Relations Between the Americas,* seu nome foi alterado para *Office of The Coordinator of Inter-American Affairs,* o OCIAA.[207]

Objetivando impedir o Comércio de Compensação Brasil - Alemanha, o OCIAA oferece apoio financeiro para aquecer a economia brasileira.

> "De seu lado os Estados Unidos forneceram ao Brasil equipamento militar – inclusive tanques e aviões - dentro do programa *Lend-Lease* (Empréstimo e Arrendamento). O Brasil foi, de fato, o beneficiário de mais de 70% de todo o programa para a América Latina. Oficiais superiores brasileiros – o maior contingente de oficiais aliados – receberam treinamento em *Fort Leavenworth* e outros locais. Os Estados Unidos continuaram sendo o grande mercado do café, principal produto de exportação do Brasil, e de outros alimentos. E,

[205]CHILD, John. From "Color" to "Rainbow": U.S. Strategic Planning to Latin America., 1919-1945. Journal of Interamerican Studies and Wolrd Affairs, vol. 21, n. 2, May 1979, p. 233-259; McCANN, Frank. Aliança Brasil-Estados Unidos, 1937-1945. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército Editora, 1995, p. 114-115.
[206] MOURA, Gerson. Tio Sam Chega ao Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1984, p.21.
[207] TOTA, Antonio Pedro. O Imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000 p. 51.

> embora incapazes de fornecer ao aliado todos os bens manufaturados e de capital de que ele precisava, em parte devido as restrições à navegação, os Estados Unidos fizeram empréstimos (notadamente o do Export-Import Bank para a construção da siderúrgica de Volta Redonda, no estado do Rio de Janeiro) e deram assistência técnica (por intermédio da missão Cooke em 1942, por exemplo), o que acelerou consideravelmente o desenvolvimento econômico – e especialmente o industrial do país".[208]

Através do OCIAA, o Brasil também recebeu um choque cultural. Os EUA se mostraram os porta-vozes do progresso, da democracia e de "invejáveis valores morais", que eram propagados pelo Brasil através do rádio, do cinema, de revistas, de programas econômicos e de saúde. O Brasil teve os EUA como *benchmarking* da sociedade. Esse choque de cultura e valores foi trazido por artistas, músicos e intelectuais, e não por imposição militar.

O ano de 1942, em especial, foi um ano muito importante para as questões externas brasileiras. Em apenas oito meses vê-se a transformação de uma "política de relações retóricas de solidariedade" para uma aliança firme com os EUA.[209] Entre janeiro de 1942 e agosto do mesmo ano começam a surgir ideias que o Brasil começava a denotar uma posição especial frente a assuntos internacionais.

Agora o Brasil estava em guerra e novos problemas começaram a surgir, especialmente a questão de como deveria ser justificada a entrada do Brasil na guerra, visto que os EUA entendiam que era desnecessária ajuda adicional e os esforços de guerra que dependiam do Brasil já estavam sendo feitos a contento. Os governantes brasileiros esperavam que, com a entrada do Brasil na guerra e a colaboração mais estreita com os EUA, resultaria em uma ampliação do papel do Brasil nas Américas e no mundo.[210]

---

[208] BETHELL, Leslie; ROXBUROUGH, Ian. América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p.66

[209] MOURA, Gerson. Relações exteriores do Brasil : 1939-1950 : mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial, Brasília: FUNAG, 2012, p.81

[210] MOURA, Gerson. Relações exteriores do Brasil : 1939-1950 : mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial, Brasília: FUNAG, 2012p. 119.

Fato é que, quando da entrada do Brasil na guerra, aos 22 de agosto de 1942, o Brasil não estava preparado para assumir a posição que o governo queria, fato confirmado pelo ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra, afirmando a total falta de preparo do exercito brasileiro.[211] Mesmo assim o Brasil vislumbrava um papel grandioso no futuro como grande aliado dos EUA, papel esse inicialmente entendido como uma "preeminência inconteste" na América do Sul que, mais tarde, se estenderia, é claro, a acordos de paz e participação ativa na reorganização do sistema internacional. Oswaldo Aranha chegou a dizer que o Brasil seria uma grande potência econômica e militar. Até mesmo Getúlio Vargas, presidente do Brasil, parecia demonstrar real interesse pelo tema[212], mesmo estando ciente da contradição que o Brasil na guerra representada para o regime do Estado Novo.

O Brasil buscava participação efetiva na guerra mesmo sem estar aparelhado para suportá-la no "corpo-a-corpo". A saída era, portanto, solicitar aos EUA que aparelhassem o Brasil e prestassem demais tipos de auxílio que possibilitassem fazer frente à guerra e, de quebra, levar o Brasil a se fortalecer militarmente e, também, para fazer frente aos vizinhos da América do Sul, em especial, a Argentina. Havia um porém. Os Estados Unidos não queriam o Brasil como potência militar regional e, muito menos, mundial. [213]

Apesar dos pesares, em maio de 1942, o Brasil e os EUA assinam um acordo de colaboração militar, nasce a CMDBEU – Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos. Divergiam os pontos de vista do Brasil e dos EUA quanto aos reais objetivos da CMDBEU. Enquanto os EUA queriam determinar quais as ações necessárias para a defesa do norte e nordeste brasileiro, o Brasil entendia essa colaboração muito mais além, incluindo todas as atividades ligadas ao potencial de guerra brasileiro, bem como o fortalecimento da posição política do Brasil na América do Sul.

---

[211] DUTRA, Eurico Gaspar; Relatório de Eurico Gaspar Dutra a Getúlio Vargas sobre a situação do Exército e suas Principais necessidades. In: http://docvirt.com /docreaderFGV/ docreader.aspx?bib=GV_Confid&pasta=GV%20confid%201940.06.00; http://www.fgv.br /cpdoc /acervo /arquivo – pessoal /GV/ textual/ relatorio-de-eurico-gaspar-dutra-a-getulio-vargas-sobre-a-situacao-do-exercito-e-suas-principais-necessidades-rio-de-janeiro.

[212] MOURA, Gerson. Relações exteriores do Brasil: 1939-1950: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial, Brasília: FUNAG, 2012, p.81

[212] MOURA, Gerson. Relações exteriores do Brasil: 1939-1950: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial, Brasília: FUNAG, 2012p. 120.

[213] MOURA, Gerson. Relações exteriores do Brasil: 1939-1950: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial, Brasília: FUNAG, 2012. 122.

Com a invasão Anglo-americana ao norte da África, em novembro de 1942, torna-se mais concreta uma possível invasão do Eixo ao Nordeste brasileiro. Neste contexto, o Brasil vê seu poder de negociação na CMDBEU se esvaziar, fortalecendo ainda mais a posição dos EUA em diminuir a remessa de armas ao Brasil e que esse deveria aceitar qualquer posição dos EUA.[214] Mesmo contra a vontade dos EUA, o Brasil vê uma forma de viabilizar o fortalecimento das Forças Armadas brasileiras e, por fim, começar a receber o *know-how* militar dos EUA. O Brasil cria a FEB – Força Expedicionária Brasileira, que transformava o Brasil, até que enfim, no "aliado especial" dos EUA, dando ao Brasil, ainda, a tão almejada "importância" na América Latina.[215] Mais tarde, apesar das posições contrárias dos britânicos ao envio da FEB ao *front* de guerra, os EUA, que ainda consideravam desnecessária a ajuda brasileira, finalmente despacham a FEB para a Europa. Nas palavras de Moura:

> (...) Do ponto de vista político, o Brasil era um dos "aliados menores". Ele não era uma Potência, mas deveria ser tratado como tal, devido aos interesses estratégicos e políticos dos Estados Unidos na América do Sul. Durante os anos críticos da Guerra, o governo brasileiro pôde obter certos benefícios a partir de sua posição de "aliado especial", mas após o meio de 1944, esta retórica não mais usufruiu de apoio. O despacho da FEB foi o último grande ganho do Brasil como "aliado especial".[216]

Os princípios liberais, político e econômicos, de gerenciamento econômico internacional, acordados em *Bretton Woods* nas primeiras semanas de julho de 1944, já se faziam presentes no Brasil, mas seus efeitos seriam sentidos com mais força no ano vindouro. Mantendo a visão de longo prazo, os EUA, através da CMDBEU, asseguravam seu interesse nas relações bilaterais entre eles e o Brasil. As remessas de armamento para o Brasil, através do *Lend-Lease*, continuariam, já que traziam visíveis vantagens aos EUA. Ao findar a guerra os EUA teriam como despachar equipamentos

---

[214] MOURA, Gerson. Relações exteriores do Brasil : 1939-1950: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial, Brasília: FUNAG, 2012. 122.
[215] MOURA, Gerson. Relações exteriores do Brasil : 1939-1950: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial, Brasília: FUNAG, 2012150.
[216] MOURA, Gerson. Relações exteriores do Brasil : 1939-1950: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial, Brasília: FUNAG, 2012. 153.

que não usariam mais, já que, com tecnologia ultrapassada, além de fazer com o que o sistema militar brasileiro ficasse totalmente dependente dos EUA, iniciando, segundo a visão dos EUA, uma padronização militar coordenada que se estenderia a todo o continente.[217] Em meados de 1945 o sonho de "potência associada" estava se tornando rapidamente um pesadelo. A capacidade de barganha de Vargas estava exaurida, o que refletia no campo da política interna.

Os EUA não mais precisavam do apoio de Vargas para seus projetos estratégicos no Brasil. As atitudes nacionalistas de Vargas desagradavam cada vez mais os EUA, que apoiavam a volta do Brasil à democracia. O Estado Novo estava ruindo, algumas ações de redemocratização foram feitas durante o ano de 1945, a censura à imprensa foi retirada, o Partido Comunista legalizado e novas eleições foram marcadas para 02 de dezembro daquele ano. Despontaram Eduardo Gomes pela União Democrática Nacional (UDN), que basicamente fazia oposição a Vargas, e o general Eurico Gaspar Dutra, pelo Partido Social Democrático (PSD), que, de certa forma, representava a continuidade do antigo governo; ambos os candidatos eram militares. Outros partidos também surgiram: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que era ligado aos sindicatos, e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que voltara da ilegalidade. A FEB, que retornara da Europa em julho e agosto, foi recebida com grande festa por Vargas, mas esse contingente foi logo dispersado.

No Brasil permanecia viva a ideia de que os EUA mantinham algum aspecto de gratidão para com o Brasil devido à ajuda brasileira nos esforços de guerra quanto a suprimentos à participação efetiva do Brasil na guerra através da FEB e pela cessão da base aérea de Natal. Portanto, era pensamento recorrente no Brasil que os EUA cumpririam os planos de ajuda econômica acordados na missão *Taud*, de 1942, e na missão *Cook*, de 1943.[218]

---

[217] MOURA, Gerson. Relações exteriores do Brasil : 1939-1950: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial, Brasília: FUNAG, 2012 p.167.

[218] MALAN, Pedro Sampaio, Relações econômicas internacionais do Brasil (1945-1964), in FAUSTO, Boris (org.) História Geral da Civilização Brasileira, tomo III, volume 4. São Paulo, Difel, 1984, p54, ainda em MALAN, Pedro Sampaio (1977). "Relações econômicas internacionais do Brasil (1945-1964)" In: O Brasil republicano: economia e cultura (1930-1964), vol. 11 da História geral da civilização brasileira, 1995, p. 60-1.

Os opositores ao regime varguista, juntamente com os militares brasileiros, apoiados pelos EUA, forçam a renúncia do presidente Getúlio Vargas, em 29 de outubro de 1945. Provisoriamente assume a Presidência da República do Brasil o presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, que nesse pouco espaço de tempo revoga o decreto-lei antitruste, então chamado de "Lei Malaia", medida esta claramente apoiada pelos EUA.

Como já mencionado, as eleições de dezembro[219] levam ao poder o General Eurico Gaspar Dutra, que devido ao acordo firmado entre o PSD e PTB, elege-se com mais de 54% dos votos, contra 34% do candidato da UDN, ficando em terceiro lugar o candidato do partido comunista, Yedo Fiuza. Vargas foi fator decisivo para a eleição de Dutra ao conclamar os trabalhadores a votarem neste, já que o candidato do PSD não tinha nenhum apelo popular[220]. O presidente americano, *Truman*, estava satisfeito com a ideia de Dutra presidente, sabedor do descontentamento de Dutra quanto à existência do PCB e as relações do Brasil com a União Soviética[221]. Neste contexto, aos 31 de janeiro de 1946, Dutra assume a Presidência da República do Brasil, com a promessa de fazer uma política conservadora, mas que flertava com o liberalismo.

Internamente, a discussão passa a ser pautada nos rumos que a economia brasileira assumiria. Reconhecidamente, o grande vilão da economia brasileira era a inflação. Muitos dos esforços deveriam ser direcionados para tal fim. No campo externo, o Brasil ainda estava crente e esperava pela ajuda dos EUA, que a muito demonstravam, em conferências como as de *Bretton Woods*, de julho de 1944, *Rye*, de novembro de 1944, e *Chapultepec*, de fevereiro de 1945, que sua prioridade para o pós-guerra, em temas de economia internacional, seria a expansão do comércio e a eliminação de barreiras tarifárias.[222]

---

[219] Votaram 6,2 milhões, o que representava 13,4% da população brasileira, contra 1,9 milhões de eleitores (5,7% da população) nas últimas eleições diretas ocorridas em março de 1930; ver BORIS, Fausto, História Concisa do Brasil, São Paulo, EdUSP, p.220.

[220] BETHELL, Leslie; ROXBUROUGH, Ian. América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p.56.

[221] HAINES, Gerald K. The americanization of Brazil: a study of U.S Cold War diplomacy in the Third World, 1945-1954. Wilmington: Scholarly Resource, 1989.

[222] DINIZ, Eli, Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945, 1978, pp. 210-215.

Não havia na pauta dos EUA, portanto, motivos para prestar ajuda econômica ao desenvolvimento de países latinos americanos, entre eles o Brasil, pois estes continuavam sendo áreas de influência dos EUA. Nas palavras de Malan:

> Aparentemente, a guerra não durou o bastante para que a ideia americana de uma industrialização substitutiva de importações visando ao esforço de guerra pudesse se consolidar. Terminada a guerra, terminaram os interesses norte-americanos pela industrialização no Brasil, já que a reconstrução europeia era infinitamente mais importante para os interesses americanos [223].

Ao contrário, os países europeus, segundo a visão dos EUA, precisavam de ajuda para não flertarem com a alternativa socialista que estava bem ali, no quintal de casa.[224] Para LAGO, há uma clara opção de Dutra por uma política liberalizante, orientada por esperanças ilusórias, a saber:

> (...) a situação cambial do país permaneceria favorável, uma vez que a reorganização da economia mundial no pós-guerra seria profunda e rápida, permitindo recuperação das exportações brasileiras; a condição de "aliado especial" do país junto aos EUA e as reformas liberalizantes propiciariam forte entrada de capitais que compensariam déficits comerciais eventuais. [225]

O desejo brasileiro era que fosse feito uma espécie de Plano *Marshall* para a América Latina. Quando da visita do Secretário de Estado dos EUA, General *George Catlett Marshall Jr*, idealizador do Plano *Marshall*, o governo brasileiro ouviu deste que o desenvolvimento Latino Americano se daria de forma um pouco diferente do proposto para a Europa, na América Latina haveria a colaboração de grupos privados, bem como de toda sociedade. Recado dado: seria necessário buscar o capital privado.[226]

---

[223] MALAN, Pedro S. et al. Política econômica externa e industrialização no Brasil (1939/52). Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1980, p. 28.
[224] MOURA, Gerson, O alinhamento sem recompensa: a política externa do governo Dutra, FGV, CPDOC, Rio de Janeiro. p. 92.
[225] LAGO, Pedro Arranha Correia do, A SUMOC como embrião do Banco Central: sua influência na condução da política econômica, 1964/1965. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: PUC, 1982, p.24-9
[226] FAUSTO, Boris (org.) História Geral da Civilização Brasileira – Economia e Cultura (1930-1964) Tomo III, O Brasil Republicano, volume 11, 4ª Ed. RJ: Bertrand Brasil, 2007. Chamado de Plano

Ignorando o recado dos EUA, e ainda crente na "ilusão de divisas"[227], o governo brasileiro, em maio de 1946, envia o então Ministro da Viação e Obras Públicas, Edmundo de Macedo Soares e Silva, para *Washington*, com o objetivo de tentar obter um empréstimo, envolvendo os governos dos EUA e do Brasil, para reequipar transportes rodoviários e marítimos brasileiros. Macedo Soares não obtêm êxito em tal empreitada. Semelhantemente, em 1947, busca-se empréstimo, agora para a construção de uma refinaria de petróleo, também, sem êxito.[228]

Logo no início de seu governo, janeiro de 1946, Dutra eliminou várias restrições às importações, fixando a taxa de câmbio em um patamar que apreciava ainda mais o Cruzeiro frente ao dólar, barateando as importações, o que demandava ainda mais reservas cambiais conversíveis, que logo foram se exaurindo. Mesmo apresentando *superávit* comercial, estes eram, na maioria, em moedas inconversíveis.[229] Acreditava-se, além disso, em uma possível alta do preço internacional do café, em consequência da eliminação, em julho de 1946, pelo governo dos EUA, do preço-teto do café.[230]

Ainda no plano interno, por conta de uma conjuntura internacional favorável à cooperação entre nações capitalistas e socialistas, a atuação do partido comunista foi tolerada. No início de 1947 rompe-se a aliança entre os Estados Unidos e a União Soviética. Era o início da então chamada Guerra Fria. Para o presidente americano, *Harry Truman*, o mundo estava dividido em dois sistemas contraditórios, o capitalista e o comunista. Logo, a política externa americana volta-se para o combate ao comunismo.

Clayton, a Carta Econômica das Américas, orientava o tratamento igualitário entre o capital estrangeiro e o retorno ao multilateralismo comercial.

[227] VIANNA, Sérgio Bresserman; VILLELA, André; O Pós Guerra (1945-1955) in GIAMBIAGI, Fábio (org.) Economia Brasileira Contemporânea, 1945-2010, Rio de Janeiro, Elsevier, 2011 p3.

[228] MOURA, Gerson (1991). Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial, p. 68. Também em MOURA, Gerson (1984). O aliado fiel: a natureza do alinhamento brasileiro aos Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial. Tese de doutorado (University College London). Trad. CPDOC-FGV. p 255/257.

[229] MALAN, Pedro Sampaio, Relações econômicas internacionais do Brasil (1945-1964), in FAUSTO, Boris (org.) História Geral da Civilização Brasileira, tomo III, volume 4. São Paulo, Difel, 1984, p. 65; também em: CANO, Wilson, Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do Estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento in Revista de Economia Política, vol. 35, nº 3, julho-setembro de 2015 p 449.

[230] VIANNA, Sérgio Bresserman; VILLELA, André; O Pós Guerra (1945-1955) in GIAMBIAGI, Fábio (org.) Economia Brasileira Contemporânea, 1945-2010, Rio de Janeiro, Elsevier, 2011 p.3.

A repercussão no Brasil foi quase imediata. No dia 7 de maio de 1947, após uma batalha judicial, o PCB teve seu registro cassado, o Ministério do Trabalho decretou a intervenção em vários sindicatos e fechou a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil, criada em setembro de 1946, mas ainda não reconhecida oficialmente pelo governo. O PCB apelou para o Judiciário tendo o pedido indeferido. A exclusão do PCB do sistema político partidário se deu de forma definitiva em janeiro de 1948, com a cassação dos mandatos de todos os parlamentares que haviam sido eleitos pelo partido. Próximo passo do governo Dutra, alinhado com os EUA, foi romper, em outubro de 1947, com as relações diplomáticas com a União Soviética.

Já no plano da Diplomacia com outras nações, e principalmente com os EUA, o Brasil sempre buscava se apoiar mais em relações bilaterais em detrimento das multilaterais. Os EUA também davam preferência, quando se tratava de América Latina, a este tipo de tratamento diplomático.[231] Nas conferências de Genebra, em 1947, e Havana, de 1947-1948, o Brasil busca um protecionismo e tratamento especial por parte dos países desenvolvidos aos países em desenvolvimento. O Brasil justifica tal empenho pela necessidade de se proteger à indústria nascente dos países em desenvolvimento, já que era necessário defender e buscar o crescimento econômico destes países.

Em Genebra, na Conferência que resultou na criação do GATT[232], o Brasil se coloca como líder dos países em desenvolvimento, buscando ainda mais proteção às indústrias em formação. Em Havana, delegações de países em desenvolvimento, conseguiram incluir na Carta o artigo XV, referente a acordos preferenciais para o desenvolvimento e a reconstrução.[233] Não se tratava apenas de acordos de controle de preços de produtos de base, mas de regras multilaterais bastante flexíveis, que possibilitassem aos países em desenvolvimento a implantação de políticas factíveis de desenvolvimento industrial, aplicando medidas de protecionistas e de importação seletivas, priorizando a aquisição de equipamentos e matérias-primas, das quais esses países necessitavam.

---

[231] MOURA, Gerson, O alinhamento sem recompensa: a política externa do governo Dutra, FGV, CPDOC, Rio de Janeiro, 1990 (981.083.1:327 M929a) p. 94.
[232] Sigla de "General Agreement on Tariffs and Trade" .
[233] ALMEIDA, Paulo Roberto de (1996), "A diplomacia do liberalismo econômico". In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon de (org.), Crescimento, modernização e política externa, v. I de Sessenta anos de política externa brasileira: 1930-1990, p. 192.

Ainda em 1947 o Brasil adere ao sistema de segurança coletiva regional com o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, TIAR, apoiando invariavelmente as posições dos EUA.[234] No mesmo período, o tão sonhado assento permanente no Conselho de Segurança da ONU não foi materializado, o que representou um golpe nas "relações especiais" do Brasil para com os EUA.

Como podemos notar na Tabela 3, o saldo do Balanço Comercial do Brasil, em 1946, foi de US$ 391 milhões e em 1947 sofre uma queda para US$ 130 milhões. Houve uma ligeira alta nas exportações no período, mas as importações quase dobram, o que reduz o saldo comercial de 1947 para menos da metade do visto no ano anterior.[235]

Tabela 6

Tabela 3 - Balanço Comercial (1946-52)			
Exportações (FOB)[236], Importações (FOB) e Balança Comercial: 1946 - 1951 US$ milhões)			
Ano	Exportações (FOB)	Importações (FOB)	Saldo Comercial
1946	985,0	594,0	391,0
1947	1.157,0	1.027,0	130,0
1948	1.183,0	905,0	278,0
1949	1.100,0	947,0	153,0
1950	1.359,0	934,0	425,0
1951	1.771,0	1.703,0	68,0
1952	1.416,0	1.702,0	-286,0
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE in http://seculoxx.ibge.gov.br/economicas/setor-externo/tabelas; acesso aos 01/06/2016.			

[234] CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (org). O Brasil nas nações Unidas 1946-2006, FUNAG – Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 2007, p. 42.
[235]GREMAUD, Amaury Patrick; SAES, Flávio Azevedo Marques de; e TONETO JR., Rudinei,, Formação econômica do Brasil, 1997, p.129-143.
[236] Preço FOB (Free on board), valor comercial negociado, desconsiderando o frete e o seguro.

Das reservas brasileiras, em 1946, parte estava em ouro e representava US$ 365 milhões, que era mantida nos EUA e considerada de cunho estratégico, para uso emergencial; outra parte representava US$ 235 milhões e estava em libras esterlinas, bloqueadas pelo governo britânico, como pagamento pelas estradas de ferro; apenas US$ 92 milhões estavam disponíveis em moeda conversível. Houve uma redução representativa em moedas conversíveis, em 1947, para US$ 33 milhões, agravando o problema do Balanço Comercial brasileiro, pois o Brasil obtinha *superávits* comerciais em moeda inconversível, enquanto acumulava *déficits* comerciais com os EUA e demais países em moedas conversíveis. [237]

Considerando ainda que boa parte das divisas foram dispendidas em bens de consumo, mas também houve a aquisição de bens de capital, que eram importados dos EUA, tendo em vista que os países europeus estavam centrados nos esforços de reconstrução de suas próprias economias. Portanto, o Brasil, apesar de ter acumulado reservas com esses países, não teve como utilizá-las.[238]

A crescente redução das divisas conversíveis brasileiras acrescenta ainda mais dificuldade a já pouca capacidade de pagamento das importações de bens de capital e matérias-primas, resultando na suspensão das remessas de muitos fornecedores internacionais ao Brasil. Completando o ciclo, ocorre a redução da produção de inúmeras indústrias por falta de bens de capital e insumos. O governo brasileiro, nesse contexto, modifica o regime cambial[239], o que implicava controles seletivos sobre as importações. Nas palavras de VIANNA,

> Os bancos autorizados a operar em câmbio foram obrigados a vender ao Banco do Brasil 30% de suas aquisições de câmbio livre, à taxa oficial de compra. Atendidos os compromissos do governo, o Banco do Brasil disponibilizaria divisas de acordo com uma escala de

[237]VIANNA, Sérgio Bresserman, op. cit., p.4. ver ainda GREMAUD, Amaury Patrick; SAES, Flávio Azevedo Marques de; e TONETO JR., Rudinei, Op. cit, p 129-143 e DIB, Maria de Fátima Serro Pombal. Importações brasileiras: políticas de controle e determinantes da demanda. Rio de Janeiro: BNDES, 1985.
[238] CANO, Wilson, Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do Estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento in Revista de Economia Política, vol. 35, nº 3, julho-setembro de 2015 p 449.
[239] BASTOS, Pedro Paulo Zahluth, De bom vizinho a aliado fiel: comentários sobre o alinhamento econômico e político do Brasil aos Estados Unidos nos primórdios da Guerra Fria, Texto para Discussão, Instituto de Economia da UNICAMP, setembro de 2011, p. 2.

> prioridades que favorecia a importação de produtos considerados essenciais. O controle instituído não foi rigoroso, e as restrições ao comércio exterior foram apresentadas como passageiras, destinadas a serem abandonadas assim que os mercados mundiais se recuperassem. Apenas em fevereiro de 1948 foi adotada a primeira forma do sistema de contingenciamento a importações, baseado na concessão de licenças prévias para importar, de acordo com as prioridades do governo. Tal sistema permaneceria, na prática, até a liberalização ocorrida no início do governo Vargas (1951), e, na legislação, até a Instrução 70 da Sumoc, em outubro de 1953.[240]

Com o uso de uma politica cambial de apreciação da taxa de câmbio, somado a medidas discriminatórias, a importação de bens, com similares nacionais, o *déficit* comercial em moeda conversível foi reduzido de US$ 313 milhões, em 1947, para US$ 108 milhões, em 1948, chegando a um *superávit* de US$ 18 milhões, em 1949. O Brasil continuou mantendo *superávits* comerciais em moeda inconversível durante o período.[241] Graças ao sistema de licenciamento, que proporcionava ágios sobre a taxa oficial de câmbio, o Brasil obteve recursos que serviram para amenizar as dificuldades das finanças públicas, dada a impossibilidade política de uma reforma tributária.[242]

Triplamente favorecidas foram as indústrias nacionais, pelo protecionismo, pela política cambial e pelo processo de substituição de importações. Nesse período temos, em termos gerais, a implantação das indústrias de aparelhos eletrodomésticos e demais artefatos de consumo duráveis.[243]

---

[240] VIANNA, Sérgio Bresserman, op. cit., p.5., ver também VIANNA, Sérgio Besserman. A política econômica no segundo governo Vargas (1951-1954). Rio de Janeiro: BNDES, 1987, p19, e VIANNA, Sergio Besserman (1989), "Política econômica externa e industrialização: 1946-1951". In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). A ordem do progresso, 1989, p. 109.

[241] VIANNA, Sérgio Bresserman; VILLELA, André; O Pós Guerra (1945-1955) in GIAMBIAGI, Fábio (org.) Economia Brasileira Contemporânea, 1945-2010, Rio de Janeiro, Elsevier, 2011. p.5-6.

[242] CANO, Wilson, Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do Estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento in Revista de Economia Política, vol. 35, nº 3, julho-setembro de 2015 p. 449.

[243] VIANNA, Sérgio Bresserman; VILLELA, André; O Pós Guerra (1945-1955) in GIAMBIAGI, Fábio (org.) Economia Brasileira Contemporânea, 1945-2010, Rio de Janeiro, Elsevier, 2011 p.6.

Os EUA, dentro de sua política da boa vizinhança[244], buscaram se aproximar do Brasil e dos demais países latino-americanos, acerca de uma possível união de proteção hemisférica. A diplomacia dos EUA se empenhou em mobilizar parceiros para sua luta ideológica, um dos principais parceiros: o Brasil. Seguindo a lógica, o Brasil foi o primeiro parceiro a assinar o TIAR (Tratado Inter-Americano de Auxilio Recíproco), na Conferência Interamericana do Rio de Janeiro, ocorrido na cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, entre 15 de agosto e 2 de setembro de 1947. O TIAR nada mais era que um tratado de defesa hemisférica, em breve resumo, que pactuava: em caso de um ataque armado empreendido por qualquer Estado contra um Estado americano seria considerado como um ataque contra todos os Estados americanos. Na prática, seria considerado um ataque aos EUA e o Estado inimigo, na leitura entrelinhas, era a União Soviética.

> Artigo 3º
>
> 1. As Altas Partes Contratantes concordam em que um ataque armado, por parte de qualquer Estado, contra um Estado Americano, será considerado como um ataque contra todos os Estados Americanos, e, em consequência, cada uma das ditas Partes Contratantes, se compromete a ajudar a fazer frente ao ataque, no exercício do direito imanente de legítima defesa individual ou coletiva que é reconhecido pelo Artigo 51 da Carta das Nações Unidas.[245]

Na ocasião do encontro foi abandonada a regra da unanimidade e adotada a regra dos dois terços como forma de impedir que apenas um país pudesse colocar em xeque toda a conferência. Havia ainda um clima de animosidade entre os EUA e a Argentina, motivo do adiamento da conferência, que deveria ocorrer em 1945, somente ocorrendo em 1947. Não havia evidências, em 1947, que pudesse levar a crer que ocorreria um ato de hostilidade de um Estado contra qualquer outro Estado americano, salvo o estado de provocação existente entre os EUA e a União Soviética. Ao final da conferência, o

[244] Em nome de seus Povos, os Governos representados na Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança no Continente, animados pelo desejo de consolidar e fortalecer suas relações de amizade e boa vizinhança (...) Preâmbulo do TIER.

[245] Tratado InterAmericano de Auxílio Recíproco disponível em http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/segurancapublica/tratado_interamericano_assistencia_reciproca_ riodeja neiro.pdf acesso aos 20/02/2017

tratado foi assinado em quatro cópias escritas nas línguas dos países envolvidos, português, francês, espanhol e inglês.

Em 1948 foi estabelecida a Comissão Conjunta para estudo das razões que dificultavam o desenvolvimento econômico brasileiro.[246] Pouco após a apresentação dos resultados da Comissão Conjunta anterior foi estabelecida a Comissão Conjunta Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico, com o objetivo de preparar projetos e estudos técnicos, especialmente nas áreas de transportes e energia, com apoio financeiro dos EUA.[247]

De forma geral, não há uma grande divergência entre os estudiosos a respeito do alinhamento político do Brasil aos EUA. O Brasil se alinhou aos EUA quanto aos planos de reorganização institucional multilateral e regional vinculados aos aspectos militares, sendo, muitas vezes, mais realista do que o rei, parafraseando as palavras de Oswaldo Aranha.[248]

Já no caso da política econômica internacional, principalmente em relação aos EUA, há duas visões básicas. A primeira delas, centrada em Gerson Moura, afirma que o governo Dutra aceitou acriticamente as propostas de reorganização da economia feitas pelos EUA, buscando a retomada da abertura comercial e o aumento do investimento estrangeiro. Buscava-se ainda uma divisão do trabalho harmônico entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, razão pela qual o liberalismo de Dutra deu início à crise cambial, gerada pelos aumentos das importações e remessas de lucros sem contrapartidas nas exportações e nos investimentos externos diretos.[249]

---

[246] Comissão formada de técnicos norte-americanos enviados ao Brasil sob a direção de John Abbink e por um grupo de técnicos brasileiros chefiados por Otávio Gouveia de Bulhões. Objetivava analisar os fatores que tendiam a promover ou a retardar o desenvolvimento econômico brasileiro, essa comissão mista retomava o princípio da cooperação econômica estabelecido pela Missão *Cooke* em 1942. Os resultados foram publicados em fevereiro de 1949 e ficaram conhecidos como Relatório *Abbink*. A missão *Abbink*, recebeu indicações claras de que deveria frustrar qualquer esperança do Brasil relacionadas a ajudas robustas dos EUA para o desenvolvimento econômico do Brasil. A missão deveria dar total atenção ao uso de recursos internos, encorajando, ainda, o fluxo de capital privado ao Brasil.

[247] RIBEIRO, Thiago Reis Marques, Das missões à Comissão: Ideologia e projeto desenvolvimentista nos trabalhos da "Missão Abbink" (1948) e da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951-1953), UFF, Dissertação de Mestrado, 2012.

[248] GOMES, Daniel Costa, Oswaldo Aranha: Prática e Pensamento Diplomático entre 1945 e 1960, Revista de Estudos Internacionais (REI) ISSN 2236-4811, Vol. 7 (1), 2016.

[249] BASTOS, Pedro Paulo Zahluth, De bom vizinho a aliado fiel: comentários sobre o alinhamento econômico e político do Brasil aos Estados Unidos nos primórdios da Guerra Fria, Texto para Discussão, Instituto de Economia da UNICAMP, setembro de 2011, p. 3.

Outra visão, chamada de revisionista, centrada em Paulo Roberto de Almeida, afirma que a maioria das avaliações e críticas feitas ao governo Dutra estiveram presas a uma caracterização dicotômica entre varguistas e anti-varguistas, entre autônomos e associados, entre nacionalistas e entreguistas, entre dependentes e independentes. Essa visão sempre dicotômica teria levado muitos dos críticos do governo Dutra a associá-lo ao polo anti-industrialização, beirando o liberalismo agrarista, o que se torna uma simplificação excessiva.

ALMEIDA sustenta sua posição, primeiro avaliando o comportamento do governo Dutra à crise cambial de 1947, que colocou impedimentos à saída de capital e ao controle das importações, e segundo, ao comportamento dos diplomatas brasileiros que buscaram apoio financeiro para a industrialização do Brasil. Almeida também alega que, devido ao contexto internacional bem diverso com o qual Dutra se deparou, não foi possível o uso das mesmas "armas" que Vargas usou, o que claramente limitou, em muito, a atuação de Dutra no contexto internacional e interno. Apesar de razoável esta alegação, pois houve inegável mudança de cenário internacional no imediato pós-guerra, ela não merece prosperar, devendo ser considerada também a falta de manejo de Dutra nas relações internacionais.[250]

Pedro Paulo Zahluth Bastos concorda com Almeida no fato que MOURA exagera ao desqualificar o governo Dutra, chamando-o de um governo anti-industrialização, próximo ao liberalismo agrário, porém é critico na avaliação histórica feita por ALMEIDA, afirmando que este exagera no teor da reversão antiliberal depois da crise cambial. Afirma que, ao contrário do alegado por ALMEIDA, não houve restrições à saída de capital e a manutenção de um regime liberal permitiu acumular um *déficit* de US$ 500 milhões, mantendo as reservas em um nível critico até o final do governo Dutra.

BASTOS identifica também que ALMEIDA novamente exagera na posição retórica dos diplomatas do Brasil, sem avaliar se havia resultados práticos ou não, além

[250] BASTOS, Pedro Paulo Zahluth, De bom vizinho a aliado fiel: comentários sobre o alinhamento econômico e político do Brasil aos Estados Unidos nos primórdios da Guerra Fria, Texto para Discussão, Instituto de Economia da UNICAMP, setembro de 2011., p.4.

de enfatizar as restrições externas como condição principal para a possível falha de Dutra, na condução da política externa e interna. BASTOS afirma que Dutra podia não ser o agrarista simplista, mas também não possuía a mesma visão varguista de desenvolvimento e industrialização.[251]

SARETTA[252] e BASTOS apresentam documentos que comprovam que existe uma clara rejeição de projeto econômico reacionário e nostálgico em relação a uma presumida vocação agrária e que havia consciência, por parte do governo Dutra, que a restauração dos controles cambiais, em 1947, poderia impactar positivamente o processo de substituição de importações.[253] Tais fatos são apresentados como uma espécie de defesa ao governo de Dutra em questão que este estava ciente dos possíveis resultados das políticas por ele adotadas.

Não adianta as oportunidades estarem abertas ou fechadas se o estadista não buscar explorar a partir de motivações internas. Ao tempo de Dutra, os agentes econômicos e sociais dos quais ele se apoiava eram diversos do de Vargas, em especial, na divisão de tarefas, na atuação do Estado e no que tange o capital externo.[254]

Vê-se que as relações internacionais pautadas entre o Brasil e os EUA, no período do governo Dutra, 1946 a 1951, foram totalmente diferentes do jogo político inaugurado pelo Barão de Rio Branco, que contrabalanceou a influência dos EUA e da Grã-Bretanha, como não se pode comparar tampouco ao "duplo jogo" de Vargas entre EUA e Alemanha, como afirmou GAMBINI.[255]

É verdade que o contexto externo possibilitava menos oportunidades em relação a períodos imediatamente anteriores, tendo em vista o julgamento errôneo, ilusão de

---

[251] BASTOS, Pedro Paulo Zahluth, De bom vizinho a aliado fiel: comentários sobre o alinhamento econômico e político do Brasil aos Estados Unidos nos primórdios da Guerra Fria, Texto para Discussão, Instituto de Economia da UNICAMP, setembro de 2011 p.5-6.
[252] SARETTA, Fausto, Política Econômica Brasileira, São Paulo, FCL- Laboratório, Editorial e Cultura Acadêmica Editora, 2000. Citado por Bastos na edição de 1990.
[253] BASTOS, Pedro Paulo Zahluth, De bom vizinho a aliado fiel: comentários sobre o alinhamento econômico e político do Brasil aos Estados Unidos nos primórdios da Guerra Fria, Texto para Discussão, Instituto de Economia da UNICAMP, setembro de 2011 p.5
[254] BASTOS, Pedro Paulo Zahluth, De bom vizinho a aliado fiel: comentários sobre o alinhamento econômico e político do Brasil aos Estados Unidos nos primórdios da Guerra Fria, Texto para Discussão, Instituto de Economia da UNICAMP, setembro de 2011, p.7.
[255] GAMBINI, Roberto, O jogo Duplo de Getúlio Vargas, São Paulo, Símbolo, 1977.

divisas, mas certo também é que Dutra não soube aproveitar as oportunidades internas e externas e praticou uma política mais liberal do que o exigido em *Bretton Woods*. O alinhamento militar com os EUA coube como uma luva para justificar a repressão interna que se deu contra o partido Comunista e seus simpatizantes, justificado pelo alinhamento com o capitalismo e os EUA contra o socialismo e URSS, no período que ficou chamado como Guerra-fria.

Figura 3

4. Vargas e Dutra no Parque da Gávea em 1940.

Figura 4

O JORNAL

TOMOU POSSE ÁS 2,45 DA MANHÃ, NO PALACIO DA GUERRA
O MINISTRO JOSÉ LINHARES, NOVO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

VARGAS RENUNCIOU

Eleições a 2 de dezembro para presidente e Parlamento

5. O Jornal - 30 de outubro de 1945.

Figura 5

6. Presidente Eurico Gaspar Dutra

2, 3 e 4 - Fonte: Acervo CPDOC/FGV[256]

[256] Disponível in https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/album acesso aos 13/03/2019.

4. Políticas de Rendas: A Questão Salarial

Este capítulo tem como objetivo discutir se houve, ou não, uma atenção do governo Dutra às políticas de rendas[257]. Será discutido também como se deu o surgimento do salário mínimo no Brasil e como o governo Dutra tratou dos assuntos ditos populares, salário e representação sindical, durante seu mandato.

4.1 A Origem do Termo

Originada da palavra *salarium argentum,* em latim, que descrevia a utilização do sal para pagamentos de serviços prestados na Roma antiga. Sal, este que ganha *status* de moeda-mercadoria devido sua escassez e sua utilização na conservação dos alimentos. Da antiguidade aos dias de hoje, o salário atualmente consiste em uma contraprestação monetária mínima que é devida e paga diretamente ao trabalhador pelo empregador por jornada normal de trabalho em determinada região e período.

O salário, tal qual é conhecido atualmente, surge em 1824, na Austrália e na Nova Zelândia. Adotada pela Inglaterra em 1919, buscando proteger os trabalhadores que atuavam em trabalhos pesados, mais tarde, em 1926, estende essa política social a trabalhadores de mais de quarenta setores econômicos. Demais países também adotaram a política do salário mínimo. França, em 1915, Canadá, em 1917, Noruega e Áustria, em 1918, a Tchecoslováquia, em 1919, a Alemanha, em 1923, a Espanha, em 1926, a Bélgica, Costa Rica e Cuba, em 1934. Os EUA, já em 1912-1913, adotam políticas de salário mínimo para proteger a mão de obra feminina e a infantil, contudo, somente após a Grande Depressão é que o salário mínimo é institucionalizado nos EUA.

Em 1919 inaugura-se o Sistema de Proteção Internacional do Trabalho cujos pilares eram a remuneração suficiente e a jornada moderada de trabalho, mas somente em 1928, com a Convenção 26, da Organização Internacional do Trabalho, é que o *minimum wage* passa a ter caráter quase universal. Consolidou-se um consenso sobreposto de que, apesar das eventuais externalidades econômicas dessa política, a

[257] Políticas de Renda consiste na intervenção governamental nos preços e salários na economia.

fixação de um piso salarial mínimo era um mecanismo fundamental para conter a super exploração do trabalhador.[258]

A Constituição do México foi a primeira Carta Magna a prever o salário mínimo, em 1917. Classificados como Direitos Fundamentais, artigos 157 e seguintes, instituíam dois tipos de salários, sendo um salário geral e outro profissional. O salário mínimo geral seria aplicado em uma ou mais zonas econômicas e deveria ser suficiente para satisfazer as necessidades materiais, sociais e culturais normais do trabalhador, provendo ainda a educação obrigatória de seus filhos. O salário profissional deveria levar em conta as condições específicas das atividades industriais e comerciais.

Outra constituição que, de certa forma, previa a instituição de um salário mínimo foi a Constituição de Weimar[259], de 1919. Em seus artigos 162 e 163 temos:

> Art. 162. O Estado central toma a iniciativa de propor uma regulação internacional das relações jurídicas de trabalho, tendente a criar um padrão mínimo geral de direitos sociais.
> Art. 163. Sem prejuízo de sua liberdade pessoal, todos os alemães têm o dever moral de utilizar suas forças físicas e espirituais para o bem da comunidade. A todo alemão dá-se a possibilidade de prover à sua subsistência pelo seu trabalho. Enquanto não se lhe puder proporcionar uma oportunidade de trabalho, cuidar-se-á de suas necessidades de subsistência. As particularidades locais serão atendidas mediante leis especiais do Estado central.

Ao cidadão alemão é garantida a possibilidade de prover sua subsistência pelo seu trabalho, sendo dever do Estado "criar um padrão mínimo de direitos sociais" que pode ser lido como a instituição de um salário mínimo. A Carta Magna também assegura ao trabalhador a organização sindical como forma de garantir a participação do trabalhador nas decisões concernentes a salário e trabalho. No artigo 165 tem-se:

---

[258] SILVA, Edvaldo Fernandes da. Salário Mínimo: A desindexação entre a norma, o fato e o valor. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 2009 p. 19.

[259] Aos 06/02/1919 a cidade de Weimar recebeu uma assembleia constituinte objetivando a elaboração de uma nova Carta Constitucional para a Alemanha. O projeto constitucional republicano parlamentarista foi o vencedor e a Alemanha passou a ter duas casas legislativas no comando central: o Reichstag (o Parlamento) e o Reichsrat (a Assembleia).

> Art. 165. Os operários e empregados são chamados a colaborar, em igualdade de direitos com os empresários, na regulação das condições de salário e trabalho, assim como na evolução econômica geral das forças produtivas. São reconhecidas as organizações de ambas as categorias e bem assim as convenções que celebrarem entre si. Para salvaguarda de seus interesses sociais e econômicos, os operários e empregados mantêm representantes legais nos conselhos de empresa, bem como, de acordo com os setores econômicos, em Conselhos Distritais de Trabalhadores e num Conselho Nacional de Trabalhadores. Os Conselhos Distritais de Trabalhadores e o Conselho Nacional de trabalhadores, para o cumprimento das tarefas econômicas gerais e para a colaboração na execução das leis de socialização, reúnem-se com os representantes dos empresários, e bem assim com os dos grupos sociais interessados, em Conselhos Distritais Econômicos e num Conselho Econômico Nacional. Os Conselhos Distritais Econômicos e o Conselho Econômico Nacional devem ser organizados de forma que todos os grupos profissionais relevantes, segundo sua importância econômica e social, sejam neles representados. Projetos de lei de fundamental importância em matéria de política social e de política econômica devem ser submetidos, previamente à sua apresentação, à consideração do Conselho Econômico Nacional. O Conselho Econômico Nacional tem também a iniciativa dessas leis. Se o governo federal não estiver de acordo com esses projetos de lei, tem o direito de submeter sua opinião à consideração da Assembleia Nacional. O Conselho Econômico Nacional, por intermédio de um de seus membros, pode defender seu projeto de lei perante Assembleia Nacional.[260]

Representantes do Estado, dos empresários e dos trabalhadores, reunidos em conselhos, discutiam sobre a criação de leis concernentes ao trabalho e ao trabalhador. A Constituição de Weimar deu ao trabalhador a oportunidade de ser ouvido e de fazer-se ouvir em questões de seus interesses.

---

[260] Weimar Constitution – The Reich Constitution of August 11th 1919 in http://www.zum.de/psm/weimar/weimar_vve.php acesso aos 25/10/2017.

A Doutrina Social Católica, dá ênfase ao salário como questão social quando critica os economistas no "Justo Salário":

> A grande maioria dos economistas, vestidos com a camisa de força do determinismo mecânico ou psicológico, cansaram-se durante muito tempo a fantasiar e a construir teorias sábias acerca de supostas e rígidas leis sobre o salário; sem, entretanto, notar que as soluções dos problemas acerca do salário serão sempre ilusórias, enquanto o trabalhador for considerado como objeto e não como sujeito da economia; enquanto no âmago da ciência econômica estiver uma coisa e não o homem, a quem aquela se deve subordinar.[261]

Entende o catolicismo[262] que o salário mínimo harmoniza-se com o salário familiar e que o fruto do salário pertence ao trabalhador. O estabelecimento do salário justo se deve aos contratos coletivos, como meio ordinário para se estabelecer a quantidade do justo salário. As representações sindicais das partes interessadas são preponderantes para este fim. Todavia em casos excepcionais,

> O Estado, nalgum caso extraordinário, pode intervir na quantidade do salário, visto que, devendo corresponder o salário às exigências normais da vida, às possibilidades da produção e ao rendimento do trabalho, deve cuidar que se dê de fato esta correspondência e a reconstitua quando se não mantiver.[263]

A ideia que o salário mínimo deve se estender à família (salário familiar) também é comungada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Para esta organização, o salário mínimo deve determinar um piso para a estrutura salarial de modo a proteger os trabalhadores na base da pirâmide de distribuição salarial. Por meio de convenções e recomendações, busca tal órgão regular as questões referentes ao trabalho em seus países membros, estendendo esta proteção às famílias dos

---

[261] BRUCCULERI, S.J. Angelo. O Justo Salário. A Doutrina Social Católica. Caderno V. 2ª Edição. Livraria Apostolado da Imprensa. Porto. 1959. p. 5

[262] O termo catolicismo, aqui usado, não busca englobar toda a universalidade da teologia, doutrina, liturgia, princípios e povo religioso de fé católica. Usa-se tal termo apenas para designar parte do catolicismo crente à Doutrina Social Católica.

[263] BRUCCULERI, S.J. Angelo. O Justo Salário. A Doutrina Social Católica. Caderno V. 2ª Edição. Livraria Apostolado da Imprensa. Porto. 1959 p. 64

trabalhadores, garantindo condições mínimas de subsistência, que podem variar de acordo com os padrões médios de consumo de cada sociedade. Não deixa o salário mínimo de sofrer a influência da lei da Oferta e Demanda, todavia, apenas acima do piso. O salário mínimo é considerado pela OIT um instrumento de política econômica praticamente universal, tendo em vista que atualmente é adotado por mais de 90% dos membros da organização.[264] Funciona como um piso para a estrutura salarial de modo a proteger os trabalhadores na base da pirâmide salarial.

> "Desde as primeiras experiências de implantação, ainda no final do século XIX, o salário mínimo esteve orientado fundamentalmente para estancar o excessivo grau de exploração da força de trabalho identificado socialmente em determinados setores ocupacionais (Salário *anti-sweating*)[265]

A intervenção sindical é de fato imprescindível para que a quantidade de salário seja realmente justa ao trabalhador. A luta sindical buscou o limite monetário inferior à estrutura de salários no interior do mercado de trabalho, buscando, ainda, proteger os ocupados de remuneração de base e favorecendo a homogeneização distributiva.[266] O salário mínimo, inicialmente fechado a algumas atividades laborais, passa, com o crescimento do Estado, a várias categorias até alcançar todas as categorias laborais, por força de lei. Nesse momento, deixa de ser um simples piso monetário e incorpora o objeto de integração dos frutos do desenvolvimento econômico aos trabalhadores de menor remuneração e baixo grau de organização sindical.[267]

Infelizmente, o salário mínimo no Brasil não avançou para um salário além do piso mínimo para sobrevivência, regredindo seu valor real, o que impossibilita ao trabalhador e sua família atender ao conjunto de necessidades básicas, conforme

---

[264] ILO. Global Wage Report 2016/17. Wage inequality in the workplace. Geneva: International Laboir Office, 2016 Disponível em https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_537846.pdf

[265] POCHMANN, Marcio. Ciclos do valor do salário mínimo e seus efeitos redistributivos no Brasil, Instituto de Economia, Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho – CESIT, UNICAMP, Campinas, abril de 2005. p.2

[266] POCHMANN, Marcio. Ciclos do valor do salário mínimo e seus efeitos redistributivos no Brasil, Instituto de Economia, Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho – CESIT, UNICAMP, Campinas, abril de 2005 p. 2

[267] POCHMANN, Marcio. Ciclos do valor do salário mínimo e seus efeitos redistributivos no Brasil, Instituto de Economia, Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho – CESIT, UNICAMP, Campinas, abril de 2005 p. 2

estabelece a lei. POCHMANN acredita que isso se deu durante o regime militar (1964/1985)[268]. Todavia, analisando as políticas de renda do governo Dutra, é possível saber se tais políticas resultaram, ou não, em uma perda de rendimentos dos trabalhadores, antes mesmo do regime militar, sabedor que o salário mínimo no Brasil ainda estava em sua primeira infância à época de Dutra.

4.2 O Salário Mínimo no Brasil

Com o fim da chamada Revolução de 30, Getúlio Vargas ascende ao poder com um forte propósito de tentar chamar para si as forças sociais dominantes do país e uma classe trabalhadora cada dia mais forte. Selar um compromisso entre esses atores sociais era de suma importância e a elaboração de uma legislação social, sem dúvida, incluía o salário mínimo. Aos 26 de novembro de 1930, Vargas cria o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, nomeando Lindolfo Collor para ministro. Quase um ano se passa e, em 02 de setembro de 1931, Lindolfo encaminha a Vargas um projeto de decreto, propondo a criação do salário mínimo suficiente para cobrir as necessidades básicas do trabalhador como locação, vestuário, higiene, recreação e economia familiar. Não seria um valor fixado para todo o Brasil e sim seriam estabelecidos valores para cada localidade ou região, pelos próprios trabalhadores e empregadores, afastando o mais que possível a intervenção Estatal neste interim.

Para SILVA, é inegável que Vargas inaugura uma nova fase na política trabalhista brasileira, contudo, não estava fazendo nada muito inovador, apenas atento aos novos rumos da história.

> "A virada do liberalismo de mercado para a democracia social anunciava-se em cinco documentos fundamentais: a encíclica *Renum Novarum* (1891), a Constituição do México (1917), a Constituição de Weimar (1919), o Tratado de Versailles (1919) e a Constituição da OIT (1919)."[269]

[268] POCHMANN, Marcio. Ciclos do valor do salário mínimo e seus efeitos redistributivos no Brasil, Instituto de Economia, Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho – CESIT, UNICAMP, Campinas, abril de 2005 p. 3

[269] SILVA, Edvaldo Fernandes da. Salário Mínimo: A desindexação entre a norma, o fato e o valor. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 2009. p. 25

Segundo SILVA, a política trabalhista de Vargas possuía ares de autoritarismo e estruturava-se em ideias extraídas da *Carta del Lavoro*, editada na Itália fascista em 1927. A *Carta del Lavoro* possuía como fundamento a neutralização do conflito entre o capital e o trabalhador por meio do corporativismo estatal e do mercado de trabalho.

> A criação do salário mínimo insere-se dentro da lógica da legislação autoritária e paternalista que marcou o governo Getúlio Vargas. O ditador, após anos de difíceis negociações com os empresários, concedia aos trabalhadores brasileiros a garantia de uma remuneração um pouco mais digna. Em troca, os trabalhadores perderam a liberdade para lutar contra o patronato por salários mais elevados.[270]

Porém, a legislação trabalhista brasileira não era uma cópia fiel da legislação italiana. Em primeiro lugar, não se tratava de uma lei. A *Carta del Lavoro* era uma proclamação política do Partido Nacional Fascista Italiano (PNFI), editada em 1927, para orientar o programa de governo do PNFI. Ademais, quando se fala de corporativismo, a ideia corporativista é anterior a *Carta del Lavoro*; tal ideário já estava presente em fins do século XIX, por exemplo, na Doutrina Social Católica[271] e no positivismo de *August Comte*.

Os ideários do industrialismo utópico de *Saint-Simom* e do positivismo social de *August Comte*, certamente influenciaram políticos como Lindolfo Collor, Getúlio Vargas e a maioria dos políticos gaúchos de sua geração que ajudaram a elaborar a legislação trabalhista. Os ideais do apostolado positivista, adotados por Júlio de Castilho e pontualmente complementadas por Borges de Medeiros, muito marcaram a vida política e social do povo do Estado do Rio Grande do Sul e, mais tarde, do povo brasileiro. "Só a modelagem positivista-castilhista da Geração de 1907 dá conta do aparente paradoxo da economia brasileira dos anos 30 que foi, ao mesmo tempo,

---

[270] SILVA, Edvaldo Fernandes da. Salário Mínimo: A desindexação entre a norma, o fato e o valor. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 2009. p. 27

[271] Exemplo são as encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno* disponíveis em: https://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html. Acesso aos 10/06/2019.

saneadora ortodoxa das finanças, industrialista e centralizadora."[272] Ainda segundo BOSI,

> Em relação ao salário mínimo, cuja proposta já se fazia nas circulares do Apostolado, incorrem em equívoco os historiadores que o taxam de instituição copiada do fascismo italiano. Ao contrário: nos termos da *Carta del Lavoro,* "La determinazione dei salário è sottatta a qualsiani norma generali e affidata all'accordo dele parti nei contratti coletiivi" (DeclaraçãoXII).
>
> O direito de greve, desde que exercido sem violência, é uma reivindicação comum às doutrinas socialistas moderadas e ao ideário dos positivistas religiosos. (...)[273]
>
> Entre nós, quase tudo o que houve de sistemático em termos de Direito do Trabalho, portanto no plano do Estado, ou visando à sua intervenção, recebeu o selo positivista.[274]

Vemos que, segundo BOSI, a legislação trabalhista de Vargas é fundamentalmente positivista, não fascista, e não à toa que a política varguista procurava unir interesses distintos como da Ação Integralista Brasileira, de setores da esquerda socialista e de movimentos católicos.

> A firmeza com que o enxerto positivista vingou na mente dos nossos homens de Estado provou-se pela sua capacidade de receber e adaptar a si tendências modernas poderosas como o reformismo social de esquerda e o autoritarismo de direita. Quando Getúlio Vargas pediu a Lindolfo Collor que constituísse uma comissão de consultores do novo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o líder castilhista gaúcho não hesitou em convocar militantes socialistas, industriais avançados e cultores do nacionalismo centralizador. Evaristo de Morais sentou-se então ao lado de Jorge

[272] BOSI, Alfredo. A arqueologia do Estado-providência: Sobre um enxerto de ideias de longa duração. *in* TRINDADE, Hélgio. O positivismo – Teoria e Prática. 2ª edição ampliada, editoras UNESCO e UFRGS. Porto Alegre. 2007. p. 212.

[273] BOSI, Alfredo. A arqueologia do Estado-providência: Sobre um enxerto de ideias de longa duração. *in* TRINDADE, Hélgio. O positivismo – Teoria e Prática. 2ª edição ampliada, editoras UNESCO e UFRGS. Porto Alegre. 2007. p. 214.

[274] BOSI, Alfredo. A arqueologia do Estado-providência: Sobre um enxerto de ideias de longa duração. *in* TRINDADE, Hélgio. O positivismo – Teoria e Prática. 2ª edição ampliada, editoras UNESCO e UFRGS. Porto Alegre. 2007. p. 215 (grifo nosso).

> Street e de Oliveira Viana, e todos sob a batuta de uma ideologia estatizante, que se dizia "acima das classes", elaboraram o nosso Direito Social, ao mesmo tempo progressista e autoritário, moderno e conservador, numa palavra positivista.[275]

Em 10 de novembro de 1937 Vargas ordena o fechamento do Congresso Nacional e, neste mesmo dia, outorga uma nova Constituição Federal. O texto relativo ao salário mínimo sofre alteração em relação ao texto da Lei nº 185, de 14 de janeiro de 1936, trocando-se a palavra "trabalhador" por "trabalho". Não era uma simples troca de termos, mas sim a incorporação do corporativismo, que procurava mitigar as tensões entre os trabalhadores e o empresariado. Com a troca de termo, se excluía a humanidade do trabalhador e passava-se a ter apenas o trabalho, o resultado final, independente de quem o faça. Houve uma desumanização, em troca de obediência ao Estado, da figura do trabalhador.

A lei nº 185, de 1936, em resumo, regulamentava os procedimentos que deveriam ser seguidos para se estabelecer o salário mínimo. Listava os itens de despesa do trabalhador, suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte, além de normatizar o salário mínimo diário de um trabalhador adulto, permitindo ainda a remuneração de metade do salário mínimo para adolescentes aprendizes ou auxiliares, com idade entre 14 e 18 anos. A lei nº 185 também instituiu as Comissões do Salário Mínimo, que eram encarregadas de fixar o salário mínimo nas regiões estabelecidas.

Tais Comissões eram formadas por 5 a 11 membros de representantes dos trabalhadores e empregadores, em números iguais. Possuía ainda um membro com voto de Minerva, em caso de empate, que era escolhido pelo Presidente da República, e tal pessoa devia possuir "notória capacidade moral e ser versada em assuntos de ordem econômica e social". A determinação do valor que caberia ao salário mínimo deveria ser baseada em análises dos custos das necessidades vitais, que estavam explicitadas na

---

[275] BOSI, Alfredo. A arqueologia do Estado-providência: Sobre um enxerto de ideias de longa duração. *in* TRINDADE, Hélgio. O positivismo – Teoria e Prática. 2ª edição ampliada, editoras UNESCO e UFRGS. Porto Alegre. 2007. p. 222. (grifos nossos).

Constituição, devia ainda levar em conta a realidade econômica e os salários de cada região. Essas comissões existiram até 1964.

Aos 30 de abril de 1938 foi promulgado o Decreto-lei nº 399, que aprova o regulamento para execução da Lei nº 185, de 14 de janeiro de 1936, que institui as Comissões de Salário Mínimo, como o próprio título do decreto já diz. Em seu artigo primeiro o texto legal já declara a quem compete a determinação do valor do salário mínimo no Brasil, às "Comissões de Salário Mínimo, instituídas pela lei 185, de 14 de janeiro de 1936, as quais terão as funções e atribuições discriminadas" no Decreto-lei 399/1938. A nomeação dos membros dessas comissões estava a cabo do Governo. Abaixo segue parte do texto legal:

> **Art.** 2º Denomina-se salário mínimo a remuneração mínima devida a todo trabalhador adulto, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço e capaz de satisfazer, em determinada época, na "região do país, as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte.
>
> Parágrafo único. A duração normal do dia de serviço será regulada, para cada caso, pela legislação em vigor.
>
> (...)
>
> **Art.** 6º O salário mínimo será determinado pela fórmula Sm = a + b + c + d + e, em que a, b, c, d e e representam, respectivamente, o valor das despesas diárias com alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte necessários à vida de um trabalhador adulto.
>
> §1º A parcela correspondente à alimentação terá um valor mínimo igual aos valores da lista de provisões, constantes dos quadros anexos, e necessárias á alimentação diária do trabalhador adulto.
>
> § 2º Poderão ser substituídos pelos equivalentes de cada grupo, também mencionados nos quadros a que alude o parágrafo anterior, os alimentos, quando as condições da região, zona ou subzona o aconselharem, respeitados os valores nutritivos determinados nos mesmos quadros.
>
> (...)
>
> § 4º Quando o empregador fornecer, "in natura", uma ou mais das parcelas do salário mínimo, o salário em dinheiro será determinado pela fórmula Sd = Sm - P, em que Sd representa o salário em dinheiro,

> Sm o salário mínimo e P a soma dos valores daquelas parcelas na região, zona ou subzona.
>
> § 5º Na hipótese do parágrafo anterior, o salário em dinheiro não será inferior a 30% do salário mínimo da região, zona ou subzona.
>
> **Art.** 7º Fica proibido, de acordo com o disposto no art. 1º do decreto n. 23.501, de 27 de novembro de 1933, o pagamento do salário em bônus, fichas e vales emitidos pelo empregador ou em dias destinados a descanso do empregado.[276]

Além da definição de salário mínimo, buscou o legislador "proteger" o trabalhador quanto ao pagamento de remuneração diversa do dinheiro, determinando forma e percentual que seriam aceitos. Também coube ao Decreto determinar quais órgãos dariam subsídios às Comissões do Salário Mínimo. Entre eles, temos o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, que ficou encarregado da elaboração de uma pesquisa sobre o custo de vida do trabalhador nas regiões definidas. Uma vez entregue a pesquisa às Comissões, e estas julgassem que os dados eram insuficientes, as próprias Comissões poderiam realizar pesquisas complementares.

A mudança mais representativa que surge com o Decreto 399 em relação à Lei 188 foi a supressão do poder que detinha as Comissões antes do Decreto. Na prática, o valor do salário mínimo seria determinado pelo Departamento de Estatística e Publicidade, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. E se por ventura as Comissões do Salário Mínimo discordassem do valor apresentado pelo Departamento de Estatística e estipulasse outro valor, o Departamento poderia recorrer à Justiça. Caso, ainda, as Comissões não cumprissem com o determinado em lei, o Departamento de Estatística poderia fixar o Salário Mínimo da região, zona ou subzona.

Mesmo com as Comissões em pleno funcionamento, o salário mínimo foi efetivamente instituído no Brasil apenas com a promulgação do Decreto-lei 2.162, de 1º de maio de 1940. Nos quatro primeiros artigos do Decreto-lei, o legislador estipulou a quem de direito seria pago o salário mínimo e valores. Segue o texto legal:

---

[276] Decreto-Lei 399, de 30 de abril de 1938 in http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-399-30-abril-1938-348733-publicacaooriginal-1-pe.html, acesso aos 15/05/2017.

> Art. 1º Fica instituído, em todo o país, o salário mínimo a que tem direito, pelo serviço prestado, todo trabalhador adulto, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, como capaz de satisfazer, na época atual e nos pontos do país determinados na tabela anexa, às suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte.
>
> Art. 2º O salário mínimo será pago na conformidade da tabela a que se refere o artigo anterior e que vigorará pelo prazo de três anos, podendo ser modificada ou confirmada por novo triênio e assim seguidamente, salva a hipótese do art. 46, parágrafo 2º, do decreto-lei nº 399, de 30 de abril de 1938.
>
> Art. 3º Para os menores de 18 anos, o salário mínimo, respeitada a proporcionalidade com o que vigorar para o trabalhador adulto local, será pago sobre a base uniforme de 50 % e terá como extremos a quantia de 120$0 por mês, dividido em 200 horas de trabalho útil, ou de 4$8 por dia de oito horas de trabalho, ou, ainda, $600 por hora de trabalho, e a de 45$0 por mês, dividido em 200 horas de trabalho útil, ou de 1$8, por dia de oito horas de trabalho, ou, ainda $225 por hora de trabalho.
>
> Art. 4º O pagamento de salários, ordenados, ou qualquer outra forma de remuneração, não deve ser estipulado por período superior a um mês.

O próprio texto legal fixava o valor do salário mínimo para três anos, "podendo ser modificado ou confirmado por novo triênio" salvo exceção estipulada no próprio decreto. A criação do salário mínimo gerou uma série de discussões sobre a quem efetivamente a legislação do salário mínimo beneficiaria, aos trabalhadores, aos empresários ou a ambos. Para SABOIA[277], mesmo o governo afirmando que o salário mínimo aumentaria o poder aquisitivo dos trabalhadores, o que de fato ocorreu foi a institucionalização dos níveis salariais, dando poder ao Estado de controlar o poder aquisitivo dos trabalhadores.

O salário mínimo, para SABOIA, foi estabelecido dentro da classe modal, ou abaixo da média, ou da mediana, o que resultou em uma simples institucionalização dos

[277] SABOIA, João. Salário Mínimo: a experiência brasileira. Porto Alegre. L&PM, 1985.

níveis salariais já existentes. Conclui o autor que a legislação do salário mínimo objetivava cooptar a classe trabalhadora, reduzindo as tensões advindas da luta de classe, beneficiando o processo de acumulação capitalista e dando ao Estado o poder de controlar o custo mínimo da mão de obra.

SILVA[278] entende que houve uma manobra de Getúlio Vargas ao se estabelecer um salário mínimo acima da média dos menores salários existentes à época. De um lado estavam os industriais, assustados com o aumento progressivo da organização dos trabalhadores, e de outro, os trabalhadores, organizados em sindicatos com ideais comunistas. Para SILVA, ambos os lados saíram ganhando. A indústria porque o salário mínimo estava abaixo do salário praticado pelo mercado para trabalhadores qualificados, o que propiciou aos industriais a possibilidade de reduzir os salários até então praticados para próximo ou igual ao salário mínimo, gerando aumento na lucratividade industrial.

Vargas, na prática, aumentou os salários dos trabalhadores menos qualificados, fomentando a demanda com aumento do poder aquisitivo, ao mesmo tempo que o salário mínimo teve pouco impacto para os trabalhadores qualificados, pois estes já recebiam valor maior que o mínimo. SILVA ainda destaca as razões do apoio da FIESP (Federação da Indústria do Estado de São Paulo) à criação do salário mínimo. Nas palavras do autor:

> O salário mínimo surge, pois, como um capítulo da legislação social que tinha o objetivo de reforçar os direitos da classe trabalhadora, mas também subordiná-la aos interesses do Estado e mantê-la sob controle dentro de uma ordem capitalista. A luta do movimento sindical por melhores salários, em parte, deixa de ser dirigida contra o capital, já que a definição da remuneração mínima passou a ser atribuição do Estado. Era mais fácil para o empresariado controlar o governo que os trabalhadores. Além disso, o salário mínimo atuaria como regulador da concorrência, evitando que empresas inescrupulosas auferissem vantagens competitivas contra as demais rebaixando a remuneração paga a seus empregados a níveis indecentes. Portanto, não é à toa que

[278] SILVA, Edvaldo Fernandes da. Salário Mínimo: A desindexação entre a norma, o fato e o valor. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 2009.

> a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) apoiou a criação do salário mínimo.[279]

Outros pesquisadores também apresentaram possíveis razões para a estipulação e criação do salário mínimo pelo governo de Getúlio Vargas, que foram apresentados por FONSECA em sua obra "O Capitalismo em Construção 1906-1954". O autor afirma que o avanço das leis sociais ajudava a consolidar a dominação da burguesia sobre a classe trabalhadora. Havia repressão social e leis de proteção social que conviviam quase que harmoniosamente. Os dois processos, apesar de contraditórios, se tornavam únicos. Nas palavras de FONSECA: "Não há de se estranhar, portanto, que ambos os processos, de consolidação da dominação burguesa e de implantação da legislação do trabalho, coincidissem no tempo"[280].

O Estado Novo representou uma espécie de automatização do Estado, momento histórico plenamente aproveitado pela burguesia que, expandindo-se economicamente, assegurou seu interesse no âmbito estatal. Ao longo do tempo, diversos foram "(...) os setores econômicos que o dinamizaram, as classes sociais que lhe deram impulso, as articulações políticas que o sustentaram e as ideologias que o justificaram (...)". Contudo, o processo da síntese da revolução burguesa brasileira foi igual, apesar de diferente em seu sentido, ao movimento burguês mundial.[281]

A discussão acerca das possíveis razões para a criação e estipulação do salário mínimo apresenta, segundo FONSECA, dois lados. De um, Ignácio Rangel e Octávio Ianni, e do outro, Francisco de Oliveira e Werneck Vianna. Pode-se resumir essa discussão no quadro abaixo:

---

[279] SILVA, Edvaldo Fernandes da. Salário Mínimo: A desindexação entre a norma, o fato e o valor. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 2009. p. 32

[280] FONSECA, Pedro Cesar Dutra. O Capitalismo em Construção 1906-1954. 1ª edição. São Paulo, Editora Brasiliense, 1989 p. 299.

[281] FONSECA, Pedro Cesar Dutra. O Capitalismo em Construção 1906-1954. 1ª edição. São Paulo, Editora Brasiliense, 1989 p. 243

Rangel	Defende que a função do salário mínimo era elevar o poder de compra do trabalhador e que apenas houve a participação estatal devido ao pouco poder de mobilização sindical do trabalhador.
Ianni	Defende que a preocupação do governo estava centrada com a criação do salário mínimo, na defesa da renda do trabalhador. Buscava o governo impedir que a renda do trabalhador despencasse devido à ação da lei da oferta e demanda, tendo em vista a oferta ilimitada de mão de obra.
Oliveira	Defende que o salário mínimo foi instituído próximo ao nível de subsistência para permitir a acumulação de capital pelo empresariado e que o não reajustamento dentro do período de três anos gerava queda do poder aquisitivo dos trabalhadores, portanto, não era intenção do governo a criação de um mercado consumidor.
Vianna	Defende que a instituição do salário mínimo era apenas para assegurar a reprodução da força de trabalho e que o salário mínimo poderia ampliar o mercado interno, uma vez que seria estendido a setores que pagavam salários abaixo do mínimo estabelecido.

O próprio discurso do presidente Getúlio Vargas, quando da assinatura do decreto-lei, deixa claro a ideia de mão dupla em relação à criação do salário mínimo:

> Trabalhadores do Brasil: Aqui estou, como de outras vezes, para compartilhar as vossas comemorações e testemunhar o apreço em que tenho o homem de trabalho como colaborador direto da obra de reconstrução política e econômica da Pátria. (...)
>
> À primeira vista, poderão pensar os menos avisados que a medida é prematura e unilateral, visto beneficiar, apenas, os trabalhadores assalariados. Tal, porém, não ocorre no plano do Governo. A elevação do nível de vida eleva, igualmente, a capacidade aquisitiva das populações e incrementa, por conseguinte, as indústrias, a agricultura e o comércio, que verão crescer o consumo geral e o volume da produção. (...)
>
> Embora deixados ao abandono, os nossos trabalhadores souberam resistir às influências malsãs dos semeadores de ódios, a serviço de velhas e novas ambições de poderio político, consagrados a envenenar o sentimento brasileiro de fraternidade com o exotismo das lutas de

> classes. O ambiente nacional tem reagido sadiamente contra esses agentes de perturbação e desordem.[282]

Também pode se inferir da leitura do discurso, quais serão as políticas adotadas pelo presidente Vargas nas "exóticas" questões relativas às lutas de classe. O salário mínimo, em partes, beneficiava os trabalhadores e, em partes, o empresariado, mas também, era um "cala a boca e fica quieto", dito em tons bem paternais aos trabalhadores. Vargas, fazendo uso das leis sociais - a legislação trabalhista e as normas de regulação sindical - controlava a ação da classe trabalhadora, favorecendo o acúmulo do capital pelo empresariado.

Voltemos ao discurso de Vargas:

> Quem quer que observe a história e a dura lição sofrida por outros povos verá que os extremismos, mesmo quando logram uma vitória efêmera, caem logo vítimas dos próprios erros e das paixões que desencadearam, sacrificando muitas aspirações justas e legítimas, que poderiam ser alcançadas pacificamente. A sociedade brasileira, felizmente, repele, por índole, as soluções extremistas. Corrigidos os abusos e imprevidências do passado, poderemos encarar o futuro com serenidade, certos de que as utopias ideológicas, na prática, verdadeiras calamidades sociais, não conseguirão afastar-nos das normas de equilíbrio e bom senso em que se processa a evolução da nacionalidade.
>
> Só o trabalho fecundo, dentro da ordem legal que assegura a todos — patrões e operários, chefes de indústrias e proletários, lavradores, artesãos, intelectuais — um regime de justiça e de paz, poderá fazer a felicidade da Pátria Brasileira.[283]

---

[282]Vargas, Getúlio. A política trabalhista e seus benefícios. Discurso pronunciado no Estádio do Vasco da Gama, Rio de Janeiro, por ocasião das comemorações do dia do trabalho, em 1º de maio de 1940. Biblioteca da Presidência da República in www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1940/16.pdf/@@download/file/16.pdf, acesso aos 22/02/2017. p. 294

[283] Vargas, Getúlio. A política trabalhista e seus benefícios. Discurso pronunciado no Estádio do Vasco da Gama, Rio de Janeiro, por ocasião das comemorações do dia do trabalho, em 1º de maio de 1940. Biblioteca da Presidência da República in www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio- vargas/discursos/1940/16.pdf/ @@download/file/16.pdf, acesso aos 22/02/2017. p.295

Vargas institui a legislação do salário mínimo baseando-se na ideologia da paz social, um convívio pacífico entre o capital e o trabalho, características preponderantes no ideológico corporativista.

SKIDMORE[284], ao tratar sobre a organização e o controle do governo sobre os sindicatos, considera a legislação trabalhista do governo Vargas e a estrutura sindical de cunho paternalista, reafirmando o corporativismo. Diz o autor: "Essa organização paternalista, imposta ao setor operário por Vargas, era parte de uma estrutura econômica corporativista global, que o governo do Estado Novo armou para toda a sociedade urbana."

DURKHEIM[285] aponta que o Estado era visto pelo corporativismo como figura central de defesa dos valores da sociedade. Assim, então, não tolera as lutas de classe. Via o sindicato somente como meio de formação da sociedade e não como mecanismo de defesa e transformação social. O corporativismo[286] era um "cala boca" social que negava a validade da solidariedade de classe.

> Outra questão mais importante é saber quais seriam, na organização corporativista, o lugar e a participação respectiva dos empregados e dos empregadores. Parece-me evidente que uns e outros deveriam ser representados na assembléia encarregada de presidir a vida geral da

[284] SKIDMORE, Thomas. Brasil: De Getúlio a Castelo, Editora Paz e Terra, 14ª edição, São Paulo. 2007. Pag. 63 .

[285] DURKHEIM, Émile. Lições de Sociologia. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 55

[286] "Num sentido mais específico, corporativismo é uma doutrina ideológica que defende que a ordem política, econômica e social não pode estar centrada nem no indivíduo e nas suas iniciativas (como pretende o liberalismo), nem nas classes sociais e no conflito entre elas (como sustenta o marxismo). Uma sociedade deve ser constituída por agrupamentos profissionais organizados (isto é, corporações) tutelados por um Estado autoritário. Nesse caso, a disputa política e/ou a representação de interesses sociais, por exemplo, não deveriam ser feitas por meio de partidos políticos. Os partidos segmentam a sociedade em muitas "partes" (essa é a origem do nome), incentivando a concorrência pelo poder e o conflito social com base em projetos ideológicos muito diferentes entre si. Ao contrário, se os indivíduos e seus interesses forem reunidos em grandes corporações profissionais (empresários da indústria, trabalhadores do comércio, profissionais liberais, etc.), o Estado pode tanto regular a competição econômica (fixando salários e preços) como atuar preventivamente contra a luta de classes (conciliando interesses contraditórios). A colaboração entre as classes é uma das ideias-força dessa doutrina. O corporativismo tem assim um sentido claramente autoritário e anticapitalista, ou, ao menos, antimoderno, já que se contrapõe às instituições características da sociedade industrial: mercado, conflito social, concorrência econômica, etc." CODATO, A. CORPORATIVISMO. Teixeira, Francisco M. P. coord. DICIONÁRIO BÁSICO DE SOCIOLOGIA. São Paulo: Global Editora, 2012 in https://adrianocodato.blogspot.com/2012/ 10/verbete-corporativismo.html acesso aos 21/03/2018.

> corporação. Essa só poderia cumprir sua função sob a condição de conter em seu interior os dois elementos.[287]

DURKHEIM aponta ainda o papel do Estado no corporativismo quando afirma que "(...) é certo que essa organização deveria estar ligada ao órgão central, isto é, ao Estado. (...) Esta não pode ser obra de nenhum grupo particular."[288] Nenhum grupo específico deveria, dentro do corporativismo, ter poder maior que outrem, cabe ao Estado então tal papel.

FONSECA afirma que a legislação trabalhista assegurava algumas benesses aos trabalhadores, contudo, consolidava e aperfeiçoava o caráter corporativista da legislação trabalhista. Ao mesmo tempo, começa a surgir os primeiros sinais do populismo[289].

> Sem dispensar a antiga legislação corporativista, antes a implementando e aperfeiçoado, apareciam [por volta de 1934] os primeiros sinais do populismo, espécie de política pela qual Vargas procurava administrar os conflitos de classes aparentando atender diretamente aos anseios da classe trabalhadora, e, com isso, buscando dentro dela parte de sua sustentação política.[290]

O corporativismo existente no Brasil pode ser chamado, segundo RODRIGUES[291], de corporativismo estatal. Duas são as características principais do corporativismo estatal. Cabia ao Estado estabelecer e definir as estruturas sindicais. O Estado permitia certa representatividade legal dos interesses dos grupos profissionais de trabalhadores, contudo, o governo tinha controle sobre o sindicato. Este deveria ter

---

[287] DURKHEIM, Émile. Lições de Sociologia. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 55
[288] DURKHEIM, Émile. Lições de Sociologia. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 55
[289] O mesmo autor mais tarde procura definir populismo - o populismo é associado "à política salarial frouxa, com ganhos superiores à produtividade (o chamado 'populismo salarial') ao aumento de gastos públicos não coberto por impostos ('populismo fiscal') e à apreciação do câmbio ('populismo cambial')" O mito do populismo econômico de Vargas. Revista de Economia Política (Impresso), v. 31, p. 56-76, 2011 - chegando à conclusão que o Governo Vargas não pode ser caracterizado como um governo "populista econômico". Ao analisar as políticas econômicas de Vargas, FONSECA chega à conclusão que Vargas não inicia seu governo com ações expansionistas, e sim restritivas e anti-inflacionárias, numa estratégia de estabilizar a economia, para somente em um segundo momento fazer uso de políticas desenvolvimentistas.
[290] FONSECA, Pedro Cesar Dutra. O Capitalismo em Construção 1906-1954. 1ª edição. São Paulo, Editora Brasiliense, 1989 p. 292.
[291] RODRIGUES, Leôncio Martins. Partidos e Sindicatos: escritos de sociologia política. São Paulo: Ática. 1990.

anuência do Ministério do Trabalho para ser reconhecido e suas funções eram estabelecidas por lei. Os sindicatos tinham seus estatutos elaborados pelo governo, as eleições sindicais também eram controladas pelo governo e, por fim, o governo podia intervir no sindicato através dos delegados do Ministério do Trabalho ou de seus representantes (pelegos). A arrecadação e gastos sindicais também eram definidos pelo governo, através do imposto sindical.

> O controle do governo sobre os sindicatos assumia diversas formas. Primeiro, só os sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho eram considerados legais. (...) A "burocratização" da estrutura sindical recebeu mais uma base institucional com a taxa compulsória de filiação aos sindicatos (imposto sindical), no montante de um dia de salário por ano, deduzido da folha de pagamento do trabalhador. Os fundos eram então distribuídos entre os sindicatos reconhecidos pelo governo através do Ministério do Trabalho.[292]

Outra característica estava centrada no monopólio sindical. Não eram permitidos agrupamentos intercategorias; o trabalhador estava automaticamente filiado ao sindicato da sua categoria profissional, limitado geograficamente pelo município e agrupado em Federações e Confederações. [293]

O Decreto-lei nº 2.162, de 1º de maio de 1940, estabelecia 50 regiões que cobriam todo o território nacional, com a fixação de 50 salários mínimos que, na prática, representavam 14 valores diferentes de salários, visto que algumas regiões possuíam o mesmo valor de salário mínimo, devido o custo de vida semelhante. O peso da alimentação variava entre 50% a 65% do valor total das despesas que compunham o salário mínimo. O menor valor do salário mínimo era de 90$000, noventa mil réis, que correspondia ao salário do interior do nordeste brasileiro, e o maior valor, 240$000, duzentos e quarenta mil réis, correspondente ao salário do Distrito Federal.

A capital paulista, Santo André, Santos e São Vicente tiveram seu valor de salário mínimo fixado em 220$000, duzentos e vinte mil réis, o segundo maior salário

[292] SKIDMORE, Thomas. Brasil: De Getúlio a Castelo, Editora Paz e Terra, 14ª edição, São Paulo. 2007. Pag. 63 .
[293] Decreto-lei 1.402 de 05 de julho de 1939.

mínimo do país, abaixo apenas do salário mínimo do Distrito Federal. A capital gaúcha, Porto Alegre, as cidades de Campinas e Sorocaba, no estado de São Paulo, Niterói, São Gonçalo e Nova Iguaçu tiveram seu valor de salário mínimo fixado em 200$000, duzentos mil reis, o terceiro maior valor entre os salários mínimos fixados. Cumprido a *vacatio legis* de sessenta dias, o primeiro salário mínimo no Brasil apenas começou a vigorar de fato em 1º de julho de 1940.

Findados os três anos da promulgação do Decreto-lei 2.162, a tabela do salário mínimo deveria ser modificada ou confirmada por igual período, conforme determinava seu artigo segundo[294]. Vargas reajustou a tabela do salário mínimo duas vezes durante o período do seu primeiro governo. Através da promulgação do Decreto-lei nº 5.670, de 15 de julho de 1943, a tabela do salário mínimo foi reajustada em 25%, para os salários mínimos das capitais dos Estados e Distrito Federal e, em média, 30%, para o salário mínimo das demais regiões, conforme Portaria nº 36, baixada pelo Coordenador da Mobilização Econômica, aos 08 de janeiro de 1943. Finalmente, aos 10 de novembro de 1943, foi promulgado o Decreto-lei nº 5.977, que concedia o segundo aumento do salário mínimo do governo Vargas. O primeiro ajuste foi dado sem a participação das Comissões do Salário Mínimo, já no segundo houve a participação das Comissões.

No mesmo ano dos reajustes salariais é promulgada a Consolidação das Leis do Trabalho, conhecida como CLT, em 1º de maio de 1943. O Capítulo III, da CLT, foi reservado ao salário mínimo. Em seu artigo 76 novamente se tem sua definição. Contudo, agora, continha de forma explícita que o salário mínimo deveria ser pago pelo empregador e, finalmente, o texto de lei incluía o trabalhador rural[295].

> Art. 76 - Salário mínimo é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, e capaz de satisfazer, em determinada época e região do País, as suas

[294] (...) salva a hipótese do art. 46, parágrafo 2º, do decreto-lei nº 399, de 30 de abril de 1938.
[295] Na prática, o salário mínimo do trabalhador rural somente foi instituído após a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, aos 02 de março de 1963, pela Lei 4.214.

> necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte.[296]

SILVA entende que a promulgação da CLT nas mãos do governo foi uma estratégia política que podia ser usada de diversas maneiras, ora sendo usada para favorecer a burguesia, ora os trabalhadores, por vezes ambos. Nas palavras do autor:

> A Consolidação das Leis do Trabalho é o coroamento dessa estratégia de cooptação dos trabalhadores, que favorecia a burguesia industrial, mas que podia, caso necessário, ser reprogramada para arrebanhar mais apoio político dos trabalhadores contra as elites brasileiras. O movimento do ditador era dialético e pendular: por um lado colocava-se como garante dos trabalhadores contra uma elite promovendo uma regulamentação conservadora do mercado de trabalho que servia de antídoto ao comunismo e à radicalização do movimento operário. Seu objetivo último, ao que parece, era coordenar as forças sociais, inclusive no meio rural, sob uma ordem corporativista, em que seu poder seria incontestável, projeto jamais concluído.[297]

Vargas é deposto aos 29 de outubro de 1945. Dutra é eleito em 02 de dezembro do mesmo ano, tomando posse aos 31 de janeiro de 1946. Durante todo o período do governo de Eurico Gaspar Dutra, o salário mínimo não foi reajustado nenhuma vez, em gritante desobediência ao texto legal. Durante o governo Dutra só não foram considerados como "letra morta" os textos legais que interessavam ao governo. Dutra é eleito com o apoio questionável de Vargas, que conclama os trabalhadores para votarem em nele.

Já em maio de 1945, ainda no governo Vargas, estouraram aproximadamente 365 greves, em várias cidades do Brasil, com os trabalhadores conquistando aumentos salariais entre 30 e 40%. O PCB, que liderava o movimento sindical da época, viu-se obrigado a criar o MUT (Movimento Unitário dos Trabalhadores) com dois objetivos

---

[296] Decreto-lei 5452 de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) in http://www.planalto.gov.br/ ccivil_03/ decreto-lei/Del5452.htm.

[297] SILVA, Edvaldo Fernandes da. Salário Mínimo: A desindexação entre a norma, o fato e o valor. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 2009. p. 33

básicos: ampliar a organização até formar uma Central e controlar o movimento de massa dos trabalhadores, ganhando, assim, espaço político.

4.3 Resistência e Remuneração do Trabalhador

O novo presidente que, *a priori*, havia sinalizado que seguiria os passos de Vargas, logo que toma posse e antes mesmo da promulgação da Constituição, adota uma política liberal. De fato, Dutra adota a política muito parecida com a do candidato udenista derrotado, Eduardo Gomes. Gomes defendia um processo de industrialização cauteloso e aberto ao capital estrangeiro. Defendia ainda a liberalização total no comércio exterior e a revogação do salário mínimo. A política udenista muito agradava as elites agrárias brasileiras e os EUA, que receava que o Brasil pudesse flertar com a União Soviética.[298]

Em 15 de março de 1946, ainda durante a Assembleia Constituinte, foi promulgado o Decreto-lei nº 9070, que regulamentava o direito de greve. Com apenas 16 artigos, a nova lei limitava estrondosamente o poder sindical. Na vigência da lei, a greve somente era considerada legal se fosse deliberada pela totalidade ou pela maioria dos membros do sindicato, em assembleia. Mas não somente isso; antes de realizar a assembleia, devia-se notificar à Justiça do Trabalho sobre a intenção de se reunir em assembleia para se discutir o assunto "greve". Uma vez aprovada a greve, e antes da paralização do trabalho, era obrigatória uma tentativa de conciliação as partes. No remoto caso de quaisquer das partes se negarem a conciliar, eram destituídas do cargo pelo governo, que instituía outro representante, estando ainda o sindicato sujeito a intervenção governamental. Desnecessário dizer que a lei tornou praticamente impossível a greve.

Os dois primeiros meses do governo Dutra são marcados por mais de 60 greves e paralizações dos trabalhadores. Dutra havia congelado o salário mínimo como uma das primeiras medidas do governo e isto faz os trabalhadores se mobilizarem. Em resposta às mobilizações dos trabalhadores, Dutra fecha a CGT- Confederação Geral

[298] SILVA, Edvaldo Fernandes da. Salário Mínimo: A desindexação entre a norma, o fato e o valor. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 2009. p.

dos Trabalhadores, fazendo ainda intervenção em 140 sindicatos e promulgando o Decreto nº 9070, que torna a greve ilegal no país.

Com isso, o movimento dos trabalhadores recua para a organização de Comissões de Fábricas, que funcionam de maneira clandestina. Mesmo assim, o ano de 1948 será marcado por algumas greves importantes que envolvem mais de 250 mil trabalhadores. As organizações operárias passam a estar na pauta do dia do governo e os sindicatos se tornam um inimigo que deveria ser mantido perto e sob controle. Sua constituição, funcionamento e atividades passam a ser "regulamentados por lei". Vejamos os artigos 157, 158 e 159, da Constituição Federal, de setembro de 1946[299]:

> Art. 157. A legislação do trabalho e a da previdência social obedecerão nos seguintes preceitos, além de outros que visem à melhoria da condição dos trabalhadores: I - salário mínimo capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, as necessidades normais do trabalhador e de sua família; II - proibição de diferença de salário para um mesmo trabalho por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil; III - salário do trabalho noturno superior ao do diurno; IV - participação obrigatória e direta do trabalhador nos lucros da empresa, nos termos e pela forma que a lei determinar; V - duração diária do trabalho não excedente a oito horas, exceto nos casos e condições previstos em lei; VI - repouso semanal remunerado, preferentemente aos domingos e, no limite das exigências técnicas das empresas, nos feriados civis e religiosos, de acordo com a tradição local; VII - férias anuais remuneradas; VIII - higiene e segurança do trabalho; IX - proibição de trabalho a menores de quatorze anos; em indústrias insalubres, a mulheres e a menores, de dezoito anos; e de trabalho noturno a menores de dezoito anos, respeitadas, em qualquer caso, as condições estabelecidas em lei e as exceções admitidas pelo juiz competente; X - direito da gestante a descanso antes e depois do parto, sem prejuízo do emprego nem do salário; XI - fixação das percentagens de empregados brasileiros nos

[299] BRASIL, Constituição Federal de setembro de 1946, in http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-republicacao-1-pl.html acesso aos 12/04/2017. (mantida a grafia usada à época)

> serviços públicos dados em concessão e nos estabelecimentos de determinados ramos do comércio e da indústria; XII - estabilidade, na empresa ou na exploração rural, e indenização ao trabalhador despedido, nos casos e nas condições que a lei estatuir; XIII - reconhecimento das convenções coletivas de trabalho; XIV - assistência sanitária, inclusive hospitalar e médica preventiva, ao trabalhador e à gestante; XV - assistência aos desempregados; XVI - previdência, mediante contribuição da União, do empregador e do empregado, em favor da maternidade e contra as consequências da doença, da velhice, da invalidez e da morte; XVII - obrigatoriedade da instituição do seguro pelo empregador contra os acidentes do trabalho.
>
> *Parágrafo único.* Não se admitirá distinção entre o trabalho manual ou técnico e o trabalho intelectual, nem entre os profissionais respectivos, no que concerne a direitos, garantias e benefícios.
>
> Art. 158. É reconhecido o direito de greve, cujo exercício a lei regulará.
>
> Art. 159. É livre a associação profissional ou sindical, sendo reguladas por lei a forma de sua constituição, a sua representação legal nas convenções coletivas de trabalho e o exercício de funções delegadas pelo poder público.

Nota-se que tais artigos da Constituição regulamentam as questões do trabalho no Brasil e é sob essa Constituição Federal que os trabalhadores enfrentaram o período Dutra. Em 1946, duas centrais sindicais dividiam os trabalhadores. O Movimento Unitário dos trabalhadores - MUT, grandemente influenciado pelos ideais comunistas, e a Confederação Nacional dos Trabalhadores - CNT, autorizada pelo governo. O movimento operário estava dividido entre comunistas e governistas; outras formas de pensar eram inexpressivas frente a essas duas correntes sindicais.

Com isso, o governo Dutra buscava mitigar o máximo possível os focos de resistência, incluindo nesse bojo o movimento sindical. Durante os anos de guerra foram crescentes as privações que sofreram o povo brasileiro. A crença de que com o fim da guerra essas privações diminuiriam ou simplesmente desapareceriam eram constantes e mantinham o povo esperançoso. Durante a guerra não se convinha buscar resolver as

questões acerca da alta da inflação, alta do custo de vida, da falta de moradia, da saúde precária, etc., mas, ao fim do conflito, não havia mais motivos para não se buscar a cura desses males. E foi o que o povo brasileiro fez. Encerrada a batalha, tornou-se ainda mais insuportável conviver com tais aflições e começam a surgir manifestações espontâneas de descontentamento.

Ignorando as promessas de campanha, o governo Dutra-, se mostra bastante repressivo quando se trata de reinvindicações populares, tal qual era com as reinvindicações dos trabalhadores. O homem da vez é o Professor José Pereira Lira, chefe de polícia ou, melhor dizendo, Diretor do Departamento Federal de Segurança Pública, que usa da mais feroz brutalidade contra todos os que são, nas palavras de Lira, subversivos e buscam destruir o Estado, lançando confusão e injúrias contra o governo e explorando as dificuldades econômicas para incitar greves e promover a desordem através da formação de sindicatos, confederações sindicais, comícios e outros meios, com propósito de aliciar para a sua obra de destruição, algumas classes. Lira confunde reivindicações populares com agitação. Busca, prende e mata presos políticos, operários, grevistas e ladrões.[300]

Por volta de fevereiro de 1946, há falta de pão e carne e, consequentemente, formam-se filas para compra do pão. O governo tabela o preço do pão e as padarias acusam os moinhos pela alta de preço. Com o tabelamento, os preços caem, mas os pães somem das prateleiras. Pão e carne somem, seguidos dos ovos. Nos meses seguintes começam a faltar outros produtos alimentícios e até industrializados. Tais produtos podiam ser encontrados no mercado negro, a preços bem mais altos que os de tabela. Em agosto de 1946 ocorre uma grande agitação popular, com quebra-quebra, passeatas e outras formas de manifestação, e resulta em medidas repressivas pela polícia e a ameaça de ocupação por forças do exército no Estado da Guanabara. No governo Dutra, o trabalhador vivenciou tempos de racionamento, oferta insuficiente frente à demanda por gêneros alimentícios, o surgimento do mercado negro, enormes filas para comprar

[300] CARONE, Edgard. A República Liberal II – evolução política (1945-1964). Coleção Corpo e Alma do Brasil. São Paulo. Difel. 1985. p 20

pão, entre outras mazelas e, paralelamente à repressão contra as classes populares, ocorre a repressão aos movimentos grevistas.[301]

Um marco para a época foi a Greve dos Bancários. Iniciou-se em 24 de janeiro e se estendeu por longos 21 dias. A greve dos bancários atingiu a marca de mais de 40 mil trabalhadores parados pelo Brasil. Este fato tornou-se um dos mais importantes movimentos do período. A mobilização grevista conseguiu a solidariedade de outras categorias e também o apoio da população. Por fim, saiu vitoriosa em suas reivindicações econômicas, garantindo ainda a não demissão dos grevistas, fato incomum para a época, onde os grevistas, em geral, eram demitidos.

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) estava cada vez mais galgando e conquistando espaço na política brasileira. SKIDMORE assim registra tal acontecimento:

> O Partido Comunista estava facilmente encontrando terreno fértil para suas atividades. Os preços subiram rapidamente e os comunistas se infiltravam com sucesso na liderança de muitos sindicatos. Conseguindo uma importante votação nas eleições de 1945, o partido parecia ter assegurada uma base de massas. As eleições estaduais e suplementares para o Congresso, em janeiro de 1947, confirmaram essa suposição. O PCB manteve a sua posição como o quarto mais poderoso partido do país e acrescentou dois novos deputados, elevando o total a dezessete deputados e um senador, ao mesmo tempo elegia quarenta e seis membros em quinze legislaturas estaduais e dezoito na Assembleia do Distrito Federal, sendo assim a maior bancada na Câmara da Capital brasileira. No Estado de São Paulo, o PCB chegou mesmo a substituir a UDN como o terceiro partido na votação total.[302]

O PCB crescia em poder e, pela lógica vigente, devia ser parado. Era o início da Guerra Fria. O presidente dos EUA, *Harry Truman*, havia dito que as duas potências

---

[301] CARONE, Edgard. A República Liberal II – evolução política (1945-1964). Coleção Corpo e Alma do Brasil. São Paulo. Difel. 1985 p. 20/21

[302] SKIDMORE, Thomas. Brasil: De Getúlio a Castelo, Editora Paz e Terra, 14ª edição, São Paulo. 2007. p.93

mundiais não mais eram aliadas, e estavam divididas em capitalismo e socialismo, e que o governo dos EUA se voltava a favor do capitalismo, contra o socialismo. Aos 07 de maio de 1947 o PCB teve seu registro cassado. No mesmo dia, segundo SKIDMORE, o Ministério do Trabalho decretou intervenção de 143 sindicatos – de um total de 944 - para eliminar os elementos extremistas[303], fechando ainda a Confederação dos Trabalhadores do Brasil, que havia sido criada em setembro de 1946, mas até então não reconhecida pelo governo. Já FAUSTO[304] anota que foram inicialmente 14 sindicatos fechados, além da central sindical, e, em poucos meses, havia mais de 200 sindicatos sob a intervenção do governo Dutra. A Constituição, promulgada em setembro, de fato, torna-se letra morta, principalmente em seus artigos que tratam da questão do trabalhador, artigos 157 a 158. Na prática, a repressão aos trabalhadores e ao movimento sindical permaneceu como estava e a Constituição só era cumprida no que interessava aos industriais e ao governo.

Segundo SILVA, "Houve nessa época uma verdadeira política de desmonte da representação dos trabalhadores, tanto nos sindicatos quanto nas instâncias legislativas. Não é de se admirar que o nível médio dos salários não parasse de cair em termos reais."[305] Para FAUSTO, "Embora fosse real a influência dos comunistas em muitos sindicatos, era evidente que, em nome do combate ao comunismo, o governo tratava de quebrar a espinha das organizações de trabalhadores contrários à sua orientação."[306] SKIDMORE também registra a perda real dos salários dos trabalhadores:

> O grupo que mais sofria com o aumento do custo de vida era a classe operária urbana. Quando Vargas assumiu a presidência, não tinha havido aumento de salário mínimo decretado oficialmente, desde 1943. Os anos de Dutra haviam, de fato, testemunhado uma perda da renda real no setor assalariado.[307]

---

[303] SKIDMORE, Thomas. Brasil: De Getúlio a Castelo, Editora Paz e Terra, 14ª edição, São Paulo. 2007. p.94
[304] FAUSTO, Boris. História do Brasil. 11ª edição, São Paulo, EdUSP, 2003. p. 402/403.
[305] SILVA, Edvaldo Fernandes da. Salário Mínimo: A desindexação entre a norma, o fato e o valor. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 2009. p. 54
[306] FAUSTO, Boris. História do Brasil. 11ª edição, São Paulo, EdUSP, 2003. p. 402/403.
[307] SKIDMORE, Thomas. Brasil: De Getúlio a Castelo, Editora Paz e Terra, 14ª edição, São Paulo. 2007. p.145

O PCB recorreu da decisão do STF, requerendo o remédio constitucional do *habeas corpus* para poder voltar a funcionar livremente. O pedido foi indeferido e o PCB não mais era reconhecido como um partido político regular.

Figura 6

5. A Classe Operária, 1947.

A charge acima, publicada em 18 de novembro 1947[308], no então órgão oficial do PCB, "A Classe Operária", ilustra manchete intitulada "Mobilizemos o povo para a batalha dos mandatos", conclamando a classe trabalhadora para se mobilizar contra as cassações dos mandatos dos parlamentares eleitos pelo PCB.

> A Defesa dos mandatos parlamentares comunistas, legítimos representantes do povo e os mais intransigentes defensores da Constituição e da Democracia em nossa terra, é uma tarefa imediata de todos os democratas, na resistência ativa às investidas do grupo fascista contra o regime democrático. O indecoroso projeto do sr. Ivo d'Aquino, já aprovado pela maioria reacionária do Senado, é o instrumento por meio do qual Dutra e sua camarilha procuram mutilar o Parlamento a fim de complementar os seus desígnios terroristas de esmagamento das liberdades democráticas e total entrega de nossa pátria aos seus amos imperialistas. (...) Cumpre a todos nós, comunistas ou não, mas patriotas sinceros, engrossar as fileiras dos

[308] A Classe Operária, ano II, nº 99, Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1947. Disponível em https://www.marxists. org/portugues/tematica/jornais/classe_operaria/pdf/ 51_804.pdf acesso aos 05/03/2017.

> que estão ao lado da lei contra os que desejam transformar a Constituição num farrapo inútil.[309]

Com o indeferimento do pedido de *habeas corpus*, os comunistas procuraram organizar uma nova agremiação partidária, o Partido Popular Progressista (PPP), mantendo o mesmo ideário do PCB. O chamamento do operariado para não cruzar os braços e mobilizar as grandes massas para o embate decisivo na vida democrática não foi frutífera. O Tribunal Superior Eleitoral negou o registro da nova agremiação partidária e, finalmente, em janeiro de 1948, a cassação do PCB culminou com a cassação dos mandatos de todos os parlamentares que haviam sido eleitos pela sigla, fazendo valer o "monstruoso, imoral, indecoroso e inconstitucional projeto do sr. Ivo d'Aquino."[310]

Em janeiro de 1948 Luís Carlos Prestes lançou um manifesto, rompendo com a política da União Nacional e apresentando a nova orientação a ser seguida pelos comunistas. Ratificado em maio de 1949, o manifesto somente foi publicado em agosto e foi assim chamado de Manifesto de Agosto. O manifesto atribuía ao capital estrangeiro e ao latifúndio o papel de grandes obstáculos ao desenvolvimento brasileiro, e propunha a formação de uma frente democrática de libertação nacional, que deveria conduzir a luta das massas.

Entre fevereiro e março de 1948 aproximadamente 60.000 ferroviários, estimulados por Comissões de Trabalhadores, participam de inúmeras paralisações no país. Em 20 de fevereiro, trabalhadores de três empresas têxteis, Varan, Gasparian e José Calil, uniram-se e entraram em greve reivindicando descanso semanal remunerado. O movimento não foi vitorioso e após muita repressão a greve é posta ao fim. Todavia, foi um grande exemplo de união da classe trabalhadora, tendo em vista que as negociações estavam sendo realizadas por membros de uma Comissão de Salários eleita livremente pelos trabalhadores e sem influência governamental ou patronal. Neste mesmo ano, em julho, ferroviários da Companhia Mogiana entraram em greve. Para

---

[309] A Classe Operária, ano II, nº 99, Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1947. Disponível em https://www.marxists. org/portugues/tematica/jornais/classe_operaria/pdf/ 51_804.pdf acesso aos 05/03/2017.

[310] A Classe Operária, ano II, nº 99, Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1947. Disponível em https://www.marxists. org/portugues/tematica/jornais/classe_operaria/pdf/ 51_804.pdf acesso aos 05/03/2017

impedir a contratação de temporários, os trabalhadores cortaram os fios e sabotaram as linhas. Como resposta são duramente reprimidos pela força pública. No total, foram registradas, entre janeiro e outubro de 1948, 54 greves somente em São Paulo.

Nos fins de 1948, o PCB voltou a liderar o movimento dos trabalhadores, mas agora com um novo objetivo: precisava buscar seu reconhecimento legal. No processo eleitoral de 1950, o PCB decidiu não apoiar nenhum dos candidatos, a saber: Getúlio Vargas, candidato do PTB, Cristiano Machado, candidato do PSD, Eduardo Gomes, candidato da UDN, e João Mangabeira, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Na oportunidade, Prestes aconselhou todos os comunistas a votarem em branco.[311] Em entrevista a Waldir José Rampinelli, Jacob Gorender comenta:

> Convém aqui colocar as coisas sob uma perspectiva histórica, ou seja, levar em conta as circunstâncias que atuavam nos anos 50 e a trajetória da própria ação política do PCB. Como o PCB fora posto na ilegalidade em 1947, ele desenvolveu uma política cada vez mais sectária com declarações bombásticas de chamamento à luta armada, a qual estava inteiramente fora do contexto da época. Isso levou o PCB a tomar uma atitude de abstenção nas eleições de 1950, que foram essencialmente uma disputa entre os candidatos Getúlio Vargas, Cristiano Machado e Eduardo Gomes. Getúlio se elegeu e ficou o tempo todo de seu governo sob o ataque incessante do PCB. Quando a crise chegou ao seu auge em agosto de 1954, e Vargas estava sob o fogo cerrado da direita, o PCB não se deu conta de que a conjuntura sofrera uma mudança radical, permanecendo no ataque a Vargas. Somente alguns dias antes do suicídio de Vargas, Prestes conclamou o PCB, pela imprensa, a apoiar Getúlio. No entanto, isto foi inócuo, pois os acontecimentos já estavam dados. Além disso, este apoio era cheio de restrições. Resultado: Getúlio cometeu o suicídio, as massas trabalhistas saíram às ruas e os militantes comunistas não tiveram

[311] PRESTES, Anita Leocadia. Luis Carlos Prestes – Um Comunista Brasileiro. Capítulo XI - Prestes e o PCB na clandestinidade: os primeiros anos (1948-1954) – O manifesto de agosto de 1950. São Paulo. Boitempo Editorial, 2015.

> alternativa senão a de juntar-se, nos mesmos protestos, aos trabalhistas.[312]

Praticamente, Dutra mobilizou o sistema de proteção social executado por Vargas contra seus supostos beneficiados.[313] A política deliberada de desobediência à legislação do salário mínimo, durante todo o mandato de Dutra, gerou, segundo FAUSTO, uma redução do valor real do salário mínimo para 37,53% do valor original. Aponta FAUSTO, ainda, que o Produto Interno Bruto (PIB) do período 1948/1950 cresceu 8% ao ano e que o rendimento médio na cidade de São Paulo subiu apenas 10,5%, e na cidade do Rio de Janeiro subiu apenas 12%; em contrapartida, a inflação em São Paulo subiu 15%, e no Rio de Janeiro 23%.[314]

Segundo SILVA, o que se viu no governo Dutra foi uma política de arrocho salarial, com transferência de renda dos trabalhadores para os capitalistas, que, de fato, gerava um incentivo à industrialização. "Uma das maneiras mais simples de coibir surtos inflacionários dali para frente foi o congelamento do salário mínimo, o que implicava, como externalidade, transferência de renda do trabalho para o capital e entre os mais ricos e os mais pobres."[315] Também SINGER concorda que houve uma política de arrocho salarial, salientando ainda que tal política foi bastante solícita para a classe capitalista, portanto bem recebida por estes:

> O governo Dutra combinou a contenção do gasto público (sobretudo do investimento público) com a repressão ao movimento operário. O salário mínimo foi arrochado, o déficit público foi reduzido, mas nada disso impediu que a inflação continuasse acima de 10% anuais de 1949 em diante. [...] A postura desse governo foi extremamente conservadora: solícito para a classe capitalista, duro para as classes trabalhadoras.[316]

---

[312] RAMPINELLI, Waldir José. Entrevista a Jacob Gorender. Revista Brasileira de História v. 23 n° 45. São Paulo, 2003 disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882003000100013 acesso aos 15/05/2017.
[313] SILVA, Edvaldo Fernandes da. Salário Mínimo: A desindexação entre a norma, o fato e o valor. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 2009. p. 52
[314] FAUSTO, Boris. História do Brasil. 11ª edição, São Paulo, EdUSP, 2003. p. 404.
[315] SILVA, Edvaldo Fernandes da. Salário Mínimo: A desindexação entre a norma, o fato e o valor. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 2009. p. 33
[316] SINGER, P. Política Econômica Brasileira: as tentativas de estabilização. Ensaios FEE, 1993. p. 69.

A ideia de bloquear as reivindicações salariais para criar um clima mais ameno para entrada do capital estrangeiro é defendida por BETHELL[317]. Essa teoria é reforçada por BASTOS[318] como parte de "reformas para atrair fluxos de capital capazes de financiar importações crescentes, seja para "reaparelhar" a estrutura produtiva, seja para combater os lucros extraordinários dos industriais".

Contudo, os baixos salários atrasavam a formação de um mercado consumidor forte e compatível com o potencial do país. Segundo SILVA:

> Se Vargas quis, com o salário mínimo elevado, expandir o mercado de consumo, Dutra queria fazer o contrário. O governo já buscava, nessa época, favorecer um processo de acumulação em detrimento dos trabalhadores, e usava o controle inflacionário como desculpa. (...) Dificilmente, alguém que não tivesse condições de se alimentar dignamente iria provocar perturbações no mercado de consumo. Pelo contrário: a baixa renda da população em geral não proporcionava um ambiente favorável à abertura de novos negócios, porque o mercado consumidor era débil.[319]

SILVA ainda afirma que a política de liberalização feita por Dutra, seguindo os ditos do governo dos EUA e da UDN, teve um forte impacto sobre as rendas mais baixas e conclui que:

> A estratégia de usar a política do salário mínimo e o aparato sindical corporativista contra os trabalhadores, testada pela primeira vez no Governo Dutra, foi talvez o principal dos fatores que transformaram o Brasil em um dos países com maior desigualdade social do mundo. (...) Os trabalhadores de salário mínimo, mesmo sem reajuste por quase oito anos, transferiram renda ao capital, via inflação.[320]

---

[317] BETHELL, L. A América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p.81.
[318] BASTOS, P.P.Z. As aporias do liberalismo periférico: comentários à luz dos governos Dutra (1946-1950) e Cardoso (1994-2002). Economia e Sociedade. Campinas, v. 12, n. 2, jul./dez. 2003, p.253.
[319] SILVA, Edvaldo Fernandes da. Salário Mínimo: A desindexação entre a norma, o fato e o valor. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 2009. p. 54.
[320] SILVA, Edvaldo Fernandes da. Salário Mínimo: A desindexação entre a norma, o fato e o valor. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 2009. p. 55.

Dutra acreditava que a esterilização da renda resultante do arrocho salarial, causado pelo congelamento do salário mínimo, em conjunto com a contração do crédito e dos investimentos públicos resolveriam, ao mesmo tempo, os principais combustíveis do processo inflacionário: a demanda não contida e o *déficit* público. A âncora cambial utilizaria os produtos importados também na contenção da demanda. Sobre o corte de gastos públicos, o governo Dutra tinha como justificativas a própria inflação e o fim de qualquer linha de política econômica que pudesse trazer à tona a lembrança de Getúlio Vargas.

4.4 Princípios de Planejamento Econômico

Em 1947[321] teve início a primeira Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, a segunda Comissão foi a de 1951. Essa primeira comissão ficou conhecida como Missão Abbink ou Comissão Mista Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos. Cabia à comissão o levantamento e análise de aspectos importantes da realidade brasileira. Ao final deveria apresentar relatório, o que se dá aos 07 de fevereiro de 1949. O Relatório final é entregue ao presidente Dutra e, em síntese, suas conclusões são as seguintes:

1º "reabilitação do crédito público, a fim de possibilitar o lançamento sistemático de empréstimos públicos";

2º seleção de obras públicas, segundo o grau de urgência de sua realização e conforme recursos;

3º "seleção de investimentos originados do exterior";

4º exame da arrecadação de tributos e taxas, para aumentar as receitas, sem criar novos impostos;

5º melhoria da produção agropecuária, procurando obter melhor produção, para realizar "a estabilidade do custo de vida, que muito contribui para a redução do custo de produção manufatureira e elevação do salário real";

6º aumento de disponibilidade de capitais, incentivando a formação de reservas e a entrada de capitais do exterior, mediante convênios de garantia de câmbio e convênios tributários".[322]

[321] Outros apontam como ano inicial 1948, por exemplo, o CPDOC da FGV.
[322] CARONE, Edgard. A República Liberal I – instituições e classes sociais (1945-1964). Série Corpo e Alma do Brasil. São Paulo. Difel. 1985 p. 77

Tais recomendações, somadas a outros levantamentos feitos por alguns Ministérios e pelo Departamento Administrativo do Serviço Público, dá origem ao Plano SALTE. E, ao se falar de políticas de planejamento adotadas no governo Dutra, necessário se faz mencionar o Plano Salte[323]. O plano econômico foi uma tentativa do governo em esboçar um planejamento econômico focado nos gastos públicos nas áreas de saúde, alimentação, transporte e energia. Segundo SKIDMORE, o plano Salte foi:

> (...) uma primeira tentativa para a coordenação de gastos públicos, dentro de um plano quinquenal. O Plano SALTE foi incorporado ao projeto de orçamento federal para 1949, mas nunca foi inteiramente aplicada. Funcionando durante um ano apenas, o Plano SALTE entrou em dificuldades financeiras e acabou sendo abandonado em 1951. O fracassado programa SALTE que abrangia apenas investimentos públicos, foi o máximo que o governo Dutra conseguiu para se aproximar de um planejamento em escala nacional.[324]

O plano Salte representou uma tentativa formal de organização estatal, que "na verdade, mais se prestaria a organizar o destino e a apropriação parlamentar de verbas do que propriamente atingir determinadas metas de ação".[325] Segundo MIRANDA, o plano Salte não chegou a sair do papel devido a aprovação tardia pelo Congresso Nacional, aprovado somente em 1950, ficando apenas no esforço de racionalizar o processo orçamentário.[326]

José Eduardo Macedo de Soares, comentarista político, escrevendo para o Diário Carioca, de 25 de maio de 1948, em seu texto intitulado "Introdução sobre o Plano

---

[323] Plano de planejamento econômico apresentado pelo presidente Dutra ao Congresso Nacional, aos 10 de maio de 1948, através da Mensagem Presidencial nº 196. Aprovado somente em 1950, pela Lei nº 1.102, aos 18 de maio, após dois anos de tramitação no Congresso Nacional. Regulamentado pelo Decreto 28.255, de 12 de junho de 1950.

[324] SKIDMORE, Thomas. Brasil: De Getúlio a Castelo, Editora Paz e Terra, 14ª edição, São Paulo. 2007. Pag. 99 (SKIDMORE afirma que o Plano Salte foi proposto em maio de 1947 (p. 99), todavia a Mensagem Presidencial nº 196 foi lida no Congresso Nacional apenas em maio de 1948) disponível em http://bibspi.planejamento.gov.br/ handle/ iditem/321 acesso aos 28/02/2017.

[325] CANO, Wilson, Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do Estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento in Revista de Economia Política, vol. 35, nº 3, julho-setembro de 2015. p.450.

[326] MIRANDA, Rubens Augusto de. Plano Trienal: uma Visão Crítica. Revista de Economia Política e História Econômica, nº 22, agosto de 2010, p. 8/9.

Salte", nos dá uma ideia de como era visto e como foi recebido o plano por parte da imprensa nos dias de sua apresentação ao povo brasileiro. Macedo de Soares, explicando sua visão sobre o DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público) e o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), que foram órgãos criados ainda por Getúlio Vargas e que, segundo Macedo de Soares, objetivava o poder de monopólio no preenchimento das vagas de trabalho no serviço público, por onde Vargas, desautorizando os Ministros de Estado no preenchimento de tais vagas no serviço público, mantinha fieis trabalhadores "diretamente ligados ao ditador e dele exclusivamente dependentes, à sua direta intervenção associados".[327]

Macedo de Soares salienta que a estrutura da ditadura burocrática se agigantou em 89 repartições, autarquias, institutos, conselhos e comissões, todas com orçamento e gestão administrativa autônoma. "Nesse Jubileu do empregado público, surgiram a linguagem e a padronização fascista". Foi a época da famosa propaganda, da entronização da vera efigie ditatorial e dos seus despachos diluvianos com o "ministério secreto". Em seu texto, Macedo Soares, após breve comentário sobre os órgãos e funcionalismo públicos, passa a relatar suas impressões sobre o "documento divulgado no Diário Oficial de 19 do corrente" (Publicado no Diário Oficial, de 19/05/1948). Para ele, o Plano Salte era mais um plano do DASP remetendo a burocracia ditatorial. O plano Salte não passava de uma "mensagem" puramente daspiana, posta na boca do general Dutra,

> (...) e, mais, de um projeto de lei da mesma origem, de um plano extravagante de financiamento e ainda o que é mais interessante: de um parecer da comissão interpartidária cujo estilo assemelha-se ao do Dasp como duas gotas d'água. Assim o plano do "Dasp" espelha a mentalidade dos empregados públicos que o fizeram, que dizer, emerge das dificuldades desta grande metrópole burocrática que governa, mas não constitui o Brasil. Recheia-se da confusa ciência dos relatórios e pareceres, ignora a nossa geo-política, mas exibe-se no manuseio de estatísticas duvidosas quando não inteiramente falsas. Basta citar, para os leitores melhor compreenderem as bosólias e

[327] MACEDO, J. E. Soares. Introdução sobre o Plano "Salte". Diário Carioca, 25 de maio de 1948. Rio de Janeiro.

> suficiências do plano, suas disposições salvadoras do "leite e laticínios", no capítulo da alimentação. São cinco tópicos de estudo genérico, copiados de qualquer índice de opúsculos sobre a técnica, o ensino ou os elementos da organização das indústrias pastoris. Mas o real problema do leite e laticínios é diferente em cada zona de produção do país. Também é diferente em cada aglomeração de consumo. (...) Tal problema no Rio de Janeiro apresenta peculiares condições que o plano "Salte", com suas generalizações de meia-ciência, ignora forçosamente. (...) O plano "Salte" é um tapa-olho da ditadura de funcionários que ainda não foi extinta no regime constitucional e muito menos removida das ameias de seu governo.[328]

Não à toa, o plano Salte demorou muito para ser aprovado e quase não surtiu efeito prático na economia, logo sendo abandonado. O plano não era visto como viável, nem mesmo em suas primeiras letras. Bastava uma rápida leitura para a certeza de que o plano Salte era absolutamente impraticável. Contudo, SARETTA observa pontos positivos na elaboração do plano a despeito da pouca funcionalidade e das poucas realizações como instrumento de planejamento, pois, segundo o próprio autor, sua inviabilidade já era sabida quando do seu próprio lançamento:

> (...) o Plano SALTE foi importante pois permitiu apontar questões relevantes e que transcendem os aspectos econômicos e de política econômica. (...) o Plano fez parte do Acordo Interpartidário daquele ano, celebrado entre o PSD e a UDN, com repercussões políticas importantes até mesmo para os anos do governo seguinte de Getúlio Vargas.[329]

Também DRAIBE vê o Plano SALTE com bons olhos. Para a autora, o Plano Salte é visto por muitos como um grande esforço de racionalização e planejamento do desenvolvimento econômico no Brasil. De acordo com DRAIBE, o plano SALTE:

---

[328] MACEDO, J. E. Soares. Introdução sobre o Plano "Salte". Diário Carioca, 25 de maio de 1948. Rio de Janeiro.

[329] SARETTA, Fausto, A Política Econômica Brasileira 1946/1950, São Paulo, Revista de Sociologia e Política nº 4/5, 1995 in https://revistas.ufpr.br/rsp/article/download/39363/24180. Acesso aos 02/05/2013.

> Na verdade, constitui a terceira tentativa de estabelecer, de forma coordenada e sistematizada, programas parciais de empreendimentos e obras públicas, tendo sido antecedido pelo Plano Especial de Obras Públicas e Reaparelhamento da Defesa Nacional (1939) e pelo Plano de Obras e Equipamentos (1943).[330]

CARONE aponta como a primeira tentativa de Planejamento no Brasil, o Plano TAUB, de 1943, que foi um estudo do Conselho Econômico de Guerra, órgão civil e militar. Para CARONE, o plano TAUB foi "A primeira tentativa de analisar a realidade e pensar em resolver o problema alimentar e, consequentemente, ajudar a industrialização (...)"[331]

Para DRAIBE, o plano SALTE foi concebido segundo uma técnica de programação mais avançada que os planos antecessores. O Plano SALTE estabelecia em detalhes os projetos de investimento estatal nas áreas de saúde, alimentação, transporte energia. Entretanto, também do ponto de vista de um juízo formal, não superava as limitações mais sérias do Plano Especial e do Plano de Obras e Equipamentos. De um lado, restringia-se no fundamental a coordenação de parte dos gastos públicos, sem imprimir diretrizes para o conjunto da economia. De outro lado, foi concebido, ainda nas estreitas margens de uma racionalidade orçamentaria, (...) pretendia apenas ordenar os gastos de investimento público que necessariamente ultrapassassem os prazos anuais de previsão orçamentária, e não previa um fluxo financeiro ajustado às exigências de recursos dos projetos, visto que não definia cronograma de execução.[332]

A autora, contudo, salienta que o plano foi elaborado sobre bases financeiras precárias e sem apoio de nenhum órgão de controle que garantisse sua execução. A lei previa a criação de um cargo de administrador geral e de seis conselheiros que seriam responsáveis pela coordenação dos diversos programas de trabalho. Entretanto, a lei não delegou poderes efetivos à equipe formada, ficando a execução de todas as iniciativas a

---

[330] DRAIBE, Sônia. Rumos e Metamorfoses – Estado e industrialização no Brasil, 1930-1960. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2004. p. 270.
[331] CARONE, Edgard. A República Liberal I – instituições e classes sociais (1945-1964). Série Corpo e Alma do Brasil. São Paulo. Difel. 1985 p. 76/77.
[332] DRAIBE, Sônia. Rumos e Metamorfoses – Estado e industrialização no Brasil, 1930-1960. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2004. p. 132

cargo de diferentes órgãos administrativos existentes nos ministérios. Por fim, "É amplamente reconhecida a estreita e precária base financeira do Plano Salte, mesmo se considerando a limitação de seus objetivos".[333] O plano Salte produz resultados mínimos, deixando de funcionar nas soluções básicas, como a das remodelações dos portos e ferrovias, eletricidade e petróleo.[334] Em 1951 já existia a certeza que de todas as consignações orçamentárias somente três chegaram a ser movimentadas, e todas relacionadas a caráter médico-assistencial, nenhuma relacionada à infraestrutura.[335]

O plano Salte não pretendia ultrapassar o nível de atendimento das carências mais dramáticas da infraestrutura econômica, o projeto não previa diversificar ou expandir os investimentos nas indústrias de base e nem mesmo nas empresas estatais já instaladas. O Plano não tinha a industrialização como meta central, mas também não elegia a agricultura como caminho privilegiado para o futuro do Brasil.[336] Também não era sua meta a questão trabalhista e salarial, já que não é mencionado em seu escopo nenhuma vez. Dutra, em sua tentativa de planejamento econômico, não tinha os trabalhadores como preponderante ou até mesmo auxiliar nos projetos de crescimento econômico.

Não se pode deixar passar em branco, também, a política fiscal contracionista, imposta no governo Dutra, ao se majorar a tabela do imposto de renda para pessoas físicas e jurídicas[337]. Além do controle dos gastos do governo, também houve majoração da carga tributária. Em 25 de novembro de 1947 foi promulgada a Lei nº 154, que alterava dispositivos da legislação do Imposto de Renda. Na prática, devido às dificuldades econômicas e financeiras pelas quais o governo passava, e com o propósito de equilibrar o orçamento, Dutra toma a iniciativa de elevar as alíquotas do Imposto de renda. A nova legislação estabelecia isenção do IR para rendimentos anuais de até Cr$

---

[333] DRAIBE, Sônia. Rumos e Metamorfoses – Estado e industrialização no Brasil, 1930-1960. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2004. p. 136

[334] CARONE, Edgard. A República Liberal I – instituições e classes sociais (1945-1964). Série Corpo e Alma do Brasil. São Paulo. Difel. 1985 p. 78

[335] CARONE, Edgard. A República Liberal I – instituições e classes sociais (1945-1964). Série Corpo e Alma do Brasil. São Paulo. Difel. 1985 p. 78

[336] DRAIBE, Sônia. Rumos e Metamorfoses – Estado e industrialização no Brasil, 1930-1960. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2004. p.138/139.

[337] O aumento dos impostos é considerado como uma das formas de política fiscal ou orçamental contracionista. Busca-se com isso reduzir o consumo, o que também acarreta queda do investimento e consequente deslocamento da demanda agregada. Também é usado para equilibrar as contas públicas, como afirmado pelo governo Dutra, contudo, seus efeitos vão além.

24.000,00, chegando a 50% para rendas acima de Cr$ 3.000.000,00, conforme descrito abaixo:[338]

Em Cr$	
Até 24.000,00	isento
Entre 24.000,00 e 30.000,00	1%
Entre 30.000,00 e 60.000,00	3%
Entre 60.000,00 e 90.000,00	5%
Entre 90.000,00 e 120.000,00	7%
Entre 120.000,00 e 150.000,00	9%
Entre 150.000,00 e 200.000,00	12%
Entre 200.000,00 e 300.000,00	15%
Entre 300.000,00 e 400.000,00	18%
Entre 400.000,00 e 500.000,00	21%
Entre 500.000,00 e 600.000,00	24%
Entre 600.000,00 e 700.000,00	27%
Entre 700.000,00 e 1.000.000,00	30%
Entre 1.000.000,00 e 2.000.000,00	35%
Entre 2.000.000,00 e 3.000.000,00	40%
Acima de. 3.000.000,00	50%

Também instituía taxas para as pessoas jurídicas, comerciais ou civis, estipuladas sobre o lucro presumido, nas proporções abaixo:[339]

Em Cr$	
Até 100.000,00	10%
Entre 100.000,00 e 500.000,00	12%
Acima de 500.000,00	15%

Contudo, não houve uma reforma fiscal profunda, de racionalização e atualização do sistema tributário brasileiro. [340] O projeto de planejamento econômico, a nova lei do imposto de renda somada à estratégia adotada por Dutra, de atacar o principal legado do ex-ditador Getúlio Vargas, buscando imprimir uma política oposta ao "varguismo" em questões acerca do salário mínimo e a organização dos trabalhadores surtem efeito contrário. "Os trabalhadores sentiram falta do antigo

[338] Art. 26, da lei 154 de 1947.
[339] Art. 44, da lei 154 de 1947.
[340] DRAIBE, Sônia. Rumos e Metamorfoses – Estado e industrialização no Brasil, 1930-1960. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2004. p. 144

ditador, que se candidatou em 1951 pelo PTB e venceu simultaneamente a UDN e antigos aliados do PSD."[341]

Vargas então é eleito, dessa vez, pelo voto popular, e assume o poder em janeiro de 1951. A campanha de Vargas é apoiada pela chapa PTB/PSD/PSP e tem um grande apelo anti-imperialista e em defesa do nacionalismo econômico. Vargas é eleito com um discurso fortemente nacionalista, todavia, não deixa de tentar se aproximar, logo após a posse, do grupo adversário. Tenta uma coligação com a União Democrática Nacional – UDN, infrutífera pelo forte antigetulismo de alguns de seus principais membros, como Carlos Lacerda, que através do seu jornal, Tribuna da Imprensa, não cansava de pedir aos militares que impedissem o retorno de Vargas ao poder.

[341] SILVA, Edvaldo Fernandes da. Salário Mínimo: A desindexação entre a norma, o fato e o valor. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 2009. p. 57

Considerações Finais

Este trabalho buscou compreender como o governo do presidente Eurico Gaspar Dutra fez uso dos instrumentos de política econômica acerca da renda e do salário mínimo, bem como seus reflexos nas questões do trabalho, do trabalhador e nos meios de representação deste.

O mercado de trabalho brasileiro é *sui generis*, pois é formado por elementos que, apesar de aparentemente distintos, são idênticos em sua essência e natureza. A soma dos trabalhadores escravos, do trabalhador livre europeu e do trabalhador nacional livre formou o que hoje é o trabalhador brasileiro. Incluindo ainda o Estado e as elites temos, então, reflexos na história do trabalhador brasileiro, mudando e moldando este, e ajudando, por fim, a formar o mercado de trabalho brasileiro.

O trabalhador brasileiro desde cedo se viu como classe trabalhadora. É preciso recordar Thompson, para o qual a classe é um fenômeno do processo histórico, um produto do "fazer-se" do trabalhador no ambiente em que vive, trabalha e interage com os demais trabalhadores e suas famílias, como classe unida. Necessário também ouvir as palavras de Marx quando este afirma que a classe toma a consciência de si mesma quando os trabalhadores se unem em prol do bem comum. Assim era, e é, a classe trabalhadora do Brasil.

Nos anos 1940 a maior parte da população brasileira, cerca de 60%, não vivia nas áreas urbanas, e sim nas áreas rurais. Já em 1950 a população urbana praticamente dobra, entretanto, os trabalhadores brasileiros continuavam, em sua maioria, na área rural e nas cidades menores de 100.000 habitantes. A promulgação da lei do salário mínimo e a Consolidação das leis trabalhistas não tinham alcance aos trabalhadores rurais. Tais leis somente alcançavam o trabalhador urbano, mesmo que este em menor número.

No período Dutra, este trabalhador urbano e industrial se concentra nas indústrias têxteis, na produção de alimentos, na metalurgia, vestuário e calçados, pelo

menos, até o início dos anos 1940. Já no começo dos anos 1950 a classe trabalhadora se concentra nas áreas de mecânica, materiais elétricos e transporte.

Essa é a classe trabalhadora que Dutra encontra ao assumir a presidência da República aos 31 de janeiro de 1946 e permanecendo até 31 de janeiro de 1951. O então presidente impõe uma política pesada de congelamento de salários como parte de sua política contracionista. Com isso, Dutra ajuda a transferir parte da renda do trabalhador ao empresariado, mesmo estando em total desobediência à lei. O chefe do executivo não reajustou o salário mínimo nenhuma vez durante seu mandato.

Também inflige uma ferrenha perseguição aos órgãos de representação dos trabalhadores, sejam os sindicatos, sejam seus representantes políticos. De fato, Dutra persegue todo tipo de manifestação do povo que, cansado da situação de pauperização que vivia, começa a se manifestar solicitando mudanças imediatas. O Partido Comunista também foi alvo de perseguição. Dutra buscou proceder ao total desmonte de qualquer tipo de representação popular e dos trabalhadores durante todo o seu mandato.

As políticas econômicas adotadas geraram uma perda real do salário mínimo, chegando este a representar, ao final do governo, um valor de aproximadamente 37% do seu valor inicial. Justificava Dutra que a política de arrocho salarial era usada como forma de auxílio às políticas contracionistas que buscavam o controle do processo inflacionário no Brasil; portanto, era para o bem do trabalhador brasileiro. Na prática, tais políticas transferiam renda do trabalhador brasileiro para o capital, através da inflação e do mais pobre ao mais rico. Dutra era solícito para com o capital e extremamente duro para com os trabalhadores.

Alguns autores defendem que Dutra usou a política de arrocho salarial como parte de uma política de facilitação da entrada do capital estrangeiro ao Brasil. Uma mão de obra mais barata representava custos mais baratos e isso podia atrair o capital estrangeiro para investimentos produtivos no Brasil, além de reaparelhar a estrutura produtiva brasileira como um todo.

Ao mesmo passo que infligia uma política de arrocho salarial, Dutra impedia o fortalecimento de um expressivo mercado consumidor interno sadio. Sem renda não há

consumo, sem consumo não há produção, sem produção não há empregos e sem estes não há renda. Fato é que Dutra não se preocupava com a formação e fortalecimento de um mercado consumidor no Brasil. Foco, consciente ou não, era o reaparelhamento da indústria brasileira. Outro objetivo era controlar a inflação e uma de suas possíveis causas na avaliação do governo era a pressão de demanda sobre a oferta, que estimulava uma espiral ascendente dos preços.

Conciliar a criação e o fortalecimento de um mercado consumidor interno em simultâneo à adoção de políticas que restringem a demanda interna é uma façanha macroeconômica. Entretanto, do ponto de vista microeconômico (isto é, de alguns nichos de mercado ou setores da economia), é possível tal leitura. Em tese, poderia ser possível fomentar novos nichos de mercado consumidores utilizando a capacidade ociosa desses mercados (ou ainda, aproveitando a capacidade criada pelo reaparelhamento). Era possível sem que isso exercesse pressão inflacionária - supondo que a moeda não causasse inflação e sim as mudanças nas expectativas racionais. A nova produção deveria crescer a ponto de acomodar o volume de consumo.

Tanto reduzir o poder de compra do trabalhador como controlar o *déficit* orçamentário era política econômica de uso corrente para controle inflacionário no período Dutra. Entretanto, o então presidente não consegue conter o processo inflacionário, apesar de todas as medidas contracionistas adotadas, lembrando ainda que o governo fez uso da expansão monetária somado ao total descontrole das contas públicas nos Estados. A economia cresce, a inflação acelera e a renda do trabalhador cai. Esta combinação de fatores se revelou extremamente perversa para o trabalhador brasileiro, que se via ainda mais explorado, dado que, ainda sua renda nominal não tivesse caído, sua renda real era cada vez menor.

O diagnóstico de Dutra de que eventuais desequilíbrios macroeconômicos são corrigíveis mediante a adoção de medidas altamente restritivas do ponto de vista da geração da renda e emprego é bastante recorrente na história econômica brasileira (seja no período pré-Vargas, seja no período militar ou pós-redemocratização). Talvez esta leitura, transformada recorrentemente em política econômica, seja um fator não

desprezível na explicação da estrutural concentração de renda no Brasil, reconhecidamente entre as maiores do mundo.[342]

A política econômica implantada por Dutra nada mais significou que um retorno à era pré-Vargas. Além disso, é importante ressaltar que Dutra interrompe o chamado pacto-populista varguista, que previa assegurar o domínio da burguesia, ao mesmo tempo em que atendia reivindicações operárias e sindicais[343]. Dutra preferiu tomar dos trabalhadores a ter que travar embates com os governadores e seus Estados, de modo a sanar as contas públicas e abrir mão do uso indiscriminado dos bônus rotativos, os quais, inclusive, chegaram a funcionar como uma "moeda-auxiliar", aumentando a liquidez monetária da economia, surtindo os mesmos efeitos que uma política fiscal expansionista (isto é, que prevê aumento de gastos públicos).

No fim, abriram-se as porteiras da emissão monetária com Silveira Filho, e a "farra do boi" se faz valer na economia brasileira. Nem mesmo a tentativa de Dutra de organizar, planejar a economia com o Plano Salte, levou em consideração a fomentação da renda ou salários do trabalhador brasileiro. A mentalidade de que o consumo do trabalhador era fator de aceleração da inflação devia ainda estar presente aos formuladores do plano DASP. Como melhorar a vida da população em termos de saúde, alimentação, etc., se este não possuía meios de aquisição dessa possível melhoria com o fruto de seu trabalho?

Para o trabalhador brasileiro o governo Dutra não representou apenas um interregno entre os governos Vargas. Não foi mais um governo inexpressivo. As cicatrizes deixadas pela gestão Dutra na massa trabalhadora brasileira ainda estão bem aparentes e, como já dito, é uma das causas de nosso país ser uma das nações do mundo com a maior concentração de renda. Isso, talvez, valha outra pesquisa.

---

[342]Relatório Desigualdade 2018. OXFAM, disponível em https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio_desigualdade_2018_pais_estagnado_digital.pdf. Evidentemente, há outros fatores que justificam a histórica concentração de renda no Brasil, como, por exemplo, a não integração dos negros ao mercado de trabalho e, portanto, à sociedade de consumo. Para uma interpretação clássica sobre este ponto de vista, ver FERNANDES, Florestan. A Integração do Negro na Sociedade de Classes. São Paulo: Dominus/Edusp, 1965.

[343] WEFFORT, Francisco C. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

Referências Bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de; CARNEIRO, Alan; **Verbete Luis Carlos Prestes**; Atlas/FGV. Disponível em: https://atlas.fgv.br/verbetes/luis-carlos-prestes acesso aos 07/07/2017

ABREU, Marcelo de Paiva. **A ordem e progresso: Cem anos de Política Econômica Republicana 1889-1989: Política Econômica Externa e Industrialização: 1945-1946**, cap.3, Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda, 1998.

A Classe Operária, ano II, nº 99, Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1947. . Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/jornais/classeoperaria/pdf/51804.pdf. Acesso aos 05/03/2017.

ALMEIDA, Paulo Roberto de (1996), **"A diplomacia do liberalismo econômico".** In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon de (org.), Crescimento, modernização e política externa, v. I de Sessenta anos de política externa brasileira: 1930-1990.

AMORIM, K. **Da intenção à ação: O Ministério da Fazenda no Governo Dutra (1946-1950)**. Dissertação de Mestrado, USP. São Paulo, 1999.

BACHA, Edmar L. **Crescimento econômico, salários urbanos e rurais: o caso do Brasil.** Pesquisa e Planejamento Econômico. Rio de Janeiro, dezembro de 1979. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6993/1/PPEv.9n3Crescimento.pdf. Acesso 01/07/2017

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth, **De bom vizinho a aliado fiel: comentários sobre o alinhamento econômico e político do Brasil aos Estados Unidos nos primórdios da Guerra Fria**, Texto para Discussão, Instituto de Economia da UNICAMP, setembro de 2011.

_____, Pedro Paulo Zahluth, **Liberal Esclarecido ou Aliado Fiel? Sobre a Natureza da Política Econômica Externa Brasileira no Governo Dutra (1946-**

1951) in: http://www.anpec.org.br/revista/vol11/vol11n4p285_320.pdf. acesso aos 02/04/2012.

_____, Pedro Paulo Zahluth. **O presidente desiludido: a campanha liberal e o pêndulo de política econômica no governo Dutra (1942-1948).** História Econômica e História de Empresas, São Paulo. V.7, n. 1, p. 99-135, jan/jun. 2004 in http://www.abphe.org.br/revista/index.php/rabphe/article/view/170. Acesso aos 02/04/2012.

_____,Pedro Paulo Zaluth. **A Construção do Nacional-Desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a Dinâmica de Interação entre Estado e Mercado nos Setores de Base.** Revista Econômica. UNICAMP, Campinas, 2006. in http://www.anpec.org.br/revista/vol7/vol7n4p239_275.pdf acesso aos 14/03/2019.

_____. **As aporias do liberalismo periférico: comentários à luz dos governos Dutra (1946-1950) e Cardoso (1994-2002).** Economia e Sociedade. Campinas, v. 12, n. 2, jul./dez. 2003.

BEIGUELMAN, Paula. **A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos**. 2ed. São Paulo, Pioneira, 1977.

BETHELL, Leslie; ROXBUROUGH, Ian. **América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e crise no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula.** São Paulo: Editora 34, 2003.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro – o ciclo ideológico do desenvolvimentismo,** 5ª Edição, Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2004.

BRUCCULERI, S.J. Angelo. **O Justo Salário.** A Doutrina Social Católica. Caderno V. 2ª Edição. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa. 1959.

BORIS, Fausto, **História Concisa do Brasil**, São Paulo: EdUSP.

BOSI, Alfredo. **A arqueologia do Estado-providência: Sobre um enxerto de idéias de longa duração**. in TRINDADE, Hélgio. **O positivismo – Teoria e Prática**. 2ª edição ampliada, editoras UNESCO e UFRGS. Porto Alegre. 2007.

BURNS, Bradford. ***The Unwritten Alliance. Rio Branco and Brazilian-American Relations***. London, New Your: Columbia University Press, 1966. Versão em português: BURNS, E. B. **A Aliança não escrita: o barão do Rio Branco e as relações Brasil-Estados Unidos.** Rio de Janeiro: EMC Edições, 2003.

BRASIL, **Constituição Federal de setembro de 1946**, in http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti /1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-republicacao-1-pl.html. Acesso aos 12/04/2017.

_____, Decreto lei 21.175/1932, de 21 de março de 1932. **Institui a carteira profissional** in http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21175-21-marco-1932-526745-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso aos 12/04/2017.

_____, Decreto Lei 399 de 30 de abril de 1938. **Aprova o regulamento para execução da Lei n. 185, de 14 de janeiro de 1936, que institui as Comissões de Salário Mínimo.** in http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-399-30-abril-1938-348733-publicacaooriginal-1-pe.html, acesso aos 15/05/2017.

_____, Decreto-lei 1.402 de 05 de julho de 1939. **Regula a associação em sindicato.** in http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1402-5-julho-1939-411282-publicacaooriginal-1-pe.html acesso aos15/05/2017.

_____, Decreto-lei 5452 de 1º de maio de 1943 – **Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)** in http://www.planalto.gov.br/ ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm. Acesso aos 22/07/2015.

_____, Decreto-Lei nº 7449 de 09 de abril de 1945. **Dispõe sobre a organização da vida rural**. Disponível em: <www.jusbrasil.com.br/legislacao/.../decreto-lei-7449-45>. Acesso aos 22 de julho de 2016.

_____, Decreto-Lei nº 8.127, de 24 de outubro de 1945. **Dispõe sobre a organização da vida rural.** Disponível em: <www.jusbrasil.com.br /legislacao/.../decreto-lei-8127-45>. Acesso aos 22 de julho de 2016.

_____, Decreto lei nº 9.025 de 27/02/1946. **Dispõe sobre as operações de câmbio, regulamenta o retorno de capitais estrangeiros e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil _03/decreto-lei/1937-1946/Del9025.htm. Acesso aos 22 de maio de 2016.

_____, Decreto-Lei 9.070, de 15 de março de 1946. **Dispõe sobre a suspensão ou abandono coletivo do trabalho e dá outras providências**. Diário Oficial, Rio de Janeiro, nº 3829, 15 de março de 1946. Acesso aos 22 de junho de 2016.

_____. Decreto-Lei 9.502, de 23 de julho de 1946. **Altera disposições da Consolidação das Leis do Trabalho, concernentes a organização sindical, e dispõe sobre os mandatos sindicais e dá outras providências.** in http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del9025.htm. Acesso aos 22 de junho de 2016.

CANO, Wilson, **Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do Estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento** in Revista de Economia Política, vol. 35, nº 3, julho-setembro de 2015.

CARDOSO, C.F.; BRIGNOLI, H.P. **Os Métodos da História**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

CARONE, Edgard. **O PCB 1943 a 1964**. Corpo e alma do Brasil, Vol. 2. São Paulo: DIFEL, 1982.

_____. **A República Liberal I – instituições e classes sociais (1945-1964).** Série Corpo e Alma do Brasil. São Paulo: Difel. 1985.

_____. **A República Liberal II – evolução política (1945-1964).** Coleção Corpo e Alma do Brasil. São Paulo: Difel. 1985.

CHILD, John. From **"Color" to "Rainbow": U.S. Strategic Planning to Latin America, 1919-1945**. Journal of Interamerican Studies and Wolrd Affairs, vol. 21, n. 2, May 1979, p. 233-259;

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (org). **O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006,** FUNAG – Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 2007.

CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo: política externa e projeto nacional**. São Paulo: UNESP/ FAPESP, 2000. *apud* OLIVEIRA, Irene Rodrigues de, **Sobressaltos e Heranças do Estado Novo: A missão Cooke e a implantação da CSN** (1942/1946). Vassouras, USS, 2001.

_____, **As discussões em torno dos rumos da economia brasileira ao final do Estado Novo.** Texto para Discussão nº 41. Campinas: UNICAMP/IE, 1994.

COLISTETE, Renato Perim. **Salários, produtividade e lucros na indústria brasileira, 1945-1978**, Revista de Economia Política, vol. 29, nº 04 (116), outubro-dezembro/2009.

COLISTETE, R.P. **Productivity, Wages, and Labor Politics in Brazil, 1945-1962**. The Journal of Economic History, Vol. 67, nº 1, mar. 2007.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888**. 2ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CPDOC-FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Biografia José América de Almeida**. in http://cpdoc.fgv.br/producao/ dossies/ AEraVargas1/ biografias/ jose_americo_almeida; acesso aos 28/03/2017

_____, – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – **Verbete Adolfo Augustus Berle Junior** in http://www.fgv.br/cpdoc/ acervo/ dicionarios/ verbete-biografico/ adolf-augustus-berle-junior) acesso aos 28/03/2017

_____, - RELATÓRIO da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil **(CEXIM)**, 1951. in www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/carteira-de-exportacao-e-importacao-do-banco-do-brasil-cexim. Acesso aos 22 de fevereiro de 2016.

_____, - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – **Verbete CEXIM** in http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico /carteira-de-exportacao-e-importacao-do-banco-do-brasil-cexim.____acesso aos 28/03/2017.

_____, – **Acervo de Fotos Históricas, A Era Vargas** in https://cpdoc.fgv.br/produca o/dossies /AEraVargas2/album. Acesso aos 13/ de março de 2019.

CUNHA, Antônio Geraldo, **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**, Rio de Janeiro, Lexikon, 2010.

DAMATTA, Roberto (org.), **Profissões industriais na vida brasileira: Ontem, hoje e amanhã**, Brasília. Ed. Universidade de Brasília/SENAI/TEM, 2003.

DINIZ, Eli, **Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945**. Rio de janeiro: Paz e Terra, 1978.

DIB, Maria de Fátima Serro Pombal. **Importações brasileiras: políticas de controle e determinantes da demanda**. Rio de Janeiro: BNDES, 1985.

DRAIBE, Sônia. **Rumos e Metamorfoses – Estado e industrialização no Brasil, 1930-1960**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

DURKHEIM, Émile. **Lições de Sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

DUTRA, Eurico Gaspar; **Relatório de Eurico Gaspar Dutra a Getúlio Vargas sobre a situação do Exército e suas Principais necessidades**. In: http://www.fgv.br / cpdoc /acervo /arquivo – pessoal /GV/ textual/ relatorio-de-eurico-gaspar-dutra-a-getulio-vargas-sobre-a-situacao-do-exercito-e-suas-principais-necessidades-rio-de-janeiro. Acesso aos 22 de março de 2017.

FAUSTO, Boris (org.) **História Geral da Civilização Brasileira – Economia e Cultura (1930-1964)** Tomo III, O Brasil Republicano, volume 11, 4ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. **História Geral da Civilização Brasileira**, tomo III, volume 4. São Paulo: Difel, 1984.

_____, Boris. **História do Brasil**. 11ª edição, São Paulo: EdUSP, 2003.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**, 3 ed, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FRANCO, Gustavo H.B. **Auge e declínio do Inflacionismo no Brasil,** Texto para discussão nº 487. Departamento de Economia. PUC, Rio de Janeiro. 2004

FRANCO JR, Hilário. **As utopias medievais.** São Paulo: Brasiliense, 1992.

FRENCH, J.D. **Workers and the Rise of Adhemarista Populism in Sao Paulo, Brazil 1945-47.** The Hispanic American Historical Review, Vol. 68, No. 1, fev., 1988.

FISHLOW, ALBERT. **Origens e consequências da substituição de importações no Brasil**. Revista Brasileira Econômica. São Paulo, v.2, n.6, 1972.

FOLHA DA NOITE. **Charge Dutra e Vargas,** publicada aos 26/11/1945. Disponível em https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=36001&anchor=5118007&origem = busca, Acesso aos 14/03/2019.

FONSECA, Pedro Cesar Dutra. **O Capitalismo em Construção 1906-1954**. 1ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

_____, Pedro Cesar Dutra. **Nem ortodoxia nem populismo: o Segundo Governo Vargas e a economia brasileira**. Revista Tempo, Niterói, v.14 n. 28, p.19-58, 2010 in http://www.scielo.br/pdf/tem/v14n28/a02v1428.pdf. Acesso aos 19/02/2016.

_____, Pedro Cezar Dutra. **O processo de Substituição de Importações**. Capítulo 11 in REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria, Formação Econômica do Brasil, São Paulo: Saraiva, 2003.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**, São Paulo: Cia das Letras, 2009.

_____, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. Ed. São Paulo: Companhia das letras, 2007. Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRRE/FGV). Revista Conjuntura Econômica, 1947.

GAMBINI, Roberto, **O jogo Duplo de Getúlio Vargas**, São Paulo: Símbolo, 1977.

GEBARA, Ademir. **O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888**). São Paulo: Brasiliense, 1989.

GREMAUD, Amaury Patrick; SAES, Flávio Azevedo Marques de; e TONETO JR., Rudinei, **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Atlas.1997.

GOMES, Daniel Costa, **Oswaldo Aranha: Prática e Pensamento Diplomático entre 1945 e 1960**, Revista de Estudos Internacionais (REI) ISSN 2236-4811, Vol. 7 (1), 2016.

GOMES, Ângela de Castro. **Uma Breve história do PTB**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002. Trabalho apresentado na Palestra no I Curso de Formação e capacitação Política, realizada na Sede do PTB. São Paulo, 13 de julho de 2002.

HAINES, Gerald K. **The americanization of Brazil: a study of U.S Cold War diplomacy in the Third World, 1945-1954**. Wilmington: Scholarly Resource, 1989.

HAFFNER, JACQUELINE, **A Cepal e a industrialização brasileira (1950 – 1961).** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. MALAN, Pedro et alii. Política econômica externa e industrialização no Brasil (1939/1952). Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.

HIRST, Mônica. **O processo de alinhamento nas relações Brasil-Estados Unidos: 1942-45**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1982. *apud* OLIVEIRA, Irene Rodrigues de, **Sobressaltos e Heranças do Estado Novo: A missão Cooke e a implantação da CSN** (1942/1946). Vassouras: USS, 2001.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa**. Elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HUDDLE, DONALD, L. **Balanço de pagamentos e controle de câmbio no Brasil: Diretrizes Políticas e História, 1946/1954**. In: VERSIANI, FLAVIO e MENDONÇA DE BARROS, JOSÉ ROBERTO. São Paulo: Saraiva, 1977.

ILO. Global Wage Report 2016/17. **Wage inequality in the workplace. Geneva: International Laboir Office, 2016** Disponível em https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_37846.pdf acesso aos 12/05/2016.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 1940-2010.** Estatísticas do século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil, 1981, vol. 42, 1979. Acesso aos 12/05/2016.

_____, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro. Apêndice: Estatísticas de 500 anos de povoamento. 2000. Disponível em: http://www.ibge.gov. br/brasil500/index2.html. Acesso aos 12 de maio de 2016.

_____, Estatísticas do Século XX – **Censo Industrial** in http://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-palavra-chave/trabalho/1015-censo-industrial. Acesso aos 03 de setembro de 2016.

_____, **Estatísticas Históricas Brasileiras**, Rio de Janeiro: IBGE (199-), apud SARETTA, Fausto. **Política econômica brasileira: 1946-1951**. Araraquara: Cultura Acadêmica, 2000.

JHONSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar. 1997.

KERRY, John, Secretary of State, U.S. Department of State – **Diplomacy in Action - Remarks on U.S. Policy in the Western Hemisphere , Organization of American States**, Washington, DC, November 18, 2013 - http://www.state.gov/secretary/remarks/2013/11/217680.htm. Acesso aos 26 de agosto de 2015.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1987.

LEAL, Carlos Eduardo. **Verbete Jornal "Correio da Manhã**. CPDOC/FGV in http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/correio-da-manha. Acesso aos 14 de março de 2019.

LAGO, Pedro Arranha Correia do, **A SUMOC como embrião do Banco Central: sua influência na condução da política econômica, 1964/1965**. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: PUC, 1982.

LANOUE, Kenneth. ***An Alliance Shaken: Brazil and the United States, 1945-1950***. PhD Dissertation, Lousiana States University, 1978.

LEITE, Mauro Renault; JUNIOR, Novelli. **Marechal Eurico Gaspar Dutra: O Dever da Verdade, Brasil-Século 20.** Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1983.

LESSA, Carlos, **15 anos de política econômica**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1982.

LUCA, Tania Regina de, **Indústria e trabalho na História**. IBGE, Censo demográfico 1940-2010. São Paulo: Contexto, 2018.

MACEDO, J. E. Soares. **Introdução sobre o Plano "Salte".** Diário Carioca, 25 de maio de 1948. Rio de Janeiro.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalho, classe e sujeito social da revolução: o debate sobre a América Latina** in https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2009/trabalhos/trabalho-classe-e-sujeito-social-da-revolucao-o-debate-obre-am.pdf. Acesso aos 22 de junho de 2017.

MALAN, Pedro Sampaio, **Relações econômicas internacionais do Brasil (1945-1964),** in FAUSTO, Boris (org.) História Geral da Civilização Brasileira, tomo III, volume 4. São Paulo: Difel, 1984.

_____, Pedro Sampaio. et al. **Política econômica externa e industrialização no Brasil (1939/52)**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1980.

_____, Pedro Sampaio (1977). **Relações econômicas internacionais do Brasil (1945-1964)** In: O Brasil republicano: economia e cultura (1930-1964), vol. 11 da História geral da civilização brasileira, 1995.

_____, P.; BONELLI, R.; ABREU, M.P.; PEREIRA, J.E.C. (1980). **Política Econômica Externa e Industrialização no Brasil (1939/52).** Cap.3. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 2ª Ed.

MARTINS, José de Souza. **O cativeiro da terra**. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

MARX, Karl. **A Origem do Capital**. São Paulo: Centauro, 2000.

_____, **O Capital: crítica da economia política.** 3ed. Livro I, Caps. XXIV e XXV Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

_____, **Marx to V. I Zasulich in St. Petersburg (1881),** in MARX & ENGELS, Selected correspondence, 2a. ed. Moscow: Progress, 1965.

MELLO, João Manoel Cardoso de, **O Capitalismo Tardio**, São Paulo: Brasiliense. 1982.

MENDES, Lilian Marta Grisolio, **Aliança e Recompensa: A Política de Alinhamento do Governo Dutra nos Primórdios da Guerra Fria no Brasil**, v. 12, n. 2, p. 106-124 - jul./dez. Catalão: OPSIS. 2012

McCANN, Frank. **Aliança Brasil-Estados Unidos, 1937-1945**. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército Editora, 1995.

MICHAELIS, **Dicionário da Língua Portuguesa**, On-line, in http://michaelis.uol.com.br/busca?id=okoO7. Acesso aos 02 de fevereiro de 2015.

MIRANDA, Rubens Augusto de. **Plano Trienal: uma Visão Crítica**. Revista de Economia Política e História Econômica, ano 07, nº 22, agosto de 2010, p. 8/9. Disponível em http://arquivos.info.ufrn.br/arquivos/2010248177090d5490878baedbea12cc/Revista_de_economia_poltica_e_histria_econmica.pdf. Acesso aos 15 de março de 2016.

MOURA, Gerson. **Tio Sam Chega ao Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____, Gerson, **O alinhamento sem recompensa: a política externa do governo Dutra**, FGV, CPDOC, Rio de Janeiro, 1990.

_____, Gerson; **Relações exteriores do Brasil: 1939-1950: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial**, Brasília: FUNAG, 2012.

_____, Gerson. **Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

NETO, Demostenes Madureira de Pinho in ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **O Interregno Café Filho.** Cap. 06 in **A ordem do progresso**: **Cem anos de Política Econômica Republicana 1889-1989: Política Econômica Externa e Industrialização: 1945-1946**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda, 1998.

NEUHAUS, Paulo. **A inflação brasileira em perspectiva histórica**. Revista Brasileira de Economia, nº32. FGV, Rio de Janeiro. 1978. Disponível em http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/210/6467. Acesso aos 12 de dezembro de 2017.

ORENSTEIN, Luiz e Sochaczewski e SOCHACZEWSKI, Antônio Cláudio. **A ordem e progresso: Cem anos de Política Econômica Republicana 1889-1989: Democracia com Desenvolvimento: 1956-1961**, cap.7. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda, 1998.

OLIVEIRA, Irene Rodrigues de. **Sobressaltos e Heranças do Estado Novo: A missão Cooke e a implantação da CSN (1942/1946)**. Vassouras: USS, 2001.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **Política Externa Brasileira**, São Paulo: Saraiva.

OXFAM. **Relatório Desigualdade.** São Paulo, 2018. Disponível em https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio_desigualdade_2018_pais_estagnado_digital.pdf. Acesso aos 15 de abril de 2016.

PRESTES, Anita Leocadia. **Luís Carlos Prestes – Um Comunista Brasileiro**. Capítulo XI - Prestes e o PCB na clandestinidade: os primeiros anos (1948-1954) – O manifesto de agosto de 1950. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

POCHMANN, Marcio. **Ciclos do valor do salário mínimo e seus efeitos redistributivos no Brasil**, Instituto de Economia, Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho – CESIT, UNICAMP, Campinas, abril de 2005.

RAMPINELLI, Waldir José. **Entrevista a Jacob Gorender**. Revista Brasileira de História v. 23 n° 45. São Paulo, 2003 disponível em http://www.scielo.br /scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-1882003000100013. Acesso aos 15 de maio de 2017.

RAHMEIER, Andrea Helena Petry. **Relações diplomáticas e militares entre a Alemanha e o Brasil: da proximidade ao rompimento (1937-1942)**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. PUCRS, 2009.

RIBEIRO, Thiago Reis Marques, **Das missões à Comissão: Ideologia e projeto desenvolvimentista nos trabalhos da "Missão Abbink" (1948) e da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951-1953)**, UFF, Dissertação de Mestrado, 2012.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos e Sindicatos: escritos de sociologia política**. São Paulo: Ática. 1990.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça. A política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro. Campus, 1979.

SARETTA, Fausto, **A Política Econômica Brasileira 1946/1950**, São Paulo, Revista de Sociologia e Política nº 4/5, 1995 in https://revistas.ufpr.br/rsp/article/download /39363/24180. Acesso aos 02/05/2013

_____, **Política Econômica Brasileira**, São Paulo, FCL- Laboratório, Editorial e Cultura Acadêmica Editora, 2000. Citado por Bastos na edição de 1990.

_____. **Política econômica brasileira: 1946 – 1951**. Araraquara: FCL/ Laboratório Editorial/ UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2000.

SABOIA, João. **Salário Mínimo: a experiência brasileira**. Porto Alegre. L&PM, 1985.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. **O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial**. 3º ed. Barueri/SP: Editora Manole.

SERRA, JOSÉ. **Ciclos e mudanças estruturas na economia brasileira do pós-guerra.** Revista de Economia Política, vol. 2/2, n.6, abril-junho de 1982.

SILVA, Edvaldo Fernandes da. **Salário Mínimo: A desindexação entre a norma, o fato e o valor**. Rio de Janeiro: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2009.

SILVA, Maria do Socorro. **A História das nossas raízes: Itinerário das Lutas dos Trabalhadores (as) rurais no Brasil e o surgimento do Sindicalismo Rural**. Disponível In: <www.lecampo.com.br/.../Texto_A_HISTÓRIA_DAS NOSSAS_ RAÍZES>, 2006. Acesso aos 19 de julho de 2016.

SILVEIRA, Luis de Souza da. **Annotações a lei, n. 2040, de 28 de setembro de 1871: seguidas de todas as leis e decretos relativos a escravidão, tráfico de africanos, locação de serviços, avisos e decisões dos tribunaes, e de um formulário de todas as acções.** Disponível em: http://www2.senado.leg.br /bdsf/handle/id/185618. Acesso aos 19 de junho de 2016.

SIMÃO, A.R.F. **As convergências nas políticas externas dos governos Dutra, Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso: um estudo comparado**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

SINGER, Paul. **A formação da classe operária: o que é classe operária?: a classe operária no Brasil: a sua formação e reprodução.** São Paulo, Atual, Campinas: Unicamp. 1985.

SKIDMORE, Thomas. E. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1969.

_____. _____, 14ª edição, São Paulo: Editora Paz e Terra. 2007.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Uma Fase de Transição. Digesto Econômico**. São Paulo. nº 67, ano VI, p. 30-40. junho de 1950.

SZMRECSÁNYI, Tamás; MARANHÃO, Ricardo;. **História de Empresas e Desenvolvimento Econômico**. São Paulo, SP: EDUSP/ABPHE/Hucitec/Imprensa Oficial, 2002.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da Substituição de importações ao capitalismo financeiro**, Zahar, Rio de Janeiro, 1972 *apud* VIANNA, Sérgio Besserman. A política econômica no segundo governo Vargas: 1951-1954. Rio de Janeiro, BNDES, 1987 (Prêmio BNDES de Economia) p. 19/21. In https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/premio/pr111.pdf. Acesso aos 22 de maio de 2015.

_____, Maria da Conceição. **Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil**. In: Maria da C. Tavares. Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: ensaios sobre economia brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. p. 71 apud VIANNA, SERGIO BESSERMAN. A ordem e progresso: Cem anos de Política Econômica Republicana1889-1989: Duas Tentativas de Estabilização: 1951-1964, cap. 4. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda, 1998.

TEIXEIRA, Carlos Gustavo Poggio, **Brazil, the United States, and the South American Subsystem**. Lanham: Lexington, 2012.

THOMPSON. E.P. **A formação da classe operária inglesa.** São Paulo: Paz e Terra, 2004.

TLFI, **Trésor de la Langue Grançaise Informatisé**, in http://atilf.atilf.fr/tlf.htm. Acesso aos 07 de março de 2016.

TOTA, Antônio Pedro. **O Imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na Segunda Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VARGAS, Getúlio. **A política trabalhista e seus benefícios. Discurso pronunciado no Estádio do Vasco da Gama, Rio de Janeiro, por ocasião das comemorações do dia do trabalho, aos 1º de maio de 1940.** Biblioteca da Presidência da República in www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1940/16.pdf/@@download/file/16.pdf. Acesso aos 22 de fevereiro de 2017.

VIANNA, Sergio Besserman (1989), **Política econômica externa e industrialização: 1946-1951**. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **A ordem do progresso**: **Cem anos de Política Econômica Republicana 1889-1989: Política Econômica Externa e Industrialização: 1945-1946**, Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda, 1998.

_____, Sérgio Besserman. **A política econômica no segundo governo Vargas: 1951-1954.** Rio de Janeiro, BNDES, 1987 (Prêmio BNDES de Economia) In https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias /Arquivos/conhecimento/premio/pr111.pdf. Acesso aos 15 de maio de 2015.

_____, Sérgio Bresserman; VILLELA, André; **O Pós Guerra (1945-1955)** in GIAMBIAGI, Fábio (org.) **Economia Brasileira Contemporânea, 1945-2010**, Rio de Janeiro, Elsevier, 2011.

_____, Sérgio Bresserman. **A ordem e progresso: Cem anos de Política Econômica Republicana1889-1989: Duas Tentativas de Estabilização: 1951-1964,** cap. 4. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda, 1998.

_____ **A política econômica no segundo governo Vargas (1951-1954).** Rio de Janeiro: BNDES, 1987.

_____, "**Política econômica externa e industrialização: 1946-1951**". In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **A ordem do progresso**: **Cem anos de Política**

Econômica Republicana 1889-1989: Política Econômica Externa e Industrialização: 1945-1946, Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda, 1998.

WEFFORT, Francisco C. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

WEIMAR, **Constitution – The Reich Constitution of August 11th 1919** in http://www.zum.de/psm/weimar/weimar_vve.php. Acesso aos 25 de outubro de 2017.